PERFIL

DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL

FILOSOFIA

PROFILE

OF SCIENTIFIC RESEARCH IN PORTUGAL

PHILOSOPHY

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
OBSERVATÓRIO DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS

PERFIL DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL

FILOSOFIA

Coordenação Científica
Professor Doutor Fernando Gil

Coordenação Técnica
Observatório das Ciências e das Tecnologias

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
OBSERVATÓRIO DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS

Tiragem / *Original Printing*

500 Exemplares/ *Units*

Janeiro / *January* 1999

Editor / *Publisher*

Observatório das Ciências e das Tecnologias

Concepção e Execução Gráfica / *Graphic Composition and Execution*

Source Direct Circuit

Apoios / *Supports*

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Praxis XXI

Impresso / *Print*

Mirasete

Depósito Legal

134 440/99

ISBN

972-8421-43-5

Nota de Edição

Objectivos

O Perfil da Investigação Científica em Portugal em Filosofia faz parte de uma colecção sobre o estado de arte da Investigação & Desenvolvimento nos vários domínios científicos.

Pretende-se com este trabalho divulgar amplamente o potencial científico do domínio da Filosofia em Portugal, tendo em vista:

- a devolução à comunidade científica do conhecimento sobre si própria e a criação de um espaço de reflexão e debate sobre a situação em que esta área científica se encontra;
- a identificação e divulgação das unidades e dos investigadores que, nos diferentes sectores de execução e nas diferentes regiões do País, desenvolvem actividades de Investigação e Desenvolvimento, por forma a facilitar e potenciar os contactos entre unidades, investigadores e meio envolvente;
- a divulgação em diferentes círculos - na comunidade científica, na imprensa e orgãos de comunicação, junto de instituições de decisão política e/ou económica - das actividades de I&D desenvolvidas em Portugal neste domínio, ajudando à formulação de medidas de política e de fomento do sistema;
- a produção de um conhecimento mais fiável da morfologia do Sistema de C&T nacional, revelando as suas dinâmicas, articulações e potencialidades.

Fontes de informação

A informação divulgada neste perfil resulta de diferentes fontes, nomeadamente:

- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, respeitante ao ano de 1995, que tem sido o principal instrumento utilizado para a inventariação e caracterização dos recursos nacionais em C&T, permitindo a construção de indicadores de C&T relativos aos Recursos Financeiros e Humanos e às actividades de investigação em curso.
- Base de dados dos projectos financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Base de dados dos doutoramentos e equivalências a doutoramento nas Universidades portuguesas.
- Base de dados das bolsas atribuídas ao abrigo do Programa Praxis XXI.
- Base de dados do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D.

É importante salientar a natureza diversa destas fontes: umas decorrem da recolha de dados através de inquirição directa, enquanto outras são de natureza administrativa, resultando do registo de informação efectuado por diferentes organismos do Ministério da

Ciência e da Tecnologia. A pluralidade de fontes permite formar uma imagem mais completa da ciência praticada em Portugal, mas levanta também questões de harmonização e de coerência difíceis de contornar (por exemplo, entre registos administrativos e dados obtidos por recolha directa, ou entre diferentes classificações dos domínios científicos).

Metodologia utilizada

No âmbito da avaliação das unidades de investigação financiadas pelo Programa Plurianual, foi solicitado aos coordenadores dos Painéis de Avaliação a elaboração de um relatório global sobre o estado das actividades de investigação em cada domínio científico, identificando as suas principais potencialidades e necessidades e formulando recomendações para acções futuras.

Esse relatório constituiu um estímulo e um pretexto para, em torno dele, se organizar a informação disponível sobre o domínio científico. A metodologia ensaiada neste primeiro trabalho consistiu na compilação e tratamento da informação no Observatório das Ciências e das Tecnologias, tendo sido, depois, solicitados comentários e apreciações de peritos cujo conhecimento adquirido no contexto da avaliação das unidades do Programa Plurianual julgámos ser útil na elaboração deste trabalho.

Assim, o presente perfil é constituído por uma apresentação global da autoria do Professor Fernando Gil (coordenador do Painel de Avaliação), seguida de um conjunto de relatórios respeitantes às principais disciplinas da Filosofia, escritos por peritos nacionais, os Professores Maria Luisa Couto Soares (Epistemologia), Maria José Cantista (Ontologia, Metafísica, Fenomenologia e Hermenêutica), Leonel Ribeiro dos Santos (História da Filosofia), Viriato Soromenho Marques (Filosofia Moral e Política), Adriana Verissímo Serrão (Estética) e Paulo de Melo (Lógica). Em anexo é incluído o Relatório de Avaliação produzido no âmbito do programa de avaliação das unidades financiadas pelo Programa de Financiamento Plurianual, pelo Professor Fernando Gil, bem como uma série de quadros e listagens em que se resume a informação relativa ao potencial científico na área da Filosofia, recolhida nas diferentes fontes atrás referidas.

Com base no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, construiram-se indicadores referentes aos Recursos Financeiros e Humanos afectos a actividades de I&D e aos projectos desenvolvidos, considerando-se a sua distribuição segundo os diferentes Sectores de Execução (Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos) e as diferentes Regiões do País em que as

unidades de investigação se inserem, bem como, sempre que possível, segundo os diferentes sub-domínios da Filosofia nos quais se desenvolvem actividades de investigação.

Relativamente à formação de recursos humanos em ciência e tecnologia, apresenta-se informação sobre os doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1970 e 1996 nos diferentes domínios científicos, incluindo-se também a listagem dos doutoramentos no domínio da Filosofia entre 1986 e 1996, incluindo dados sobre a data e Universidade de obtenção do grau, o nome do doutorado e o título da tese. Apresenta-se ainda informação acerca das bolsas atribuídas ao abrigo do Programa Praxis XXI.

Em relação aos projectos financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, este documento inclui informação sobre o número total de projectos em curso em Novembro de 1997 nos diferentes domínios científicos e respectivos financiamentos, disponibilizando-se, igualmente, uma listagem completa dos projectos da Filosofia, com referência a:

- Título do Projecto
- Nome do Investigador Responsável
- Denominação da Instituição Proponente
- Montante Global do Financiamento Atribuído
- Data de Aprovação do Projecto
- Duração do Projecto
- Referência do Concurso

Nota: as traduções inglesas dos textos dos autores são da responsabilidade do Observatório das Ciências e das Tecnologias

PERFIL DA FILOSOFIA EM PORTUGAL

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA - Professor Fernando Gil

HISTÓRIA DA FILOSOFIA - Professor Leonel Ribeiro dos Santos

1. Introdução
2. O ensino
3. A investigação
4. A edição e publicação
5. Os meios

EPISTEMOLOGIA - Professora Maria Luísa Couto Soares

1. Notas introdutórias sobre a situação actual da epistemologia
2. Notas sobre a Epistemologia no ensino, nas instituições e na investigação em Portugal
3. Síntese final

RELATÓRIO RELATIVO À ONTOLOGIA, METAFÍSICA, FENOMENOLOGIA E HERMENÊUTICA - Professora Maria José Cantista

1. O estado da arte
2. O quadro institucional
3. A investigação filosófica e o seu exterior

O DOMÍNIO DA FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA - Professor Viriato Soromenho Marques

1. Âmbito e método deste relatório
2. A situação institucional actual
3. Orientações, limitações e dificuldades
4. Sugestões de medidas para o fomento da qualidade de ensino e da investigação

ORIENTAÇÕES DO ENSINO DA ESTÉTICA FILOSÓFICA EM PORTUGAL -
- Professora Adriana Veríssimo Serrão

1. Introdução
2. A formação da disciplina e os modelos clássicos da Estética
3. Doutrinas e correntes contemporâneas
4. Debates e perspectivas temáticas
5. Outras vias do ensino e da investigação

O ENSINO DA LÓGICA - Professor Paulo de Melo

1. O ensino actual da Lógica
2. Ponto de vista acerca do que deve ser assegurado como mais relevante no ensino da Lógica no âmbito dos estudos de Filosofia
3. Conclusão

Curricula Vitae resumidos dos autores

ANEXOS:

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES FINANCIADAS PELO PROGRAMA PLURIANUAL EM FILOSOFIA

A comunidade filosófica

Formação

O estatuto do investigador

Áreas de investigação

Curricula Vitae resumidos dos avaliadores

POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL NA ÁREA DA FILOSOFIA

Índice

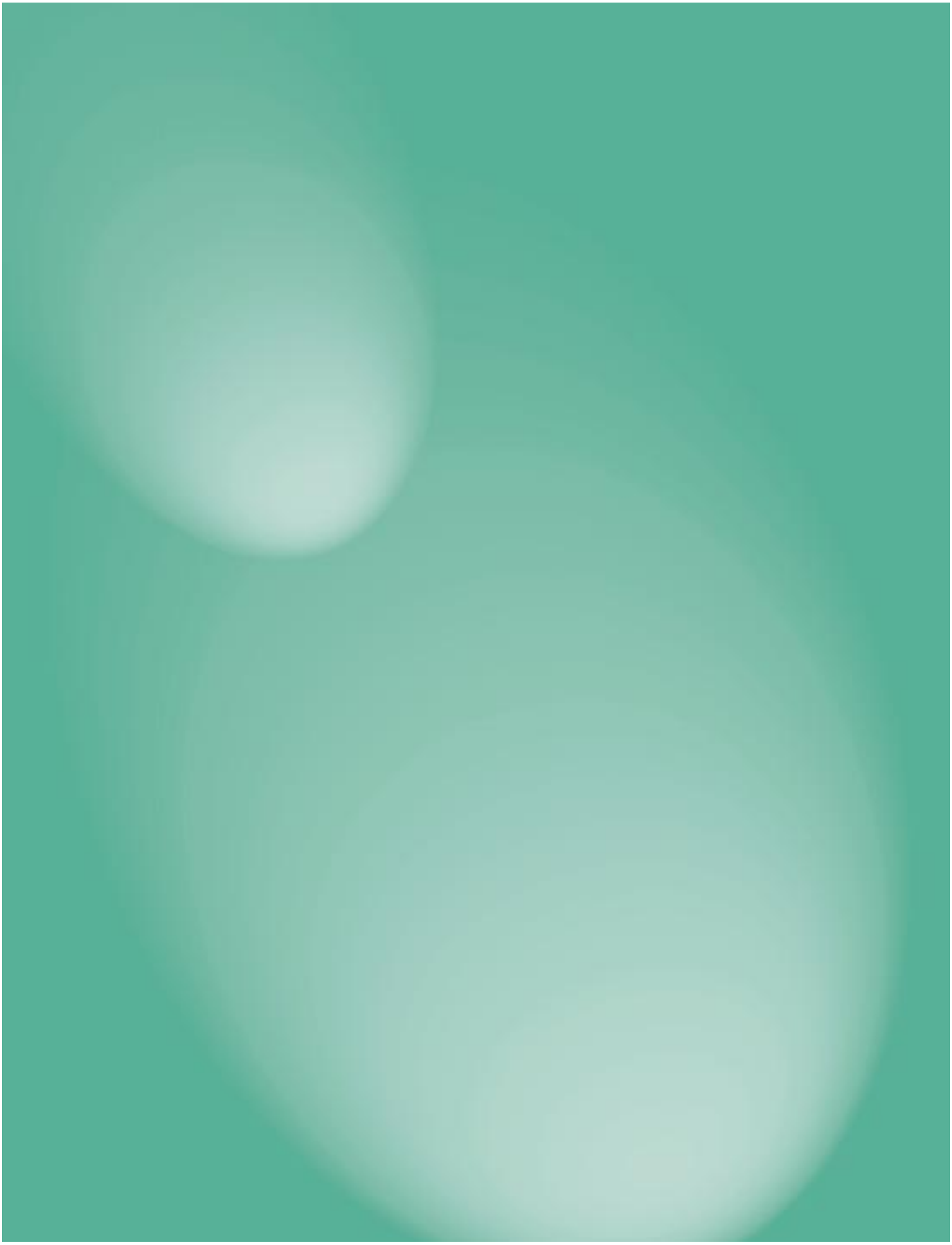
Nota Técnica

Quadros e Comentários

LISTAGENS

1. Doutoramentos realizados ou reconhecidos por Universidades Portuguesas em Filosofia (1986 - 1996)

2. Projectos de I&D financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, em curso em Novembro de 1997, em Filosofia



NOTA INTRODUTÓRIA

Fernando Gil

Deve-se ao Observatório das Ciências e das Tecnologias, a iniciativa deste « perfil », e a sua elaboração à boa vontade de Maria José Cantista (Universidade do Porto), Maria Luísa Couto Soares (Universidade Nova de Lisboa), Leonel Ribeiro dos Santos (Universidade de Lisboa), Viriato Soromenho Marques (Universidade de Lisboa), Adriana Verissimo Serrão (Universidade de Lisboa) e Paulo Melo (Universidade Nova de Lisboa). Àquela iniciativa e a esta boa vontade ficará reconhecida a comunidade dos praticantes portugueses de filosofia, tanto mais que elas envolvem riscos. O presente balanço qualitativo do « estado da arte » é o primeiro entre nós: para além dos dados quantitativos e estatísticos - que se incluem também no Perfil e são obra do O.C.T. -, não puderam por isso os nossos colegas socorrer-se de avaliações ou de reflexões anteriores. A sua contribuição deve ser entendida como a primeira pedra de um exercício para ser repetido (dentro de dois-três anos, digamos), com a colaboração de quantos o desejarem. O O.C.T. solicita-a desde já, para alargar o quadro que agora se apresenta e o completar por outros pontos de vista. Pois, tratando-se de filosofia, de pontos de vista se trata. As análises que se seguem não podem deixar de reflectir posições próprias sobre o que hoje se afigura mais decisivo nas áreas consideradas, por maior que tenha sido o esforço de objectividade.

A classificação proposta é também provisória, por certo insuficiente, e também a este respeito todas as sugestões são benvindas. Foi deliberadamente que se optou por uma divisão assaz escolar - para que nela possa caber tudo e para que venha a ser afinada ulteriormente.

Junta-se em apêndice um esboço por mim feito a respeito das avaliações das unidades de investigação em 1996, que coordenei. Comparando-o com as análises do Perfil, é de realçar - conforme sublinham alguns dos relatores - o incremento considerável da disciplina nos últimos anos: e felizmente tudo indica que o ritmo tende a acelerar. Assinalem-se, entre outros desenvolvimentos - no que toca aos objectos, o novo relêvo dos estudos medievais, a «instalação» da filosofia cognitivista, uma reapropriação mais sistemática do nosso passado filosófico -, em matéria de instrumentos, o reconhecimento, cada vez mais forte, da necessidade de uma boa formação técnica em todos os campos de investigação - e institucionalmente, o

crescimento notável da internacionalização e a participação de jovens investigadores nos projectos em curso. Continua a ser verdade que a filosofia é ainda um parente pobre (vejam-se as análises estatísticas de Viriato Soromenho Marques) mas parece também que pela primeira vez a nossa disciplina é levada a sério pelos organismos de tutela e financiamento. Cabe-nos a nós não desperdiçar oportunidades.

Permitindo-me, para terminar, também um ponto de vista, julgo que um passo importante nos falta dar, no sentido de um maior « atrito » com as ciências humanas e não humanas, as artes e a literatura, o direito, a medicina, os vários domínios tecnológicos. Não será, creio, apenas uma convicção pessoal pensar que para melhor chegar a si mesma convém à filosofia excentrar-se, expatriar-se da sua história e renovar em permanência os seus problemas e a inteligibilidade que é a sua pelo contacto, o mais possível « por dentro », com a experiência tal como ela é pensada fora da filosofia. A inteligibilidade da filosofia é metafísica (e os não filósofos terão de o reconhecer, se quiserem dialogar com a filosofia) mas as metafísicas que vivem de si mesmas são epigonais - quer refazendo quer julgando desfazer.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Notas para um diagnóstico do estado do seu ensino e investigação em Portugal

Leonel Ribeiro dos Santos

Nota prévia

Este relatório deve ser considerado como provisório. Os elementos informativos que conseguimos reunir (por contactos institucionais e pessoais) são muito incompletos para permitirem uma satisfatória avaliação da situação da disciplina ou área disciplinar da História da Filosofia. Seria necessário, nomeadamente, um inventário das dissertações realizadas nos últimos anos ou actualmente em curso de realização (a nível de mestrado e de doutoramento) nas várias universidades, um conhecimento dos projectos pessoais de investigação (traduções, monografias) nesta área, uma consulta aos editores para saber de eventuais linhas editoriais que privilegiem esta área do saber filosófico.

1. Introdução

Área nobre da investigação filosófica desde o século XIX e por toda a primeira metade do século XX, a História da Filosofia foi, nos últimos decénios, alvo de ataques decisivos que puseram em causa os seus pressupostos e a sua qualidade e valor filosófico. O estruturalismo e a filosofia analítica foram os movimentos filosóficos com maior responsabilidade na erosão dos fundamentos da historicidade em geral e da visão historicista da filosofia em particular, sobretudo naquela forma extrema que dela deu Hegel. O primeiro tornou patente o carácter regional e epocal das categorias da historicidade (génese, evolução, desenvolvimento, teleologia), ao mesmo tempo que esvaziou da sua pregnância as noções de sujeito e de sentido. Os pensadores analíticos, por seu turno, em nome do mito da intemporalidade da verdade, dos problemas e do pensamento (mito de que a História da Filosofia também regista várias edições), têm praticado, por vezes com sobranceria, o desprezo pela história da filosofia e historiografia filosófica.

A crise da historicidade e até mesmo a tendência anti-histórica de alguns movimentos filosóficos contemporâneos teve todavia o mérito de suscitar um amplo debate (sobretudo em Itália, mas também em França, em Espanha, na Alemanha e até nos Estados Unidos) sobre a História da Filosofia, seu conceito e objecto, seus pressupostos e métodos, sua própria história, suas formas e significado filosófico. Na segunda metade deste século, em plena crise de histórias da filosofia, desenvolveram-se dois projectos de matriz histórica extremamente fecundos: o da História das ideias nos Estados Unidos, que se materializou, desde a década de 40, no *Journal of the History of Ideas*, e o da "Begriffsgeschichte", na Alemanha, que se materializou no *Archiv fur Begriffsgeschichte*.

Por certo, ainda há quem, contra a ideia de qualquer tipo de História da Filosofia, defenda a autonomia racional da investigação pura e a existência de problemas filosóficos sem história, sem pressupostos e sem preconceitos culturais ou epocais, mas o debate e a reflexão entretanto empreendidos levaram a um amplo reconhecimento de que há muitas práticas da história da filosofia e de que algumas delas, longe de constituirem estorvo ao pensamento, são-lhe úteis e mesmo necessárias. (Um ainda recente ponto da situação a respeito do debate sobre este tema pode ver-se em: Gianni VATTIMO, dir., *Filosofia '87*, Laterza, Roma, 1987, trad. francesa: *Que peut faire la philosophie de son histoire?*, Seuil, Paris, 1989; e em Serafin VEGAS GONZALES, "La revision neohistoricista del significado de la historia de la filosofia", *Anales del Seminario de Historia de la Filosofia*, 10, pp.11-42, Editorial Complutense, Madrid, 1993).

De qualquer modo, a História da Filosofia que actualmente se pratica está muito longe daquela concepção forte de tipo hegeliano marcada pela ideia de desenvolvimento (Entwicklung) e de superação (Aufhebung) de umas filosofias por outras, pela teleologia imanente do pensamento em vista de uma revelação final de sentido único; longe até da ideia moderna de progresso e também da concepção de objectividade histórica do positivismo, incorporando a inspiração da filosofia hermeneutica, da fenomenologia e até do estruturalismo.

Em Portugal nunca existiu uma sólida e continuada tradição de investigação em História da Filosofia ou mesmo em historiografia filosófica. Joaquim de Carvalho foi dos poucos que se destacou, em particular, no que respeita a história da cultura filosófica portuguesa desde a Idade Média ao século XIX, mas, apesar da extensão e valor da sua obra nesse domínio, não conseguiu criar escola que desse continuidade expressiva ao seu empreendimento. A história da cultura

filosófica portuguesa tem sido ainda assim a mais desenvolvida, destacando-se os estudos de professores e académicos como Francisco da Gama Caeiro e de António Braz Teixeira e de autodidactas como Pinharanda Gomes.

Também a reflexão sobre o conceito, os pressupostos, os métodos e o significado filosófico da História da Filosofia não tem tido entre nós cultivo digno de referência. Aflora por vezes, é certo, mas de modo superficial e inconsequente, a acusação de que certas práticas filosóficas nacionais (nomeadamente no ensino universitário) padecem do vício historicista de reduzir a filosofia a uma história da filosofia ou a uma ruminação do seu passado. Talvez em consequência de tais acusações a História da Filosofia tem vivido nos últimos anos uma existência envergonhada, mesmo nos planos curriculares das licenciaturas em Filosofia, em cuja última restruturação caíu a determinação histórica na designação das tradicionais disciplinas de História da Filosofia, que assim passaram a chamar-se: Filosofia Antiga, Filosofia Medieval, Filosofia Moderna, Filosofia contemporânea.

2. O ensino

Mesmo sob forma envergonhada e por assim dizer disfarçada a História da Filosofia constitui ainda núcleo fundamental (oito semestres e 4 horas/semana) dos currículos das licenciaturas em Filosofia das várias universidades portuguesas públicas e privadas. Ela é mesmo o núcleo mais visível e, se tivermos em conta que mesmo as disciplinas consideradas sistemáticas são muito frequentemente abordadas numa perspectiva histórica, podemos concluir que a História da Filosofia tem um peso muito considerável na formação dos licenciados em Filosofia.

Uma análise dos conteúdos dos programas universitários da disciplina leccionados nos últimos anos revela:

- Uma grande diversidade de concepção: há os que cobrem todo um período, os que se concentram numa determinada escola ou movimento filosófico, os que se concentram num autor, os que seguem um fio condutor temático, os que tratam os diversos autores de um dado período de modo avulso.
- Em algum caso em que a Licenciatura em Filosofia está estruturada em vários percursos ou

variantes, são oferecidos programas alternativos, o que supõe o cultivo e prática conscientes de preferências temáticas e porventura também metodológicas.

- Em geral, os programas são costruídos por referência às obras ou textos fundamentais dos pensadores estudados ou para eles reenviam, em muitos casos com indicação de leituras obrigatórias.
- As bibliografias que acompanham os programas são, em geral, as essenciais e indiciam um bom nível de preparação e de actualização por parte dos docentes.
- Nota-se a desatenção ou a escassa atenção relativamente a certos momentos da História da Filosofia, designadamente ao período do Helenismo (só em 1 programa), ao do Renascimento (só em 3 programas), à filosofia romana (em nenhum programa é abordada). A filosofia oriental só num curso recente tem lugar.
- Os docentes a quem está confiada a leccionação da disciplina são, na sua maioria, doutorados, com investigação feita e obra publicada sobre os pensadores ou os temas do período que leccionam.
- Da análise dos programas da disciplina colhe-se a indicação de que o ensino universitário da História da Filosofia ao nível da graduação é de boa ou mesmo de excelente qualidade. Sabe-se, porém, que a qualidade do ensino não depende apenas de bons programas e nem sequer de bons docentes, mas também de meios postos à disposição dos alunos (sobretudo bibliográficos) e do interesse e motivação dos mesmos alunos. Infelizmente nos cursos universitários de Filosofia vão cair alunos fracamente motivados, que nos seus processos de candidatura ao ensino superior colocaram a licenciatura em Filosofia em 2º, 3º ou 4º lugar.

É de assinalar o facto de começar a haver cursos superiores que tradicionalmente nada têm que ver com a Filosofia e que estão a introduzir disciplinas de Filosofia no seu currículo de licenciatura. É o caso da licenciatura em Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia (Universidade Técnica de Lisboa) que introduziu uma disciplina de História do Pensamento no 5º ano e da licenciatura em Medicina (Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa) que igualmente introduziu uma cadeira de opção de História do Pensamento no seu currículo.

Ao nível da pós-graduação, o ensino de História da Filosofia realiza-se com regularidade em 4 Faculdades: privilegiando-se ora a Filosofia Medieval (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), ora a Filosofia contemporânea (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), ora a Filosofia Moderna e contemporânea (FCSH da Universidade Nova de Lisboa), ora abarcando todos os períodos da História da Filosofia (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

A presença da História da Filosofia (e até mesmo da perspectiva histórica) nos actuais programas de introdução à Filosofia do Ensino Secundário é inexistente ou irrelevante. O tópico do programa do 10º ano - "A filosofia no tempo" -, sendo o último, raramente é efectivamente leccionado pelos docentes e em alguns manuais nem sequer é considerado.

3. A investigação

3.1 Um panorama animador

O panorama da investigação no domínio da Filosofia e da História da Filosofia em Portugal mudou radicalmente num sentido francamente positivo nos últimos 15 anos, não só no aspecto quantitativo como também no aspecto qualitativo.

Esta mudança não é fruto do acaso, mas é o resultado do investimento na preparação e qualificação dos docentes pelo doutoramento e na docência universitária sobretudo ao nível de pós-graduação. Um grande número de dissertações de mestrado e de doutoramento têm sido levadas a cabo nestes últimos anos e muitas outras estão em curso, o que permite esperar um futuro próximo de crescente desenvolvimento no sector. Factor importante de motivação é o reconhecimento dos graus de Mestre e de Doutor para efeitos de progressão na carreira do ensino secundário, o que virá a reflectir-se também na qualificação dos docentes desse nível de ensino e na alteração das práticas de ensino secundário da Filosofia.

Da informação reunida pelo Observatório das Ciências e Tecnologias relativa ao decénio compreendido entre 1986 e 1996 conclui-se que das 69 dissertações de doutoramento realizadas em Portugal (ou reconhecidas), 44 são dedicadas à História da Filosofia, com a seguinte distribuição: 26 são dedicadas à Filosofia contemporânea (de Kant à actualidade), 2 ao Renascimento (sec. XV-XVI), 9 à Filosofia Moderna, 3 à Filosofia Medieval, 4 à Filosofia Antiga.

A investigação em História da Filosofia, sobretudo no que respeita aos períodos antigo, medieval e renascentista, defronta-se com o sério problema da falta de preparação linguística dos alunos e dos investigadores. Para resolvê-lo, deveria estimular-se o estudo das línguas clássicas nas universidades por parte dos alunos dos cursos de Filosofia e não se permitir que se

façam dissertações (de mestrado ou de doutoramento) sobre um filósofo do qual não se possam ler e entender as obras na língua original. Este princípio é já adoptado em algumas universidades, mas está longe de ser generalizado a todas. Outra maneira de ultrapassar esse obstáculo seria cultivar o trabalho interdisciplinar de filólogos e filósofos, mormente em projectos que envolvam traduções de clássicos do pensamento filosófico.

A investigação filosófica em Portugal tem tido quase sempre um carácter avulso, dependendo dos projectos pessoais de qualificação para a carreira universitária e muitas vezes nisso se esgota. Mas o número de investigadores qualificados actualmente existente permite já que se passe a formas planificadas de investigação, envolvendo equipas de investigadores e projectos de maior dimensão e com garantia de continuidade. É necessário que se associem a projectos considerados importantes ou estratégicos os investigadores mais capazes, superando bairrismos de escola ou os brios da respectiva família ou escola filosófica. Um sinal de que os hábitos estão a mudar num bom sentido é o facto de que um dos projectos de maior dimensão actualmente em curso (a História do Pensamento Filosófico Português) mobilize praticamente todos os investigadores nacionais de todas as universidades e até alguns investigadores estrangeiros.

Um aspecto cujo desenvolvimento nos parece particularmente importante é o enquadramento institucional da investigação, como garantia da continuidade e da solidez científica dos projectos. Grande parte das deficiências da tradição filosófica portuguesa decorrem, a nosso ver, da incapacidade de muitas iniciativas e esforços, em si mesmos altamente meritórios, ultrapassarem o empenhamento e devoção dos indivíduos para alcançarem o reconhecimento e serem assumidos institucionalmente.

Dos projectos ainda recentes ou actualmente em curso que conhecemos (muitos haverá de que não temos conhecimento) respeitantes mais directamente à História da Filosofia destacamos:

- o de *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* (Verbo, Lisboa/ São Paulo, 1989-1992), cuja realização e edição foi patrocinada pela Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, projecto que mobilizou para a redacção dos seus 5 volumes mais de uma centena de autores portugueses e brasileiros.
- o do Centro de Estudos Medievais da Faculdade de Letras do Porto e Universidade Católica Portuguesa (núcleo do Porto), apoiado pela Fundação Eng. António de Almeida, que, para além

de vários projectos de investigação em curso e da realização de vários colóquios, publica regularmente (desde 1992) *Mediaevalia* onde divulga estudos, textos traduzidos, miscelâneas, actas de colóquios. Em curso está o projecto: "Corpo e natureza: representações, sentidos e conceptualizações (séculos XII a XVII)".

- o do Núcleo de Investigação sobre o Idealismo Alemão do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, que tem nomeadamente promovido, com regularidade desde 1991, a realização de colóquios, congressos e seminários de âmbito nacional e internacional, tendo por objecto os filósofos do idealismo alemão ou afins e respectivas obras, cujas actas tem publicado. Tem igualmente em curso (até ao ano 2004) a tradução de várias obras de Kant (ainda não traduzidas para o português) e de Schelling.
- o do Núcleo de Investigação em Filosofia Tardo-antiga, Patrística e Medieval, do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, integrando investigadores da Universidade Católica Portuguesa, que se propõe a curto prazo a tradução de obras e opúsculos de Agostinho de Hipona, de São Boaventura e de Pedro Hispano, e a realização de estudos em filosofia medieval em torno das seguintes temáticas: "O resplendor da matéria e a positividade do corpo" e "A anamnese na obra de Agostinho de Hipona".
- o da *História do Pensamento Filosófico Português* (em 5 volumes, com 1º e 5º vols. a sair em 1999): desenvolvido a partir do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, mas que mobiliza mais de 3 dezenas de especialistas de todas as universidades portuguesas e mesmo alguns estrangeiros.

3.2 Traduções

Sem traduções dos clássicos do pensamento, um país é menor e funcionalmente analfabeto do ponto de vista da cultura filosófica. Mesmo que haja uma meia dúzia de excelentes especialistas, estes acabam por não ter um público que realmente os entenda. São estrangeirados que exibem perante a ignorância comum os seus saberes colhidos nos círculos mundiais em torno dos quais gravitam. Mas não criam verdadeiramente uma cultura filosófica, que é o elemento onde então pode surgir a criação e a investigação fecunda em Filosofia. A falta de tradução dos clássicos é uma deficiência crónica do nosso existir filosófico e pensamos ser essa uma das razões da falta de consistência e de continuidade da expressão filosófica na cultura portuguesa.

Nos últimos anos é de assinalar uma mudança quantitativa no que se refere à tradução de alguns clássicos da História da Filosofia.

Alguns filósofos têm traduzidas as suas obras mais importantes. É o caso de Platão, de Kant, de Nietzsche, de Wittgenstein. Algumas foram feitas com preocupações literárias e filologias, mas com pouco cuidado filosófico; outras feitas sem ter em conta os problemas da hermenêutica da obra do autor. Umas e outras carecem de profunda revisão e deveriam ser objecto de um trabalho de equipa e de colaboração entre filósofos e filólogos.

É sabido que o mercado do livro filosófico em Portugal não é animador para o editor comercial. Daí que sejam os editores institucionais (Gulbenkian, IN/CM) aqueles que têm desempenhado o principal papel neste sector. É louvável o esforço de alguns editores privados (Edições 70, Edições Colibri, Editora Rés), os quais deveriam ser apoiados mediante subsídios, sempre que as obras que editam se inscrevessem em projectos de continuidade e de qualidade, ultrapassando o carácter avulso que geralmente têm.

Ainda carecemos da tradução de muitas obras fundamentais da História da Filosofia, tarefa que urge estimular e apoiar. Sendo sabido o quanto pesou a tradição do aristotelismo na nossa cultura filosófica, é de lamentar que ainda não disponhamos de boas traduções das obras fundamentais de Aristóteles (Metafísica, Éticas, Lógica, Política, Física, Retórica...). Sendo Portugal um país de língua novilatina e de forte marca romana na administração jurídica, é incompreensível como ainda não dispomos da tradução dos textos filosóficos de Cícero ou de Séneca (deste com excepção, aliás recente, das *Cartas a Lucílio*, publicadas pela Fundação Gulbenkian).

Mas, para além destes, muitos outros pensadores há cujas obras mereciam um esforço apoiado institucionalmente de tradução para o português: certas obras de Platão, de Plotino, de Tomás de Aquino, de Agostinho de Hipona, de Nicolau de Cusa, de Marsílio Ficino, de Giordano Bruno, de Johannes Kepler, de Francis Bacon e mesmo de muitos dos modernos até aos mais recentes (Leibniz, Fichte, Schelling, Hegel, Schopenhauer, Heidegger).

Mais escandalosa, porém, é a situação no que se refere aos clássicos do nosso pensamento filosófico. Muitas obras interessantes ainda aguardam edição e estudo, enquanto outras aguardam reedição e tradução. O projecto em tempos levado a cabo pelo Instituto de Psicologia e História da Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa foi lamentavelmente interrompido a partir da década de 70. Com novos critérios hermenêuticos ele deveria ser retomado e mesmo ampliado. Apraz-nos registar que está em curso o projecto de tradução e edição de clássicos do pensamento português, designadamente, dos Comentários à Metafísica de Aristóteles, de Pedro

da Fonseca e de obras de Pedro Hispano. A investigação em curso para a elaboração de uma História do Pensamento Filosófico Português descobrirá por certo muitas obras do nosso passado de reflexão que merecem ser resgatadas do esquecimento, editadas e estudadas.

3.3 Colóquios, simpósios, seminários

Nos últimos anos, tem contribuído muito para o despertar do interesse pela História da Filosofia e para o desenvolvimento de produção nacional de estudos e reflexão nessa área, pelo menos em alguns domínios, a regular realização de colóquios, congressos e seminários, de âmbito nacional ou internacional, os quais têm permitido e estimulado o debate entre os investigadores nacionais e entre estes e os estrangeiros.

Salientamos os seguintes:

- Kant (colóquio organizado pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Novembro de 1981), em comemoração do bicentenário da publicação da *Crítica da Razão Pura*.
- Pensar Feuerbach (colóquio organizado pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Novembro de 1991), em comemoração dos 150 anos da publicação de *A Essência do Cristianismo*.
- Religião, História e Razão da Aufklarung ao Romantismo (colóquio organizado pelo Núcleo de Investigação sobre o Idealismo Alemão do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, em Novembro de 1993) em comemoração do bicentenário da publicação da obra de Kant, *A Religião nos Limites da Simples Razão*.
- Educação estética e utopia política (colóquio organizado pelo Núcleo de Investigação sobre o Idealismo Alemão do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, em Novembro de 1995), em comemoração dos 200 anos da publicação de *Para a paz perpétua*, de Kant, e de *Cartas sobre a educação estética do ser humano*, de Schiller.
- Eros e Philia no Pensamento Clássico (colóquio internacional organizado pelo Departamento de Estudos Clássicos e pelo Núcleo de Investigação em Filosofia Antiga do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, em Novembro de 1995).
- Descartes: leitura da Modernidade (colóquio internacional organizado pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Novembro de 1996), em comemoração do IV centenário do nascimento de Descartes.

- Descartes, Leibniz e a Modernidade (colóquio internacional organizado pelo Núcleo de Investigação sobre o Idealismo Alemão do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, em Novembro de 1996), em comemoração do IV centenário do nascimento de Descartes e dos 350 anos do nascimento de Leibniz.
- Descartes e Leibniz (organizado pela Secção de Filosofia da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, em Dezembro de 1996), em comemoração do IV centenário do nascimento de Descartes e dos 350 anos do nascimento de Leibniz.
- Colóquio Luis de Molina Regressa a Évora, organizado pelo recentemente criado Departamento de Filosofia da Universidade de Évora e pela Fundação Luis de Molina, realizado na Universidade de Évora em Junho de 1997.
- Seminário Internacional A Génese do Idealismo Alemão (organizado pelo Núcleo de Investigação sobre o Idealismo Alemão do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, em Novembro de 1997), tendo por objecto a reflexão sobre as obras dos pensadores do idealismo publicadas nos anos 1796 e 1797: *Hyperion*, de Holderlin, *Metafísica dos Costumes*, de Kant, *Ideias para uma Filosofia da Natureza*, de Schelling, *Fundamentos do Direito Natural e Primeira* e *Segunda Introduções à Doutrina da Ciência*, de Fichte.
- Seminário Internacional sobre A Obra de Francisco Suárez, organização do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, realizado em Lisboa nos dias 5 e 6 de Março de 1998, em comemoração do IV centenário do início do magistério de Suárez em Coimbra e da publicação das *Disputationes Metaphysicae*.

Temos conhecimento de que estão em preparação os seguintes eventos relacionados mais directamente com a História da Filosofia:

- I Conferência Internacional de Filosofia da Educação Diversidade e identidade, organizada pelo Gabinete de Filosofia da Educação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de 6-8 de Maio de 1998.
- Colóquio Internacional sobre A Anamnese e o Saber, organizado pelo Núcleo de Investigação em Filosofia Antiga do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, em colaboração com a Faculdade de Medicina de Lisboa, a realizar em Lisboa a 7 e 8 de Maio de 1998.
- Simpósio Internacional Hegel, organizado pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa em coordenação com a direcção da Societas Hegeliana, a realizar em Braga, de 21 a 25 de Setembro de 1998.

- Seminário O Novo Mundo da Razão. O efeito dos Descobrimentos na construção da racionalidade europeia dos séculos XV a XIX, organizado pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa a 10 e 11 de Dezembro de 1998.
- Simpósio Internacional Feuerbach, organizado pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa em coordenação com a direcção da Sociedade Feuerbach Internacional, a realizar em Lisboa em Setembro de 1999.
- Simpósio Internacional Modernidade e Subjectividade (Descartes /Schelling /Husserl), em comemoração dos 350 anos da morte de Descartes, do 2º centenário da publicação de *Sistema do Idealismo Transcendental* de Schelling e do 1º centenário da publicação de *Investigações Lógicas* de Husserl, a realizar em Novembro de 2000, pelo Núcleo de Investigação sobre Fenomenologia e pelo Núcleo de Investigação sobre o Idealismo Alemão do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Simpósio Internacional Kant, organizado pelo Núcleo de Investigação sobre o Idealismo Alemão do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, a realizar em Novembro de 2004, em comemoração do II centenário da morte de Kant.

Certamente muitos outros eventos do género aconteceram ou estão em preparação, dos quais não tivemos conhecimento. Mas o número, a regularidade e a qualidade dos mencionados (garantida esta não só pela participação dos investigadores portugueses das várias universidades, mas também pela de reputados especialistas estrangeiros) dá para fazer uma ideia de como a situação do debate filosófico em Portugal tem sofrido uma decisiva transformação nos últimos anos.

4. A edição e publicação

4.1 Publicações periódicas

Que saibamos, só uma é expressamente dedicada à História da Filosofia, ao período medieval, publicando estudos, monografias, traduções de opúsculos, actas de seminários e simpósios, miscelâneas. Trata-se de *Mediaevalia* (o 1º número foi publicado em 1992, o nº 7/8 foi publicado em 1995), interuniversitária e inter-institucional, publicada sob a responsabilidade do Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (núcleo do Porto), ligada

directamente à docência da Filosofia Medieval na Faculdade de Letras do Porto ao nível da graduação e da pós-graduação.

Não só a *Revista Portuguesa de Filosofia* - mas também as de fundação mais recente - *Análise, Revista Filosófica de Coimbra, Philosophica* - publicam, com uma regularidade a que não estávamos habituados em Portugal, ensaios de nível internacional, de autores portugueses e estrangeiros, sobre temas e autores da História da Filosofia. O mesmo se diga das secções de Filosofia da *Revista da Faculdade de Letras do Porto* e da revista *Arquipélago* da Universidade dos Açores.

4.2 Edição de clássicos

Destaca-se a IN/CM com duas séries: a dos clássicos do pensamento português e a dos clássicos da filosofia, onde já saíram traduções de Leibniz, Kant, Goethe, Schiller, Hegel, Platão, Aristóteles, Frege, Hobbes, Espinosa.

Segue-se a Gulbenkian, que editou obras de Platão, Séneca, Agostinho, Nicolau de Cusa, Copérnico, Bruno, Coménio, Kant, Feuerbach, Wittgenstein.

Entre os editores privados, destacam-se pelo volume de obras publicadas: Edições 70 (que tem desenvolvido desde há vários anos uma linha editorial de continuidade de publicação de clássicos do pensamento filosófico: Kant, Hume, Nietzsche, Scheler, Kierkegaard, Descartes, Hegel, Espinosa, Bergson, Feuerbach, Marx, Locke, Santo Agostinho...), Edições Colibri e a Editora Rés; com alguns títulos, também Edições Antígona, Editora Relógio d' Água, Porto Editora, Edições Contraponto, Edições Europa-América, Editorial Presença, Guimarães Editores.

Se o nível médio das traduções é satisfatório e se a maior parte delas é feita a partir dos originais, se há mesmo algumas que são excelentes, também é verdade que outras carecem de profunda revisão. Ainda há editores portugueses de obras clássicas de Filosofia que não mencionam nem os critérios nem a edição que serve de base às traduções que publicam, e não basta aduzir na ficha da obra o seu título original, pois quem se der ao trabalho de confrontar a suposta tradução com o texto original rapidamente descobrirá que este último não foi havido para a tradução.

Sem apoio financeiro a edição filosófica em Portugal não é economicamente viável. Mas o apoio institucional deveria privilegiar projectos editoriais coerentes, evitando o avulso, e assegurar a qualidade e a continuidade, o que poderia conseguir-se mediante o estabelecimento de Protocolos - renováveis ou revogáveis - entre Editoras e Centros de Investigação, com apoio do Ministério da Ciência, do Ministério da Cultura ou do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

4.3 Dissertações e monografias

Também aqui o panorama é avulso, disperso, descontínuo, dependendo não só da contingência da oferta, mas também da inexistência de um mercado significativo. Alguns editores privados abrem séries de Filosofia das quais rapidamente desistem quando confrontados com a inapetência do público para esse tipo de produto.

As editoras institucionais (Imprensa Nacional/Casa da Moeda e Gulbenkian), melhor defendidas porque não vivem directamente das vendas das suas publicações, têm desempenhado um papel importante no sector, mas não é recomendável que o absorvam por completo. O protocolo estabelecido entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Gulbenkian para a publicação de dissertações e estudos na área das ciências sociais e humanas é uma boa solução, mas não consegue dar saída ao volume da investigação que tende a aumentar em quantidade e esperamos que também em qualidade.

Também neste sector a solução poderia passar pelo estabelecimento de programas paralelos de apoio a editoras que apresentassem projectos coerentes e de qualidade na base de protocolos com centros ou institutos de investigação creditados pelo mérito científico dos seus trabalhos.

5. Os meios

5.1 Bibliotecas

As bibliotecas portuguesas, mesmo as universitárias com mais tradição e história, estão deficientemente apetrechadas, sobretudo no que respeita a fontes primárias, edições de referência ou edições críticas, e a publicações periódicas especializadas que permitissem o

acompanhamento da investigação internacional nos vários períodos da história da filosofia. A situação tem melhorado um pouco nos últimos anos, mas há ainda muito a fazer.

As bibliotecas mais importantes (Nacional, Academia das Ciências, Biblioteca Pública de Évora, Universidade de Coimbra, Biblioteca Pública do Porto) são em geral pobres em matérias filosóficas e de História da Filosofia; todavia, algumas têm excelentes fundos de obras do Humanismo e Renascimento, de alguns autores do século XVIII (Leibniz e Wolff) e pontualmente de outros. Mas deveria introduzir-se nelas uma cultura diferente da do conservador de museu, que considera o investigador como um ente incómodo, que por todos os meios se dissuade ou se afugenta.

Algumas medidas poderiam entretanto ser desenvolvidas:

- Criação de uma rede informativa nacional entre bibliotecas (universitárias e públicas) e centros de investigação.
- Facilitação de empréstimo temporário à distância (ou de obtenção de cópias e microfilmes), para fins de investigação, à semelhança do que se pratica há muito em alguns países.

5.2 Bolsas de investigação

Na situação actual, que (apesar dos significativos esforços recentes para reforçar e equilibrar o apoio dado à investigação) ainda é de grande escassez de bolsas de estudo na área das ciências humanas, em geral, e das ciências filosóficas, em particular, seria de recomendar, pelo menos, que se desse satisfação ao direito de gozo de licenças sabáticas ou que houvesse mais liberalidade na concessão de equiparações a bolseiro, em particular aos docentes do ensino secundário que apresentem projectos viáveis de investigação, estejam eles ligados ou não à obtenção dos graus académicos de mestrado ou doutoramento. Com isso ganharia a investigação, mas também se modificaria para melhor a qualidade do ensino da Filosofia ao nível do secundário.

EPISTEMOLOGIA

Maria Luísa Couto Soares

1. Notas introdutórias sobre a situação actual da epistemologia

Parece-me ser útil começar por apresentar um enquadramento geral de referências dentro das quais se insere a Epistemologia Contemporânea. Estas notas introdutórias, podem fazer compreender melhor a relação complexa entre a epistemologia, as diversas ciências e a filosofia. E, no quadro específico da Epistemologia, as suas fronteiras, afinidades e interferências com disciplinas como as Metodologias das diversas ciências, naturais, humanas, sociais, a Filosofia do conhecimento, a Filosofia das Ciências, a Filosofia da Natureza ou Cosmologia.

Embora actualmente possa ser já um truísmo falar da crise do modelo de racionalidade dominante até aos fins do século XIX, não há dúvida que é preciso ter em conta, para compreender algumas das atitudes epistémicas actuais, a crítica generalizada, embora com diferentes matizes, que foi surgindo em variados autores, no campo da filosofia, ao naturalismo, ao cientificismo, ao positivismo e neo-positivismo. Alguns desses pensadores marcaram fortemente de uma forma ou de outra o horizonte filosófico da passagem do século passado para este século[1] . No que se refere especificamente à epistemologia, as ideias recorrentes apontam para a consciência dos limites da racionalidade científica segundo o modelo dominante até aos finais do século XIX.

As notas características deste "paradigma"em crise, referidas aqui de um modo genérico, são bem conhecidas:

a) Uma visão da natureza de inspiração cartesiana e galilaica, reduzida a extensão e movimento; natureza passiva, à disposição do homem, seu espectador para ser observada, conhecida, dominada.

---

1 Alguns exemplos apenas de pensadores e obras que marcaram com nitidez esta atitude crítica: Husserl, E. - *Krisis des europäischen Wissenschaften und die transzendentale Phänomenologie*, Whitehead, A. N. - *Science and Modern World, The Concept of Nature* Wittgenstein, L. - *Tractatus, Investigações filosóficas, Cultura e Valor*, Weber, M. (até certo ponto com a sua caracterização da "racionalidade instrumental". E outros...

b) Uma confiança epistemológica apoiada na regularidade objectiva das leis da natureza, na sua tradução em linguagem matemática no carácter "conservador" da própria natureza traduzido claramente nas leis físicas - conservação da massa, conservação do movimento, conservação da energia...

c) A estreita relação entre ciência e poder - "a senda que conduz o homem ao poder e a que o conduz à ciência estão muito próximas, sendo quase a mesma" (Bacon, *Novum Organon*), que, no entanto, afirma também "só podemos vencer a natureza obedecendo-lhe". E, para citar outro exemplo bem distante no tempo e na mentalidade: Weber em *Wissenschaft als Beruf*: "Tudo pode ser dominado com o cálculo e a precisão".

d) Uma certa atracção racional pelos dualismos e bifurcações que condiciona um modo de pensar disjuntivo, em pares de termos irreconciliáveis: natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objectivo... Whitehead no seu *The concept of Nature* critica e rejeita este modo dualista e disjuntivo de pensar que se traduz no que ele designa por "teorias da bifurcação da natureza".

e) Primazia do visual sobre o oral: Leonardo da Vinci e a dignificação da vista sobre qualquer outro dos sentidos porque só ela capta com exactidão os objectos. Na querela sobre a hierarquia entre pintura e poesia, Leonardo afirma sempre a superioridade da primeira, porque só a pintura é ciência[2] . Primazia quantitativo sobre o qualitativo: Galileu e a radical separação entre as realidades objectivas, susceptíveis de serem conhecidas com exactidão como o número, a figura, a grandeza, o movimento, e o que só pode ser apreendido subjectivamente - sons, cores, sabores, etc.

Poderíamos continuar a caracterização do "paradigma dominante" na racionalidade científica, mas este apontamento esquemático é suficiente para estabelecer o contraste com o que, continuando com a terminologia de Kuhn, poderíamos chamar "paradigma emergente".

Antes de assinalar os contrastes, é de notar, no entanto, que muitos de nós, e mesmo muitos dos estudantes que frequentam actualmente as Universidades, sobretudo em áreas das Letras ou das Ciências Humanas e Sociais, receberam ainda, ao longo dos seus estudos anteriores, uma educação científica marcada por abundantes resíduos das concepções apontadas; e se, em alguns casos leram ou estudaram algum ou alguns autores que marcam claramente a transição de uma "mentalidade científica" para um novo modelo (como é por

2 Cfr Leonardo da Vinci, *Aforismos.*

exemplo o caso de uma ampla atenção dada a Bachelard nalguns programas de Filosofia dos últimos anos da Escola Secundária, ou de leituras de autores como Edgar Morin, e outros), essas leituras não foram assinaladas devidamente no horizonte de fundo a que pertencem, e na "novidade" que de algum modo traziam à nova mentalidade e cultura científicas.

1.2 O "novo espírito científico"- algumas notas sobre o "paradigma emergente"

Vários factores contribuiram para esta "transformação" do modelo de racionalidade. Alguns factores internos às próprias ciências exactas: a crise dos fundamentos da matemática, o teorema de Gödel, a nova imagem da natureza procedente dos progressos da Física, o princípio do indeterminismo, e o golpe dado no par, até então inquestionável, de observador/observado, não são decerto alheios às novas atitudes epistémicas que se foram assumindo; outros factores originados pelo desenvolvimento das ciências sociais e humanas, que à partida adoptaram o mesmo naturalismo positivista das ciências em geral, mas que depressa questionaram esta mesma imposição de metodologias e modos de pensar por não satisfazerem a peculiaridade dos seus estatutos; as discussões em torno do binómio explicação/compreensão[3], contribuiu sem dúvida para um exame crítico da "razão científica, instrumental, explicativa"; entre os epistemólogos propriamente ditos, não podemos deixar de referir alguns dos que deram um forte golpe no modelo dominante de racionalidade científica: Bachelard, Kuhn, Polanyi, Feyerabend.

a) Embora de um modo totalmente desintegrado do contexto científico e epistemológico em que se integra, o pensamento e a obra de Bachelard teve grande ressonância no ensino e nas mentalidades portuguesas das décadas de 60 e 70. Possivelmente atraídos sobretudo pela

---

3 A formulação deste par de modelos, ou de formas de pensar, pode dizer-se que surge com o nascimento das designadas "ciências do espírito", na terminologia de Dilthey, ou ciências humanas. O "espírito" destes saberes revelou-se como um desafio à unidade e universalidade proclamadas pelo método positivista, e como uma alternativa ao modelo da "explicação", optando pelas categorias da "compreensão", um enquadramento categorial que acompanha bem o tratamento da acção humana, social, histórica. São marcos importantes na história e processo dos confrontos metodológicos e epistémicos entre os dois modelos, as obras de: Wright, G.H. von - *Explanation and Understanding*; o próprio Wright cita como sendo particularmente representativos da adopção de um modelo "compreensivo", "intencionalista", por contraposição ao modelo explicativo-causal, as obras de Anscombe - *Intention* e de Charles Taylor - *The Explanation of Behaviour*, duas obras que se podem considerar complementares. Sobre o problema explicação *versus* compreensão, cfr também *Understanding and Explanation* de Apel, K.O., Toulmin, G. - *Human Understanding*, 1972.

"novidade" de um espírito científico inspirado numa dialéctica que foi interpretada literalmente sob a efígie da dialéctica hegeliana, muitos dos professores (do ensino secundário) aproveitaram o que em Bachelard melhor representa uma rotura com uma razão identitária, fixista. Há que notar, no entanto que não era intenção do próprio Bachelard provocar um uso excessivo e abusivo da contradição, à sombra das dialécticas metafísicas, sobretudo hegelianas. "O que Bachelard denomina dialéctica é o movimento indutivo que reorganiza o saber expandido-lhe as bases, no qual a negação dos conceitos e dos axiomas é apenas um aspecto da sua generalização(...) a dialéctica(...) designa uma consciência de complementariedade e de coordenação de conceitos da qual a contradição lógica não constitui o motor"[4]. O novo racionalismo proposto por Bachelard traz sobretudo a novidade de permitir uma abertura, um pluralismo, um movimento de contínua rectificação dos conceitos, que desentroniza o ideal de unidade sistemática da razão.

b) A obra de Kuhn de 1962 terá muito menos repercussões no estudo e no ensino da Epistemologia em Portugal. Só bastante mais tarde penetrará nos programas dos cursos de Epistemologia de algumas Universidades. E, no entanto, *The Structure of Scientific Revolutions* dá origem a uma "revolução" na epistemologia tradicional, com a acentuação da discontinuidade da história da razão científica, e sobretudo a integração no processo do desenvolvimento científico de factores não estritamente racionais e da ordem cognitiva, mas também sociais, políticos, circunstanciais, que constituem o contexto dentro do qual se pode compreender um determinado discurso científico[5].

c) A discontinuidade da "história da razão", tem como corolário a questão da incomensurabilidade e intradutibilidade dos discursos, que constitui actualmente quase um *slogan* que contagiou não só as ciências humanas e sociais, como a ética e a estética, e passou a constituir um verdadeiro impasse cultivado e explorado até à saciedade em muitos dos escritos actuais sobre epistemologia[6].

---

4 Canguilhem G. "Dialectique et philosophie du non" in *Études d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris, Vrin, 1968, p.196.

5 Para uma crítica aos trabalhos posteriores de Kuhn e suas consequências, cfr F. Gil, *Provas*, INCM, 1985, pp. 58-62. "... em Paris, Kuhn notou explicitamente que a sua doutrina deixa por explicar problemas como os seguintes: Por que parece funcionar (*work*) o «processo» da ciência? Por que se desenvolve a ciência no sentido da criação de (na terminologia do autor) técnicas de solução de problemas sempre mais poderosos? E por que parece esse desenvolvimento ser irreversível? Por que é a ciência capaz de se impor transculturalmente e unir culturas díspares? Por que *não* são os indivíduos ou os grupos capazes de reconstruir o mundo a seu bel prazer? Isto é, por que não é este mundo infinitamente «plástico»?... São com certeza boas perguntas."

6 Actualmente há uma proliferação de títulos onde ocorre a palavra razão e quase sempre a respectiva obra tem como um dos temas recorrentes a questão da incomensurabilidade, intradutibilidade.

2. Notas sobre a Epistemologia no ensino, nas instituições e na investigação em Portugal

Consideremos três possíveis estádios e modos de fazer Epistemologia:

1. Uma epistemologia(1) interna às próprias ciências, feita pelos homens das ciências - exactas, experimentais, sociais, etc.
2. Uma epistemologia(2) externa, feita pela filosofia, mas tendo como tema e objectivo os problemas das ciências mesmas e das suas práticas.
3. Uma epistemologia(3) estritamente filosófica ou uma teoria filosófica do conhecimento científico, sua estrutura, sua justificação, etc. Ou seja uma extensão da filosofia do conhecimento e suas teses ao campo mais restrito do conhecimento científico.

2.2 Ensino

Licenciaturas

A epistemologia(1) integra-se frequentemente nos *curricula* das diversas Licenciaturas em disciplinas propedêuticas que tratam sobretudo de questões de metodologia aplicadas à respectiva área, ciência(s) ou saber(es) da Licenciatura. Para fundamentar esta afirmação seria necessário fazer um levantamento de diversos curricula para detectar a(s) disciplina(s) que preenche este lugar dedicado a uma reflexão interna sobre os objectivos, estrutura, categorias e estatuto das respectivas ciências. Esse trabalho poderia constituir um primeiro *Apêndice* a estas notas de carácter genérico: *a presença dos problemas epistemológicos nos curricula de outras licenciaturas (além da de Filosofia)*.

O segundo e terceiro modos de fazer epistemologia ocorrem geralmente nos *curricula* das Licenciatura de Filosofia. É sobre estes dois modos que se podem fazer algumas observações, registar certas experiências, objecções e dificuldades, e apontar algumas vias.

a) Em geral a cadeira de Epistemologia surge nos *curricula* nos primeiros anos da Licenciatura em simultâneo ou como prolongamento de uma cadeira de Filosofia do Conhecimento. Exemplos: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - no 2º ano, tendo sido dada no 1º ano, Filosofia do Conhecimento e Lógica; na Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Epistemologia e Filosofia do Conhecimento são dadas no 1º Ano; na Faculdade de Letras do Porto: Filosofia do Conhecimento no 1º ano; Epistemologia Geral; uma

cadeira de Cosmologia no 2º ano. Esta integração da Epistemologia nos primeiros anos da Licenciatura suscita algumas dúvidas ou perplexidades : para apresentar aos estudantes dos primeiros anos de filosofia uma epistemologia(2) é exigido um conhecimento aprofundado das questões filosóficas relacionadas com o problema do conhecimento e uma cultura científica ampla, o que raramente acontece aos estudantes destes primeiros anos. Para ultrapassar estas dificuldades por vezes recorre-se a um Programa que constitua um aprofundamento e uma especificação da Filosofia do Conhecimento; ou, como alternativa a uma apresentação de alguns aspectos da História das Ideias Científicas; ou ainda a uma perspectiva particular da situação actual da Epistemologia, tendendo-se em geral a sublinhar a caracterização do positivismo e neo-positivismo. Outras soluções possíveis? Contar neste Programa com a colaboração de pessoas de áreas científicas que possam dar uma contribuição mais específica dos seus problemas epistemológicos, fomentando assim a interdisciplinaridade. Ter, no entanto o cuidado de não "esvaziar" o conteúdo eminentemente filosófico da disciplina.

b) Um programa de Epistemologia Geral é difícil de conceber, evitando dois defeitos: o primeiro, já referido em a), recorrer a uma reiteração de temas tratados em Filosofia do Conhecimento, embora mais aprofundados, mais dirigidos às problemáticas das ciências; o segundo, de certo modo também já referido, será o de anular o seu carácter "Geral", optando por se especificar e limitar a Epistemologia a alguma(s) das "escolas", atitudes ou posições determinadas de alguns dos autores. Vendo alguns destes programas pode verificar-se que com frequência acontece esta segunda hipótese, e são tratados alguns problemas específicos da Epistemologia actual. Também pode acontecer que no "Geral" se integrem temas da História das Ciências, de Metodologia, de Filosofia da Natureza.

c) Tendo em conta o que se disse em a) e b), a Epistemologia parece ser uma disciplina que careceria de uma preparação prévia mais profunda nas questões da Filosofia do Conhecimento e uma motivação ou um interesse real pela problemática epistemológica. Isto indiciaria a necessidade de adiar a Epistemologia para os últimos anos da Licenciatura, ou para uma relativa especialização nesta área em concreto. Cfr o *curriculum* de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa: são propostas um conjunto de disciplinas de designação comum, e três conjuntos de opções que permitem enveredar por três caminhos diversos A) Filosofia Fundamental B) Filosofia Cultural e C) Filosofia da Ciência. Entre as disciplinas de designação comum não ocorre a Epistemologia; mas na via A) História e Filosofia das Ciências (2ºano); B) Epistemologia das Ciências Sociais (2ºano); C) Introdução às Teorias Físicas (1ºano);

Epistemologia das Ciências da Natureza (2ºano); Introdução às Teorias Biológicas (2ºano); Ciência e Filosofia em Portugal (3ºano); Epistemologia das Ciências Sociais (4ºano). Esta organização curricular suscita, no entanto algumas questões: não se realizará uma especialização demasiado cedo? Não se procederá a uma fragmentação precoce da Filosofia? Será conveniente e útil para os estudantes colocá-los perante a obrigatoriedade de optar à partida, sem conhecimento de causa, por uma sub-área ou variante da Filosofia? São problemas que se poderão discutir numa análise pormenorizada da estruturação e organização dos *curricula* de Filosofia. No meu entender estamos longe de ter encontrado uma solução ideal... e possivelmente não se encontrará nunca. Mas na hora de repensar a organização e estrutura de uma Licenciatura, serão perguntas e problemas a ter em consideração.

PERFIL PROGRAMÁTICO - (Notas sumárias extraídas de Programas publicados em Guias de Licenciaturas, ou fornecidos pelas respectivas Faculdades)

Numa rápida observação de alguns programas da cadeira de Epistemologia nas Licenciaturas de Filosofia, sem qualquer intuito crítico ou valorativo, podem confirmar-se algumas das notas anteriores.

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Na variante dedicada à Filosofia da Ciência, como é natural predominam as disciplinas de Introdução a diversas Ciências: por exemplo às *Teorias Físicas* (I e II) - Programa: Revolução Científica sec. XVI-XVII (Copérnico, Kepler, Galileu; Descartes, Huygens, Newton); *Int. às Teorias Biológicas* (I e II) -Programa: O que é a Vida? Evolução de conceitos; Biologia e História Natural; A teoria celular; Fixismo e Evolucionismo; Charles Darwin; Biodiversidade e conservação. Teoria da hereditariedade - de Mendel à Engenharia Genética, etc. Da Biologia à Ética. Questões de Bioética. *História e Filosofia das Ciências* (I e II) - Copérnico, Galileu, Newton, Bacon. Hume. Ciências da vida do séc. XIX. Indutivismo. Positivismo lógico. Popper. Lakatos. T. Kuhn. Feyerabend. Do mundo newtoniano à visão do mundo moderno. *Epistemologia das Ciências Sociais* (I e II) - Programa: Três modelos da teoria do sentido: Freud. Greimas. Levi-Strauss (I). Foucault. Ricoeur. Habermas (II).

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - *Filosofia do Conhecimento* - Programa: Descartes. Filosofia da Mente - problema da consciência: Searle, Nagel, Dennett, Churchland, Rorty. Filosofia da Consciência sec. XVII-XVIII : Descartes, Leibniz, Hume, Kant, Freud.

Epistemologia - Programa: Trajectos da Epistemologia no séc. XX. Positivismo, neo-positivismo. K. Popper. T. Kuhn. Abordagens retóricas em epistemologia: R. Giere, Rorty. Biologia e conhecimento (K. Lorenz). Epistemologia comparada de G. G. Granger. E. Morin. *Cosmologia* - Programa: História do Universo - N. de Cusa. Copérnico e Kepler. G. Bruno. Galileu, Descartes. Universo newtoniano. Cosmologias contemporâneas: contínuo/discontínuo. Teoria da relatividade e Física quântica. Origem do Universo.

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - *Epistemologia* (I e II) - Programa: (I) Problemática da Epistemologia contemporânea post-kantiana: O conhecimento - o que é que sabemos realmente? Certezas e crenças. Conhecimento e experiência. A justificação do conhecimento. Kant e a filosofia crítica. Conhecimento científico: formas e paradigmas da explicação científica. Fenomenalismo. Construtivismo. Conhecimento, experiência e sentido: teorias do sentido. Teses verificacionistas e suas aporias. A análise lógica da linguagem como crítica do discurso científico. O *Tractatus* de Wittgenstein: o seu lugar na filosofia e na filosofia das ciências. As principais "teses" do *Tractatus*. Sua auto-crítica. A dimensão prática do sentido. Confronto entre o "modo de pensar" no *Tractatus* e nos primeiros parágrafos das *Investigações*. (II) A elucidação "gramatical" do verbo *saber* (*Da Certeza*): dúvida, crença, ilusão, erro, verdade e seu fundamento, evidência. A crítica ao "saber" na superação da atitude natural em Husserl. Revisão da "racionalidade científica" caracterizada pelo "objectivismo fisicista". A fenomenologia como elucidação e fundação radical do conhecimento. Horizontes: o "mundo da vida" e a "visão científica do mundo".

Outras Licenciaturas:

Universidade do Minho - Licenciatura em Administração Pública e Gestão de Empresas. *Epistemologia e Metodologia das Ciências Sociais* - Programa: Perspectivas clássicas e hodiernas sobre a Sociedade - Vico, Durkheim, M. Weber, H. Simon, J. Elster. *Metodologia Social e Económica* - Programa: Stuart Mill, Keynes, M. Weber, K. Marx, Thorstein, Veblen. Raciocínio indutivo. Argumentos - estrutura e avaliação. *Teoria da Ciência Contemporânea* - Programa: Círculo de Viena. K. Popper. T. Kuhn. Lakatos. Feyerabend. Bertalanfy. Estatuto das Ciências Sociais.

Licenciatura em Relações Internacionais, Cultural e Política, Administração Pública e Gestão de Empresas. *Epistemologia* - Programa: Introdução - Lógica formal. Cálculo Proposicional. Tabelas de Verdade. Árvores de refutação. Cálculo de Predicados. Raciocínio indutivo. Retórica

do discurso científico (A construção das provas científicas). Epistemologia Contemporânea: Círculo de Viena, Popper, Kuhn. Em Ciências Sociais: Wiener, Bertalanfy, Boulding.

Mestrados, Cursos de pós-graduação e de Doutoramento

Dados do Ministério da Educação (publicados em Diário da República):

- Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras - Filosofia do Conhecimento e Epistemologia (Mestrado). Filosofia da Natureza e do Ambiente (Mestrado).
- Universidade do Porto, Faculdade de Letras - Filosofia do Conhecimento (Mestrado).
- Universidade Nova de Lisboa, FCSH - Inteligibilidade e Filosofia Transcendental (especialização do Mestrado em Filosofia, ainda não aprovado em D. República).
- Faculdade de Ciências e Tecnologia - História e Filosofia das Ciências (Mestrado).

2.3 Publicações

A.

Algumas editoras portuguesas têm colecções de obras filosóficas, nas quais têm incluído traduções de obras sobre Epistemologia ou sobre temas muito próximos das questões fundamentais desta disciplina traduzidas. Embora não seja visível um critério seguido na escolha das obras a traduzir, é de notar, de todos os modos, a atenção e a presença destes problemas nas publicações dessas editoras. Destaco apenas alguns exemplos, que não correspondem de modo algum a um levantamento bibliográfico exaustivo de obras existentes em português.

a) Edições 70
Colecção "O Saber da Filosofia"
DANCY, Jonathan - *Epistemologia Contemporânea*, 1990
BACHELARD, G. - *A Epistemologia*,
CANGUILHEM, G. - *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*,
BACHELARD, G. - *O Novo Espírito Científico*,
HARRÉ R. - *As filosofias da ciência*, 1988
HÜBNER K. - *Crítica da razão científica*, 1993
GEYMONAT, L. E GIORELLO G. - *As razões da ciência*,

Colecção "Biblioteca de Filosofia Contemporânea"

KUHN, TH. -*A Tensão Essencial*, 1989*

WITTGENSTEIN, L. - *Da Certeza*, 1990

FEYERABEND, P. - *Adeus à Razão*, 1991

HABERMAS, J. - *Técnica e Ciência como «Ideologia»*, 1994

**A Estrutura das Revoluções Científicas* (trad. brasileira S. Paulo, Perspectiva, 1982.

Colecção Biblioteca Básica de Filosofia: inclui algumas obras dedicadas a epistemólogos como por exemplo *Bachelard*, de F. Dagognet, *Carnap e o Positivismo Lógico* de A. Pasquinelli, entre outros.

b) Editorial Presença

Biblioteca de Textos Universitários

Grande variedade e heterogeneidade de obras, entre as quais algumas relacionadas com a Epistemologia, como por exemplo:

CASINI, P. - *As Filosofias da Natureza*

COLLINGWOOD, R.G. - *Ciência e Filosofia* (trad. de *The Idea of Nature*)

BACHELARD, G. - *A Filosofia do Não*

QUINE, CHURCH, TARSKI, DAVIDSON - *Existência e Linguagem - Ensaios de Filosofia Analítica*

GOODMAN N. - *Facto, ficção e previsão*

FEYERABEND, P.K. - *Diálogo sobre o Método*, 1991

c) Gradiva

Col. Ciência Aberta*

JACOB, F. - O Jogo dos Possíveis

PRIGOGINE I, /STENGERS, I - *A Nova Aliança*,

- *Entre o Tempo e a Eternidade*

*A maior parte dos livros publicados nesta colecção abarcam mais temas da história das ciências, do que propriamente de Epistemologia.

Colecção «Trajectos»

GEYMONAT, L. - *Elementos de Filosofia da Ciência*

KOYRÉ, A. - *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito* (mais história das ciências e das concepções cosmológicas)

COHEN, I.BERNARD - *O Nascimento de uma Nova Física*

BOUDON, R. - *O Lugar da Desordem*, 1984 (trata-se sobretudo de uma "crítica às teorias da mudança social", que pode ter alguma incidência na epistemologia das ciências sociais).

SIMON, H. - *A Razão nas coisas humanas*

CARAÇA, J. - *Do saber ao fazer: porquê organizar a ciência?*

d) Dom Quixote

Colecção "Nova Enciclopédia"

POPPER, K. - Várias obras deste autor: *O Realismo e o objectivo da Ciência*, vol. I do *Pós-Escrito à lógica da Descoberta Científica*; *A Teoria dos Quanta e o Cisma na Física* vol. II ao *Pós-Escrito...* , 1992

e) Relógio d'água

Colecção Ciência

FEYERABEND, P. - *Contra o Método*, 1993

STENGERS, I. E SCHLANGER, J. - *Os Conceitos Científicos*

Outras Editoras não investigadas: Cosmos, Fragmentos, Fundação C. Gulbenkian, etc.

Editoras brasileiras:Universidade de São Paulo, Cultrix, Martins Fontes, Perspectiva, etc.

B.

OBRAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS PUBLICADAS EM PORTUGAL 1986-1996: Recolha do Catálogo publicado por PORTUGAL-FRANKFURT 97, SA com o apoio do M.C.T.

Das obras incluídas em Filosofia do Conhecimento, Epistemologia, Lógica e Filosofia da Linguagem (da 516 a 553), a maioria trata sobretudo de problemas da Filosofia da Linguagem (Sentido, Linguagem e filosofia, Argumentação, Jogos de racionalidade, Interpretação, são temas que, embora digam também respeito à Epistemologia, podem considerar-se mais nas franjas das grandes questões epistemológicas e de um carácter eminentemente transdisciplinar; outro grupo das obras aqui citadas poderiam talvez situar-se preferencialmente no âmbito da História, da Situação conjuntural das ciências (como é o caso das obras de Mariano Gago, de Sebastião Formosinho); as obras de M.S.Lourenço *Teoria clássica da Dedução* é um tratado de Lógica, e *A cultura da subtileza: aspectos da filosofia analítica*, é uma longa entrevista sobre a filosofia analítica contemporânea.

Por outro lado, as duas obras de Fernando Gil - *Provas* e *Tratado de Evidência* (sobretudo a primeira) classificadas como obras de Ontologia, Metafísica, História da Filosofia, são essencialmente obras sobre Epistemologia e Filosofia do Conhecimento; sobretudo a primeira constitui uma súmula esquemática dos grandes problemas de uma Epistemologia Geral.

Embora este pormenor seja apenas de classificação, é sintomático de como a Epistemologia propriamente dita deriva facilmente para áreas e problemas mais ou menos afins, que se cruzam transversalmente em muitas das obras de filosofia actuais.

2.4 Investigação

Na lista de Projectos de Investigação financiados pelo MCT (1997), não consta nenhum projecto dedicado especificamente à Epistemologia, embora em alguns casos os problemas epistemológicos estejam presentes. Além de considerações gerais sobre a situação da investigação em Portugal nas áreas da Filosofia e das Ciências Humanas, que se aplicariam também à Epistemologia, algumas propostas têm pertinência neste caso concreto. A primeira procede do carácter naturalmente interdisciplinar desta Disciplina, ou melhor das oportunidades que a Epistemologia naturalmente apresenta para a realização de investigações nas quais podem convergir estudiosos de diversas áreas e ciências. Embora nem sempre seja fácil formar um grupo de pessoas de diferentes formações e especialidades, penso que neste campo são muitas e variadas as possibilidades temáticas para estabelecer relações, e sobretudo para abordar problemas a partir de diferentes e variadas ciências. (Seria possível e talvez útil tentar esboçar um elenco de temas e problemas para possíveis projectos de investigação).

Financiamento da investigação

Além das instituições oficiais que têm financiado projectos de investigação, no caso da Epistemologia, alguns tipos de projectos poderiam congregar os interesses, não só das instituições oficiais de apoio à investigação, mas também de entidades privadas de diferentes sectores. Neste momento penso sobretudo num exemplo que pode interessar ao governo, às instituições de ensino (públicas e privadas), e possivelmente a outras instituições, empresas, etc.: aproveitando a insistência com que se tem tentado efectivar uma avaliação do Ensino Superior, teria todo o interesse, no meu entender, averiguar da possibilidade de adaptação do modelo da *análise de valor* às instituições de ensino. Entende-se por *análise de valor* o «método organizado e criativo que tem por objectivo aumentar o *valor* de um tema de AV (produto,

sistema, serviço, etc.)», ou «um sistema para resolver problemas complexos que não são , ou não são completamente quantificáveis»; por *valor* entende-se a «relação entre a contribuição de uma função (ou de um tema de AV, neste caso por exemplo o ensino em geral, ou o ensino da Filosofia), para a satisfação da necessidade e o custo desta função».*

a) em primeiro lugar tratar-se-ia de averiguar a adaptibilidade (epistemólogos, economistas, sociólogos, antropólogos, psicólogos, gestores).
b) numa segunda fase, elaborar um modelo de AV adaptada ao ensino, à investigação.

Uma das principais vantagens deste modelo parece-me ser a viabilidade de conseguir uma melhor reconciliação do quantitativo com o qualitativo, contornando assim os impasses de alguns modelos de avaliação do ensino excessivamente monopolizados pela ideia do *mercado de trabalho*, e condicionados à partida por problemas de desemprego que ultrapassam o âmbito e a função do tema a avaliar.

Este projecto, seria um bom exemplo de "intervenção da filosofia (e da epistemologia) na cidade". Muitos outros se poderão decerto encontrar.

3. Síntese final

Numa primeira parte tentei esboçar umas notas sobre a situação genérica da Epistemologia Contemporânea, com o intuito de patentear a diversificação de orientações, modelos e concepções sobre o conhecimento científico. Na investigação e no ensino desta disciplina em Portugal, tentei apresentar uma breve amostragem da incidência dessas características gerais e apontar as dificuldades que delas derivam para a programação de um curso introdutório nos primeiros anos de uma Licenciatura em Filosofia. Ao mesmo tempo é notório o interesse e a necessidade de abordar os problemas da Epistemologia a partir de uma perspectiva pluridisciplinar. Este interesse pode, em certos casos conduzir a um *déficit* da peculiaridade do estatuto ou da atitude filosóficos, que, no meu entender deve assumir a orientação e o tratamento da problemática epistemológica.

---

* Sobre Análise de Valor - Consultar A.P.A.V. (Associação Portuguesa para a Análise de Valor, Ed G - Az Lameiros, 1600 Lisboa, Telef: 7154183)

Como complemento prático e ilustrativo dessas primeiras considerações, apresentei alguns exemplos específicos e dados recolhidos da experiência actual reflectida em programas, publicações, investigações. Estes exemplos são apresentados apenas como um esquema informativo incompleto, que podem, no entanto ser explorados e desenvolvidos em *Apêndices* a esta resenha provisória do estado actual da Epistemologia e as suas múltiplas relações com as ciências, a história das ciências, a cosmologia, as metodologias científicas, etc.

O fito destas páginas foi principalmente o de lançar as primeiras pedras para uma reflexão e discussão mais alargada, com incidências positivas na prática do ensino e da investigação.

RELATÓRIO RELATIVO À ONTOLOGIA, METAFÍSICA, FENOMENOLOGIA, HERMENÊUTICA*

Maria José Cantista

1. O estado da arte

1.1 Estado geral do saber

Metafísica e Ontologia foram designações usadas indistintamente ao longo da sua história para significar a ciência do ser enquanto ser, ou também a ciência do ente em geral. Ainda que o termo Ontologia seja relativamente recente (século XVII), ele é identificado (Wolff) com a Metafísica Geral, em contraposição às chamadas Metafísicas Especiais.

Na filosofia clássica, de raiz tomista, a metafísica tem três partes: Ontologia (estudo do ente comum), Crítica (estudo do ente na mente humana pelo conhecimento) e Teologia Natural (estudo da causa primeira do ente comum). Nesta concepção, a Gnoseologia identifica-se com a Crítica.

Actualmente, esta identificação Ontologia-Metafísica tem sido contestada por numerosos pensadores, para os quais a Ontologia é a ciência do ente em geral e das suas divisões ou categorias, enquanto que a Metafísica se refere mais ao estudo do ser como último fundamento.

Esta breve e simplificada referência mostra como o objecto, ou, mais precisamente, o tema da ontologia é talvez, dentro das disciplinas filosóficas, o mais problemático e, por isso mesmo, também o mais problematizável.

Esta é uma constante da Ontologia ao longo da sua história, com uma situação paroxística na actualidade.

---

* Nota prévia - O esquema seguido no presente relatório obedece aos itens do guião fornecido pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias para a elaboração do mesmo.

Sectores significativos da contemporaneidade insistem no fim da Ontologia, da Metafísica, e até mesmo da Filosofia!

De Parménides a Heidegger (e no parecer deste último), a Ontologia-Metafísica foi sobretudo uma onto-teo-logia; ao interrogar-se pelo sentido do ser, quis encontrar o ente causador de tal sentido, e, numa escala que remonta ao absoluto, o Ente causador primeiro, em si mesmo, incausado-Deus.

Numa outra ordem de ideias, impõe-se à nossa consideração actual o facto da ontologia ser reflexo da racionalidade ocidental e da sua evolução. A concepção ontológica do ser, segundo muitos filósofos, parece ter estado na base da ciência e da técnica moderna. Parece haver, pois, uma íntima relação entre a Ontologia e a estrutura da racionalidade ocidental; uma relação entre a Ontologia e a teorização científica, mais palpavelmente a partir do século XVII.

A crise da racionalidade que caracteriza amplos sectores da filosofia contemporânea, a revisão crítica da racionalidade moderna (do seu pendor determinista positivista e/ou essencialista dogmático) reflecte-se afinal, quer nas actuais concepções de Ontologia quer nas actuais concepções de teoria(s) científica(s). A teoria e a legalidade sofrem, em ambos os sectores, uma metamorfose.

Uma das tarefas da reflexão ontológica, hoje, talvez passe por uma detecção mais detalhada do sentido e alcance desta relação Ontologia-Ciência. Tarefa complexa - que requer certamente um levantamento do estado da situação em ambos os domínios. Reflexão que exige, por outro lado, a colaboração de investigadores oriundos dos diferentes ramos do(s) saber(es). A Filosofia, como reflexão epigonal, só depois avançará com sínteses aproximativas e integradoras.

A Ontologia sempre reclamou para si a prerrogativa de ciência primeira como discurso racional acerca do fundamento. Pensar e ser, binómio indissociável e nó górdio da filosofia, apresenta-se, portanto, como tema nuclear da Ontologia. O esforço do discurso ontológico-metafísico sempre se centrou na tentativa de dilucidação do sentido das cópula (pensar e ser).

Sentido mais próximo de uma identificação formal, pura e simples, no âmbito de uma lógica da identidade como mera igualdade unívoca (de raiz parmenídea). Sentido mais próximo de uma lógica analógica (de raiz aristotélica). Sentido mais próximo de uma lógica de cunho essencialista

(de raiz escotista, com culminação na modernidade em Wolff). Sentido mais próximo da lógica normal transcendental de signo criticista (de raiz kantiana, com posterior desenvolvimento no positivismo lógico e na filosofia analítica). Sentido mais próximo da lógica dialéctica, da identidade não entendida como mera igualdade, mas como resultado da integração de contrários (de raiz hegeliana). Sentido mais próximo da lógica transcendental fenomenológica (de raiz husserliana). De acordo com esta comum relação da Ontologia à Lógica, a panorâmica é, no entanto, muito diversificada. A história da ontologia revela momentos em que, face ao binómio *ontos-logos*, a importância recai mais sobre o *logos* (onto-logia); noutros momentos, a importância recai mais sobre o *ontos* (onto-logia). Por outras palavras:

- Nas ontologias de signo realista, o ser real é dotação formal prévia; a actualidade é um *plus* de sentido que o ser lógico-veritativo jamais consegue esgotar, ainda que o vá dizendo em sucessivos actos de apreensão discursiva. Face a esta complexidade, a afirmação aristotélica de que o *Ser se diz de muitas maneiras* recobra na actualidade uma importância significativa, chamando-se a atenção para a polissemia do ser.
- Nas ontologias de signo idealista, o ser veritativo tem prevalência sobre o ser real, que assim se conforma como mero constructo lógico-racional.

A íntima relação da Lógica à Ontologia foi denunciada por Heidegger, que fez da diferença ontológica o tema nuclear da sua ontologia fundamental, com fortes ressonâncias na actualidade.

A indevida identificação do ser com o objecto introduz uma redução no sentido daquele, supeditado, na óptica do Autor, ao conhecimento representacionista ou presentificador, de inspiração positivista. A partir de então, a fundamentalidade do sentido do ser aponta para zonas de inobjectividade, de incomparecência imediata do sentido do fundamento.

A visão teorética cede lugar à escuta, numa reabilitação da dimensão práxica, do sentido do mundo da vida, na compreensão do fundamento. O carácter representacionista do filosofar perde terreno e a inefabilidade dirige a ontologia para os lugares da linguagem plástica, diversa e distante da da lógica univocizante.

Com a fenomenologia pós-husserliana, de recorte existencial, a ontologia reabilita o sensível, reforça os poderes ontológicos da estética, chegando mesmo a apontar para uma possível identificação da ontologia com uma estesiologia (Merleau-Ponty).

Sintetizando: no estado actual, a Ontologia reparte-se por âmbitos do saber filosófico, de distinto signo, decorrentes, também eles, de distintas tradições:

1. Umas, com raízes nas correntes de signo epistémico-fenomenista, têm a sua expressão mais recente na filosofia da análise. Deve ter-se em conta que, mesmo esta, numa primeira fase, começa por ser anti-ontológica, para depois se afirmar como a reabilitadora do autêntico sentido do real (Strawson, Wittgenstein, Putnam, Kripke, etc.).

2. Outras, com raízes na fenomenologia husserliana e pós-husserliana, têm a sua expressão mais recente na hermenêutica como arte da compreensão do sentido do "estranho" (Gadamer, por exemplo).

A ontologia, nas suas expressões mais significativas, metamorfoseia-se, na actualidade, numa filosofia da linguagem, sucedâneo da realidade como tema ontológico preferente.

Pela primeira das vertentes apontadas, a ontologia está mais ligada à lógica e à epistemologia; pela segunda, ao sentido do mundo da vida decorrente da fenomenologia husserliana e pós-husserliana de perfil existencial, com posterior desenvolvimento na actual hermenêutica. A ontologia hoje reflecte, por um lado, sobre o sentido do ser que se depreende da teorização científica *stricto senso*. Reflecte também sobre o sentido do ser que se depreende da compreensão oriunda dos saberes humanísticos, ligando-se preferentemente à antropologia, à história, à psicologia, etc., e também à teologia.

A revisão crítica da fundamentalidade do saber ontológico, levada a cabo por certos sectores da filosofia práxico-ética (Lévinas, H. Jonas, H. Arendt, entre outros) levanta a questão da "cedência" da ontologia à ética na prerrogativa de tal fundamentalidade. A influência do pensar não representacionista tem hoje certo relevo, neste contexto, à qual a influência judaica não é alheia. A praxis recobra, assim, uma importância preferente.

Em síntese: se a ontologia não quer perder a sua especificidade, se se não quer ver reduzida a mera curiosidade do passado, num plano historicista, ela tem de dialogar, antes de mais, consigo mesma, para fazer aparecer esse "terreno de encontro", essa temática de fundo que se repete nas correntes de distinto signo; terá de destacar qual o núcleo de preocupação de todas elas, ponto de arranque das diversas sistematizações.

Se ao nível da produção-investigação filosófica, tais reflexões não existem ou são muito incipientes (o diálogo entre a vertente analítica e hermenêutica, por exemplo, não se vislumbra nos respectivos mentores), ao nível do ensino, creio que esta tarefa é urgente.

1.2 O seu ensino como disciplina universitária

O exposto em 1.1 parece reflectir-se na forma como está organizado o ensino da filosofia nas matérias em causa. Uma das lacunas apontadas pelos alunos de Filosofia da FLUP (em questionário aplicado para fins de Avaliação interna, no ano transacto) é a ausência de coordenação na programação das disciplinas do currículo. Obviamente, esta crítica recai também sobre as áreas de que este relatório se ocupa. Seria desejável poder apresentar um panorama circunstanciado sobre as orientações dominantes da investigação e do ensino nas diferentes escolas e departamentos de filosofia das universidades portuguesas, mas é muito difícil ter uma imagem organizada e actualizada de tal panorama. Neste sentido, pouco mais se pode fazer do que aludir à organização curricular em que assenta, afinal, a licenciatura ao nível do ensino. A Ontologia, na licenciatura, aparece em todos os currículos como disciplina obrigatória e incide, preferentemente num ou noutro dos temas enunciados em 1.

Há programas que incidem quase exclusivamente sobre um ou dois autores (destaque para Kant), outros versam preferentemente a corrente analítica, outros, mais abrangentes, percorrem a problemática ontológica, ao longo da história da filosofia. Regra geral, os docentes da disciplina de ontologia, na licenciatura, são doutores e têm publicações na área. Ao nível da pós-graduação, não encontrámos mestrados em Ontologia.

A Fenomenologia e a Metafísica não figuram em nenhum currículo da licenciatura como disciplina obrigatória. Nalgumas faculdades, a Fenomenologia é disciplina opcional. Embora este relatório não incida sobre a história da filosofia, convém notar que os estudos fenomenológicos tiveram um forte incremento, em Portugal, sobretudo a partir da década de 60. O Instituto de Estudos Fenomenógicos, sediado em Coimbra, produziu um conjunto notável de obras de investigação, e levou a cabo um bom número de encontros, colóquios, etc., nesta área.

Ao nível da pós-graduação, também não há mestrados específicos em Fenomenologia e Metafísica, embora estas matérias, em alguns mestrados dedicados a outras áreas, sejam objecto de seminários.

A Hermenêutica, na licenciatura, figura ora entendida como área filosófica específica, ora entendida como hermenêutica do texto filosófico.

Para obviar a insuficiente informação deste relatório, torna-se necessária a existência de uma base de dados nacional que considere globalmente os diferentes domínios de intervenção e ensino filosófico: organização curricular e programas de todas as licenciaturas, cursos de mestrado e de doutoramento; trabalhos de investigação realizados e em curso (dissertações de mestrado e de doutoramento, bibliografia publicada; realização e participação em congressos, em reuniões científicas nacionais e estrangeiras, etc.). A existência deste banco de dados tornaria mais rigoroso o conhecimento regular do estado da disciplina, bem como a respectiva avaliação permanente. Além disso, o mesmo banco poderia servir de suporte a uma *mailing list* onde a informação adequada seria disponibilizada.

A título de exemplo, sugere-se a inclusão dos seguintes *itens* (a organizar, por cabeça e por unidade de instituição).

Nome do docente ou nome da unidade de investigação
Actividade docente na licenciatura
Actividade docente na pós-graduação
Actividade docente em cursos de extensão científica e cultural
Trabalhos publicados: livros
Trabalhos publicados: artigos
Conferências realizadas
Congressos: internacionais
Congressos: nacionais
Direcção de teses (M+D)
Actividades de direcção
Comités científicos que integra (nacionais e estrangeiros)

2. O quadro institucional

Uma vez que os problemas de carácter institucional afectam de forma muito semelhante os diferentes domínios da filosofia, o que a seguir se apresenta é sobretudo resultado da observação

do que acontece na Universidade do Porto, admitindo-se que estas informações deverão ser completadas e contrastadas com as dos outros relatórios, elaborados por professores de outras universidades.

2.1 A formação e a carreira de investigador

A formação do investigador nas Faculdades de Letras está unica e exclusivamente ligada ao seu percurso académico, não aparecendo, portanto, associada à actividade normal da vida universitária. Esta insuficiência é já visível ao nível da licenciatura, durante a qual o aluno não é exercitado em actividades que o habilitem para a investigação (ausência e/ou desvalorização das aulas práticas, escassez de trabalhos de seminário, diminuta organização colectiva de materiais, *close reading* de obras, etc.), em contraste com a excessiva importância dada aos aspectos pedagógicos e didácticos, considerados como disciplinas teóricas. Esta lacuna tem uma enorme repercussão, por exemplo, na insuficiente caracterização do ramo científico (assim, na UP, na licenciatura em filosofia, o ramo científico distingue-se do ramo educacional apenas por não ter as disciplinas pedagógicas que fazem parte do currículo deste último, uma vez que o aluno terá de as substituir por disciplinas de outras licenciaturas; daí o anacronismo do ramo científico ser mais pobre do que o pedagógico. Os alunos do ramo científico que não frequentam portanto as cadeiras pedagógicas substituem-nas por cadeiras de Sociologia, História, L.L.M.).

Ao mesmo tempo, a investigação não é objecto de verdadeiro reconhecimento institucional:

- na Universidade, enquanto estão definidas e quantificadas as obrigações docentes, nada existe relativamente às obrigações de investigação; paralelamente, têm-se multiplicado as obrigações de gestão e administração;
- nos cálculos dos *ratio* de pessoal docente, a actividade investigadora não é valorizada;
- não está prevista a dedicação à investigação por períodos de média e curta duração (a actual figura da licença sabática é insuficiente).

No que respeita à carreira de investigador, embora ela esteja prevista na lei, não existe realmente nas áreas de Filosofia.

2.2 Que é preciso mudar?

Em face do anteriormente exposto, considera-se que importa introduzir, entre outras, as seguintes medidas:

A. Introdução, ao nível da licenciatura, de actividades e situações de aprendizagem criadoras de hábitos de investigação: valorização das aulas práticas, *close readings* de obras, trabalhos de seminário, etc., com a consequente diminuição da carga curricular de carácter pedagógico e didáctico. É de notar que o primeiro dos pontos fracos, apontados por docentes e discentes, nos questionários aplicados na avaliação interna de Filosofia na FLUP, no ano transacto, é este: falta de aulas práticas e sobrecarga das cadeiras de índole pedagógica.

B. Enriquecimento do currículo com a introdução de outras matérias de carácter filosófico e científico. Seria também desejável a possibilidade de frequência de disciplinas de diferentes licenciaturas da Universidade, mesmo fora do âmbito das humanidades.

Além disso, seria desejável que os alunos de filosofia dispusessem de formas de obtenção de conhecimentos complementares, hoje em dia considerados indispensáveis (v.g., no domínio da informática e das línguas). Os alunos, pelo menos ao nível da pós-gradução, deveriam saber ler na língua original os autores sobre os quais incide a sua investigação. Importa também considerar que a licenciatura em filosofia, dada a escassez do mercado de trabalho, tenderá a não estar quase exclusivamente orientada para o ensino.

C. Definição e quantificação clara, dentro do ECDU, das actividades de investigação que correspondem a cada nível de docência, e introdução da investigação como critério de avaliação dentro dos cálculos dos *ratio* de pessoal docente.

D. Flexibilidade na dedicação exclusiva dos docentes à investigação por períodos de média e curta duração, e na criação da carreira de investigador (em situações a estudar). Ao docente deveria dar-se a possibilidade de optar por investigar durante um período de tempo que julgasse necessário para a prossecução de objectivos determinados, sempre a avaliar posteriormente.

E. Revisão das condições em que funcionam os Mestrados, tendo em vista a necessidade de assegurar um público qualitativa e quantitativamente relevante. Este aspecto é fundamental,

tendo em consideração que a grande maioria dos mestrandos são docentes do ensino secundário que procuram obter o grau para efeitos de progressão na carreira. Se conseguem estes objectivos através de cursos alternativos menos exigentes, abandonam os Mestrados de carácter científico.

Para conseguir este objectivo, sugerem-se as seguintes medidas:

- maior creditação dos Mestrados de carácter científico, em termos de progressão na carreira, relativamente a outras alternativas (cursos de informática, reciclagens psico-pedagógicas, etc.);
- apoio à frequência destes Mestrados através de dispensa/diminuição de serviço docente, concessão de bolsas, etc..
- criação de condições favoráveis à pós-graduação dos professores do ensino secundário, de tal maneira que a procura desta se não faça somente por critérios pragmáticos de progressão na carreira.

F. Criação e potenciação de cursos de doutoramento em Filosofia. Estes cursos poderiam ter um carácter interdisciplinar, incluindo a docência de matérias fora da área da licenciatura. Seria desejável abrir a frequência destes cursos a licenciados oriundos de outros domínios do saber. Tal objectivo poderá ser perseguido através da diversificação máxima do currículo em Filosofia, o que permitirá que o licenciado em Filosofia se doutore noutra área, e, simultaneamente, que licenciados em outras áreas se doutorem em Filosofia.

Com relativa frequência, a licenciatura em Filosofia é procurada como segunda licenciatura. A existirem pós-graduações com este perfil, teriam certamente aceitação.

2.3 Infraestruturas. Bibliotecas, Institutos. Financiamento da investigação

Apesar do esforço realizado nas últimas décadas, as actuais infraestruturas não são ainda suficientes. Nas humanidades, deverá considerar-se que as bibliotecas e os institutos constituem o local natural de trabalho. Neste sentido, as bibliotecas e os institutos deverão ser organizados em função da investigação. Para isso, sugerem-se as seguintes medidas:

A. Introdução ou potenciação de uma política de aquisições bibliográficas que rentabilize os fundos existentes em cada biblioteca, e que permita a cada instituição dedicar os meios disponíveis às áreas seleccionadas como preferentes. Esta política deverá ser acompanhada de

um reforço significativo dos instrumentos financeiros postos à disposição das bibliotecas, considerando que estas constituem o *laboratório* das ciências humanas. Só assim as bibliotecas portuguesas poderão possibilitar uma cobertura actual daquilo que se faz em filosofia internacionalmente (onde o sector das publicações periódicas deverá ser objecto da maior atenção).

Paralelamente, devem ser oferecidas condições para que o docente considere a instituição (biblioteca, instituto) como o seu local de trabalho.

B. Utilização sistemática dos meios informáticos (incluindo a INTERNET), tanto pelos professores como pelos alunos, para a qual deverão ser criadas as condições e incentivos adequados.

C. Definição de uma estratégia de investigação por parte das diferentes unidades e institutos universitários. Uma instituição que previamente definiu as suas áreas prioritárias de actuação, pode oferecer serviços de melhor qualidade em matéria de ensino e de investigação (sobretudo ao nível da pós-graduação). Esta exigência deverá ser articulada com a indicada no § 1.2.. Neste particular aspecto, a existência de polos de investigação incidentes sobre áreas específicas poderá congregar elementos oriundos de diferentes instituições, vencendo a natural insularidade, bem como a investigação realizada isoladamente.

D. O financiamento da investigação deve, assim, depender da definição das estratégias anteriormente definidas. Neste domínio, é importante ter consciência da especificidade da investigação em filosofia, a qual, em muitas circunstâncias, não se ajusta facilmente às pautas que dominam a I&D, pelo que se considera necessário prever fórmulas e/ou programas de apoio a núcleos mais pequenos ou menos ambiciosos, mas nem por isso menos necessários, nem de menor qualidade.

Além disso, a circunstância da investigação em filosofia não constituir directamente uma investigação aplicada (importa reconhecer que é muito lento o seu tempo e os seus resultados dificilmente programáveis) traz dificuldades acrescidas ao ajustamento dos seus saberes ao moldes actuais, quer das unidades de ID, quer dos projectos de investigação. A Ontologia e a Metafísica são, quiçá, as disciplinas mais teóricas, de pendor puramente especulativo, e, consequentemente, de maior dificuldade no referido ajustamento. O mesmo não acontece, por

exemplo, no âmbito da história da filosofia, da ética, da filosofia política, etc.. Por esta razão, o financiamento deve ter em conta estas especificidades, pelo que se não deve reduzir a apoiar projectos de investigação dentro dos moldes habituais. O custo que se paga pela imposição deste ritmo e destes moldes acaba muitas vezes por sacrificar a profundidade da genuína criação de obra filosófica.

2.4 A publicação. O problema das revistas

Encontrar editores em filosofia não é fácil. Muitas vezes, bons títulos encontram-se em lista de espera, com graves inconvenientes para os autores.

As revistas vivem quase todas dos orçamentos do Estado ou do mecenato, designadamente de fundações. Por outro lado, tem-se a sensação de que, com frequência, as revistas de filosofia não têm uma programação e gestão adequadas, não possuem canais de distribuição modernos e não obedecem a uma política de vendas. Isto não significa enveredar por critérios de superficialidade ou de facilidade.

Sugere-se que, sob os auspícios do Ministério da Ciência e Tecnologia, se organize um encontro, onde este tema (edição e revistas) seja objecto de reflexão.

O relatório dedicado à história da filosofia contém dados complementares sobre este tema.

3. A investigação filosófica e o seu exterior

3.1 Relações com outras disciplinas e outras estruturas de investigação e ensino

Aspecto já considerado (vd. § 2)

3.2 Cooperação internacional

Apesar de existirem exemplos de cooperação internacional, tanto a nível pessoal, como institucional, considera-se que este aspecto deve ser potenciado. Sugere-se que esta potenciação seja feita através das seguintes medidas:

A. Adopção de perfis próprios por parte de cada unidade (veja-se o que se escreveu no § 2.3 C.D.), sem a qual é muito difícil organizar com carácter de estabilidade a referida cooperação.

B. Incentivação à presença regular dos membros de cada unidade de investigação em congressos e reuniões científicas no estrangeiro (dotando-as de meios financeiros próprios para a deslocação e apresentação de comunicações nas línguas locais). Considera-se que este aspecto é importante e que deverá constituir um factor de peso na avaliação das unidades.

C. Criação de *home-pages* na INTERNET, tanto a nível pessoal como institucional.

D. Incentivação à constituição de programas conjuntos - tanto a nível docente como de investigação - entre as unidades portuguesas e as suas congéneres estrangeiras, que se traduzam em visitas regulares de docentes (em ambos os sentidos) e na comum elaboração de projectos de investigação.

E. Incentivação em ordem a um maior recurso aos programas de mobilidade de docentes e de alunos (v.g. Erasmus).

3.3 Fomento da investigação filosófica dos mestres do ensino secundário. Estabelecimento de articulações com a investigação universitária

Embora exista já um apreciável trabalho de investigação levado a cabo em mestrados e nas respectivas dissertações, é desejável fomentar a investigação filosófica dos mestres do ensino secundário. No âmbito da Ontologia, são escassas estas investigações. Em Fenomenologia, há um conjunto apreciável de boas dissertações, ainda que dispersas pelas diferentes faculdades do país.

No entanto, para se falar com realismo da investigação filosófica do docente mestre do ensino secundário - casos de excepção existem sempre e são louváveis - urge enfrentar a situação do docente do ensino secundário.

A actual política de educação desfavorece a especificidade da Filosofia no liceu. Recentemente, nos curricula do 12º ano das áreas de humanidades, a Filosofia passou a

disciplina opcional. Nos curricula de 12º ano das demais áreas, a Filosofia não aparece. Só o Português e a Matemática, na última reforma, foram consideradas disciplinas formativas, o que se não põe em causa. Mas por que razão a Filosofia deixou de o ser?

A imagem púbica da Filosofia neste contexto vai-se degradando com *feed-back* na desmotivação dos seus docentes no liceu. E ela é, queiramos ou não, uma das mais visíveis intervenções na cidade.

A partir do exposto, apontamos, entre outras, as seguintes medidas:

A. Realização de um encontro, sob os auspícios do Ministério da Ciência e Tecnologia, em que se debata o tema da Filosofia na formação da Cidadania.

B. Responsabilização do docente universitário de Filosofia, que deveria ser de direito e por dever o formador contínuo dos docentes de filosofia do ensino secundário. A este respeito, as lacunas da legislação são imensas. Recentes inquéritos, levados a cabo pela FLUP aos docentes de Filosofia do ensino secundário, mostram que a esmagadora maioria considera que a entidade promotora destes cursos deve ser a Universidade, e não outras instâncias, e que os conteúdos científicos devem ser prioritários.

C. Institucionalização e aumento significativo da oferta de cursos de formação contínua de Filosofia em todas as Universidades, cujos conteúdos sejam especificamente filosóficos e incidentes nas áreas dos programas do secundário (já através dos mecanismos actualmente existentes no seio do Ministério da Educação, já através de protocolos com as Universidades subscritos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia). A actualização daí decorrente é condição *sine qua non* para a viabilização da investigação regular e com qualidade a nível do secundário. Há experiências no passado de um protocolo entre o Ministério da Educação e as Faculdades de Letras (1986-1987), com muito bons resultados. De notar que estes objectivos não estão a ser cobertos pelos cursos de formação contínua já existentes.

D. Incentivação dos mestres-professores do ensino secundário a que prossigam as investigações encetadas nas respectivas dissertações de mestrado, permanecendo, se possível, ligados às unidades de investigação em que as realizaram. Muitos dos Institutos e Gabinetes de Filosofia nasceram assim.

E. Incentivação dos mestres-docentes do ensino secundário, devidamente qualificados, a integrarem projectos de investigação e/ou iniciativas semelhantes levados a cabo pelas unidades e institutos.

F. Ofertas de cursos de doutoramento, nas áreas estratégicas previamente definidas pelas unidades e institutos. Para tal, a propina de inscrição deverá ser acessível, o que não acontece na maioria das Faculdades.

Chama-se à atenção para as vantagens decorrentes da creditação das iniciativas indicadas em C./D./E. na valorização da progressão da carreira docente do ensino secundário. É certo que a creditação não deverá constituir o único incentivo para prosseguir na investigação, mas ele tem um peso inegável. O que talvez não seja correcta é a utilização de critérios de igual creditação, para efeitos de progressão na carreira, de cursos especificamente filosóficos, e de cursos não filosóficos (de computadores, didáctico-pedagógicos, etc.). A maior dificuldade e especificidade filosóficas, maior creditação.

3.4 A intervenção da filosofia na cidade

O exposto em 3.3 é um dos modos preferentes de intervenção da filosofia na cidade.

O teor da filosofia, a sua não directa aplicabilidade oferece certa resistência à faceta interventiva. No entanto, o filósofo é, por vocação, interventivo e deve obviar estas resistências.

Tendo em conta de que há disciplinas filosóficas mais propícias do que outras (ética, filosofia social e política, etc…) sugerimos:

- Maior presença da filosofia em colóquios, conferências, debates que impliquem a interacção dos diferentes ramos do saber (desde as ciências exactas às ciências humanas) e que levantem questões de ordem epistemológica, ética, enfim, antropológica aos sujeitos de investigação.
- Protocolos com Autarquias, Fundações Culturais e outros agentes de cultura, para a prossecução destes objectivos.

Este trabalho já está em curso, mas o seu carácter esporádico deverá ser ultrapassado por uma política de concertação, com objectivos e métodos definidos.

O DOMÍNIO DA FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA

Viriato Soromenho Marques

1. Âmbito e método deste relatório

A tentativa de traçar algumas das características determinantes sobre o *estado* do ensino e da investigação universitários nos domínios da Filosofia Moral e Política exige o prévio esclarecimento do *âmbito* a que efectivamente se circunscreve este relatório e quais os *procedimentos e limitações metodológicas* a que, respectivamente, obedeceu e se conformou.

1.1 Do âmbito

Por Filosofia Moral e Política (FMP) devemos entender todas as áreas de ensino e pesquisa filosófica - revestindo designações disciplinares diversas ao longo do tempo e de acordo também com diferentes opções seguidas nos diversos estabelecimentos de ensino - inseridas no interior do que, seguindo uma tradição reforçada pela reflexão kantiana, poderemos designar como Filosofia Prática, ou o conjunto dos estudos filosóficos devotados à análise das *questões do interesse prático* da razão, por oposição ao seu interesse teórico.

A referência a Kant interessa-nos aqui não tanto substantiva mas mais referencialmente. Os clássicos estudos dedicados pelo grande pensador germânico aos problemas filosóficos levantados nos domínios da prática social e histórica são contemporâneos das primeiras tentativas de fundação do que hoje designamos por ciências sociais e humanas.

Essa vizinhança temporal ajuda-nos a compreender como muitos dos temas, embora o mesmo não aconteça nem com os métodos nem com os aparelhos conceptuais, da filosofia prática, ou FMP, são coincidentes com a constelação disciplinar que no espaço académico anglo-saxónico, e particularmente norte-americano, se designa por "ciência política" (*political science*): relações entre positividade jurídica e procura de um horizonte alargado de justiça, entre Estado e cidadania, entre obediência e decisão, comportamentos e valores, etc. (1)

Nas Universidades portuguesas, para o binómio ensino-investigação, a FMP abrange essencialmente dois campos: o da Ética e o da Filosofia Política.

A denominação destas duas áreas é variável, sobretudo a segunda delas. As disciplinas dedicadas ao estudo da Ética, ao nível da licenciatura em Filosofia recebem normalmente, a designação de *Ética*, ou *Axiologia e Ética*. No que concerne à temática política pensada filosoficamente - uma área de estudos bem mais recente tendo em vista os condicionalismos inerentes à ausência de um Estado de Direito em Portugal entre 1926 e 1974 - a gama de possibilidades designativas alarga-se consideravelmente: *Filosofia Social e Política* (Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra e Universidade do Porto); *Filosofia Política* (Universidade Nova de Lisboa e Universidade Católica de Lisboa); *Filosofia da Política e do Direito* (Universidade de Lisboa). (2)

No que respeita à nomenclatura usada na esfera dos programas submetidos a financiamento junto das estruturas competentes do Ministério da Ciência e Tecnologia, o âmbito da FMP corresponde às designações de *Ética/Axiologia* e *Filosofia Social e Política*. (3)

1.2 Do método

Na impossibilidade, por manifesta escassez de tempo e recursos para o efeito, de uma pesquisa exaustiva sobre os programas, bibliografias, métodos de trabalho e projectos de investigação das 21 unidades de I&D disseminadas por todo o país destinadas ao domínio da Filosofia, recenseadas pelo MCT, optou-se por um método que combinou os seguintes elementos:

a) Avaliação da dimensão ocupada pela I&D nos sub-domínios da FMP no quadro do conjunto da actividade similar realizada no domínio filosófico em termos gerais. Para a

(1) No caso dos EUA é, aliás, nas páginas das associações de Ciência Política que se podem encontrar os melhores exemplos do que na Europa continental se designa por 'filosofia política'. A título de exemplo veja-se: KAUFMAN, Alexander, "Hegel and the Ontological Critique of Liberalism", *American Political Science Review*, vol, 91, nº4, December 1997, pp. 807-818.

(2) No âmbito da constituição de materiais suficientes para uma amostragem, consultaram-se os programas lectivos, de três anos lectivos diferentes, das disciplinas de Ética, Filosofia Social e Política, Filosofia da Política e do Direito e Filosofia Política, das licenciaturas em Filosofia da Universidade de Lisboa, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade Católica de Lisboa e da Universidade de Coimbra.

(3) Essas são as designações constantes da classificação SEFOR/JNICT, utilizada no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1995, realizado pelo Observatório das Ciências e Tecnologias.

realização desse desiderato consultaram-se as informações e os dados quantitativos oficialmente disponíveis.

b) Análise de alguns materiais científico-didácticos relativos a actividades de ensino e investigação praticados em algumas universidades. A análise desses elementos de amostragem contribuiu para retirar algumas conclusões, que para a plena demonstração da sua justeza necessitariam da realização de um trabalho exaustivo complementar.

c) Diálogo com alguns docentes e investigadores especializados nas áreas da FMP, trocando informações e debatendo hipóteses, tanto quanto à caracterização da presente situação, como no tocante à abertura de pistas e sugestões prospectivas. (4)

2. A situação institucional actual

No sentido da determinação do peso específico da área de FMP, no interior da actividade desenvolvida pelas Universidades portuguesas, julgo ser relevante traçar algumas linhas de enquadramento informativo quanto ao lugar relativo da 'comunidade filosófica' no âmbito da comunidade científica nacional.

2.1 A Filosofia e a investigação científica em Portugal

Vejamos, então, alguns dados nacionais relevantes para a identificação da posição relativa ocupada pela I&D no domínio filosófico no mapa mais geral das actividades científicas no nosso país.

Pertinentes são, indubitavelmente, as seguintes informações:

- Entre 1970 e 1996 registaram-se 113 doutoramentos em Filosofia, num total de 5 944 doutoramentos (representando, 1,9% do total).
- Em 1995 os doutorados em Filosofia representavam 5,5% do total de doutorados em todas as Ciências Sociais e Humanas (CSH).
- Em 1995 dos 190 bolseiros exercendo acções nos diversos domínios das CSH, apenas 5 se situavam na área da Filosofia (representando 2,6% do total).

(4) Para a realização deste relatório quero agradecer as sugestões resultantes do diálogo com os seguintes colegas de diferentes universidades portuguesas: Mário de Sottomayor Cardia, Leonel Ribeiro dos Santos, António Pedro Pita e Cristina Beckert.

- Em curso em Novembro de 1997 registavam-se apenas 2 projectos de Filosofia financiados pelo MCT, num universo de 1 397 para todas as categorias científicas. O investimento público nesses projectos atingiu o montante de 22 915 000 escudos, contra um total de 22 994 149 000 escudos para o conjunto dos projectos sujeitos a financiamento do MCT.
- Em 1995 estavam em curso 38 projectos de Filosofia num total de 1 290 projectos de CSH (representando 3% do total).
- Nenhum projecto filosófico apresenta qualquer colaboração com a esfera empresarial.

Por outro lado, o peso específico e institucional da Filosofia Moral e Política, na já bastante frágil expressão da Filosofia em matéria de I&D, pode ser aferido pelos seguintes dados:

- A maioria esmagadora dos 38 projectos filosóficos em curso no ano de 1995 cabia a iniciativas de Universidades públicas (35 projectos, representando 92,11% do total).
- Dos 38 projectos filosóficos em curso, 8 inscrevem-se no domínio da FMP, representando 21% do total.
- Dos 8 projectos identificáveis no interior da FMP apenas um se situava no terreno da Axiologia e Ética.
- Os 8 projectos da área de FMP eram da responsabilidade de apenas duas Universidades públicas. (5)

2.2 Notas para um balanço institucional provisório

A avaliação crítica sobre a informação acima apresentada permite-nos extrair as seguintes considerações:

a) A I&D no domínio da Filosofia, de acordo com os dados disponíveis até ao ano de 1995, apresenta valores muito modestos no quadro das actividades globais desenvolvidas pela comunidade científica nacional.

b) Os projectos filosóficos integráveis no âmbito da FMP, apesar de em pequeno número, apresentam uma importância relativa considerável no quadro exíguo dos projectos filosóficos (ligeiramente mais de um quinto do total).

c) A I&D no domínio da Filosofia em geral depende total e absolutamente do financiamento público. Não são conhecidas até à data nenhumas modalidades de articulação com entidades empresariais.

(5) Todos os dados quantitativos constantes no apartado §2.1 foram retirados do conjunto de informação disponível no Anexo II deste Perfil.

d) Apesar de existirem 21 Centros de I&D no domínio da Filosofia, só uma exígua percentagem apresentou projectos elegíveis para financiamento.

3. Orientações, limitações e dificuldades

Uma análise mesmo não exaustiva de alguns materiais relativos ao ensino, investigação e organização das actividades no domínio da FMP revela a situação particularmente delicada em que este sector do trabalho filosófico se encontra no nosso país. A delicadeza da situação envolve, na perspectiva do relator, o conflito entre uma realidade efectiva pobre e um potencial objectivo que pode, se forem reunidas as condições adequadas para tal, ser despertado e activado.

Quais são as características mais marcantes da situação:

a) O ensino das disciplinas da área de FMP encontra-se praticamente circunscrito à licenciatura.
b) Ao nível dos cursos de mestrado e pós-graduação as disciplinas de FMP desempenham, quando é o caso, um papel auxiliar.
c) Os programas lectivos ao nível da licenciatura revelam-se dominantemente propedêuticos e generalistas.
d) Mesmo para os fins de uma preparação simplesmente introdutória faltam materiais bibliográficos fundamentais e clássicos em língua portuguesa.
e) Nos casos onde os docentes resolvem introduzir alguma especialização nos programas de licenciatura, levantam-se enormes dificuldades ao sucesso desse empreendimento, em virtude das grandes lacunas de formação dos alunos provenientes do ensino secundário nos domínios sociais e políticos [6].
f) Não existem associações especializadas de docentes e investigadores nas áreas de FMP. As poucas actividades de intercâmbio internacional nessa área, nomeadamente para a promoção de conferências, são efectuadas ao abrigo de associações mais genéricas, como é o caso da Sociedade Portuguesa de Filosofia (SPF) e da Associação de Professores de Filosofia (APF). [7]
g) Não existem revistas especializadas de Ética ou Filosofia Social e Política. Todos os artigos publicados neste domínio surgem no interior das páginas de revistas filosóficas de âmbito geral, da iniciativa de Universidades, Departamentos ou Sociedades.

(6) Agradeço a Mário Sottomayor Cardia a chamada de atenção para este aspecto pertinente.

(7) Deve destacar-se o excelente trabalho, no domínio da realização de colóquios internacionais e intercâmbio de conferencistas, levado a cabo pelo Grupo de Estudos da Filosofia Política e do Direito, da Sociedade Portuguesa de Filosofia.

h) A produção ensaística, que, apesar das dificuldades, vai vendo a luz do dia reflecte essencialmente as preocupações singulares dos seus autores - mesmo não incluindo aqui as dissertações inerentes à realização de provas para a obtenção de graus académicos - não se inserindo em projectos de equipa com horizonte e envergadura, eventualmente, mais vastos. (8)

4. Sugestão de medidas para o fomento da qualidade do ensino e da investigação

A sugestão de medidas para a promoção do ensino e da investigação no domínio dos estudos de ética e filosofia social e política, num país como Portugal, em que a maioria das instituições de ensino e investigação dependem do Estado é, à partida, um tema que exige alguma reflexão.

A presente situação rudimentar e fragmentar da área de FMP pode, parcialmente, ser explicada por essa dependência do Estado. Com efeito, a ocorrência em Portugal da mais longa ditadura da Europa Ocidental no século XX contribui para a compreensão do carácter de verdadeira indigência que caracterizou o investimento público em matéria de FMP, até à eclosão da revolução democrática de 1974. O Estado Novo desertificava tudo aquilo que não podia facilmente manipular. E esse era, sem dúvida, o caso da FMP, enquanto área filosófica a leccionar e investigar com um nível de complexidade e exigência universitárias.

A sociedade democrática em que actualmente vivemos corre, contudo, um risco, de causas diametralmente opostas, mas com consequências que podem ser similares. Os valores da tolerância e do pluralismo, o papel cada vez menos interveniente do Estado face a uma

(8) No domínio da Ética salientaria os seguintes textos de autores portugueses; CARDIA, Mário de Sottomayor, *Ética I-Estrutura da Moralidade*, Lisboa, Presença, 1992; ARAÚJO, Luís de, *A Ética como Pensar Fundamental. Elementos para uma Problemática da Moralidade*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992; ABRANCHES DE SOVERAL, Eduardo, *Ensaios Sobre Ética*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. Na área da Filosofia Política, também a título meramente ilustrativo: BARATA-MOURA, José, *Marx e a Crítica da 'Escola Histórica do Direito'*, Lisboa, Caminho, 1994; SOROMENHO-MARQUES, Viriato, *A Era da Cidadania. De Maquiavel a Jefferson*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1996; BRAGANÇA DE MIRANDA, José A., *Política e Modernidade. Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri, 1997. Para uma apreciação da produção filosófica geral no século XX português veja-se: BARATA-MORA, José, "Tópicos para um Panorama da Filosofia em Portugal no Século XX", *Clio*, Nova Série, nº2, pp.31-57.

sociedade civil que se pretende plena de iniciativa, também no plano da ciência e da cultura, podem, devido ao receio de assumir as vestes de um Leviathan ideológico, ou de justificar as críticas que em 1814 Félicité de Lamennais endereçava à Universidade napoleónica, conduzir o Estado ao risco da apatia e do desinteresse em domínios que tanto o interesse do saber como a conveniência da coisa pública aconselhariam a estimular e promover. (9)

Na perspectiva do relator, e contrariando as visões mais cépticas e hesitantes, os tempos são propícios a um grande crescimento quantitativo e qualitativo do ensino e da investigação em matérias de FMP, tanto na vertente da Investigação Fundamental (IF) como da Investigação Aplicada (IA).

Essa expansão dos estudos filosóficos nos domínios da Ética e da Filosofia Social e Política poderá e deverá ocorrer sem qualquer diminuição da autonomia universitária, nem qualquer lesão da liberdade de ensino e investigação.

As tarefas que se perfilam no futuro próximo exigem uma atitude de cooperação e parceria por parte de todos os actores intervenientes na vida científica, cabendo ao Estado e suas estruturas de apoio à investigação um papel de incentivador. Essa função, embora indispensável, deve ser entendida como simplesmente complementar da capacidade de iniciativa que deve caber aos docentes, universidades, centros de investigação e associações e sociedades científicas.

Importa ressalvar ainda que, pela primeira vez na sociedade portuguesa, se encontram reunidas as condições necessárias e suficientes para permitir, à semelhança do que acontece noutros países, a participação da sociedade civil, em particular das empresas ligadas ao sector cultural, no co-financiamento de projectos e iniciativas de I&D no domínio da FMP.

Vejamos agora quais os desafios que se colocam tanto no domínio da IF como no IA para o amadurecer dos estudos, do ensino e da investigação, de modo mais visível e sistemático, da FMP na Universidade e na sociedade portuguesas.

(9) Sobre a manipulação das universidades francesas no período do Primeiro Império escreveu Félicité Lamennais: "il fallait, à la place de la religion qui avertit l'homme de ses devoirs, un culte politique qui les lui fît oublier [...] L'Université suffit à tout.", in *La Philosophie saisie par L'État. Petits écrits sur l'enseignement philosophique en France 1789-1900*, edição de Stéphane Douailler et al., Paris, Aubier, 1988, pp.90-103.

No elenco que se segue, as dimensões de IF e de IA são pensadas de modo articulado:

a) Importa efectuar um plano de tradução e comentário crítico das obras clássicas, desde a Antiguidade até à Idade Contemporânea, que constituem o repositório fundamental da tradição filosófica europeia e ocidental em FMP. Para o cumprimento deste objectivo, e sem esquecer o apoio que o Estado poderá oferecer, não se deve esquecer o contributo importante que pode ser prestado pelas empresas editoriais.

b) Importa lançar as bases que permitam integrar os docentes e investigadores portugueses nas redes internacionais onde se produz e renova a reflexão em matéria de FMP. Para o efeito, tanto a criação de uma Sociedade Científica, desejavelmente com abertura pluridisciplinar, como a criação de uma Revista dedicada a temas de FMP são etapas indispensáveis. Tanto a Sociedade como a Revista estariam em condições de explorar as vastíssimas possibilidades abertas pelos novos horizontes da comunicação, como é o caso da Internet.

c) A instituição de concursos e prémios científicos na área da FMP poderia constituir um estímulo importante para o desenvolvimento do trabalho ensaístico nesta área.

d) A previsível criação de uma disciplina na área da FMP, no interior do *curriculum* do ensino secundário, que se aguarda há vários anos, irá solicitar, certamente, o contributo criativo dos docentes e investigadores universitários tanto na definição plural de linhas programáticas, como na formação contínua de professores do ensino secundário.

e) No domínio mais directo da IA, a mudança brusca e profunda da paisagem política e axiológica do mundo ao longo da última década criou todo um conjunto de problemas e incertezas, que reclamam uma meditação dos filósofos da área de FMP, não somente como um desafio teórico, mas também como uma exigência cívica que não pode ser adiada.

De entre esses 'novos' objectos para a análise crítica da FMP destacaria:

- As questões da legitimidade política numa sociedade onde o Estado-Nação perde crescentemente poder e credibilidade, perante fenómenos de regionalismo que o enfraquecem e de federalismo que o transcendem.

- O conflito, pleno de consequências políticas e éticas, entre a secularização e as múltiplas formas, mesmo as mais violentas, de retorno do sagrado.
- As questões da xenofobia e do racismo no quadro de sociedades fortemente afectadas pelo ritmo vertiginoso da multiculturalidade e da globalização.
- As alterações profundas na concepção de trabalho e de educação introduzidas por factores tão diversos como a revolução nas ciências da informação, a deslocalização empresarial, o aparecimento de fenómenos de desemprego e de exclusão estruturais.
- Os urgentes e graves problemas éticos levantados no âmbito da bioética e das aplicações 'técnicas' das Ciências da Vida.
- As questões de ética e deontologia associadas ao universo cada vez mais absorvente dos meios de comunicação social.
- As profundas mudanças introduzidas nos valores éticos e nas práticas políticas pelos fenómenos associados à crise global do ambiente.

Tudo concorre para a consideração de que os tempos estão maduros para o renovo do interesse da comunidade científica e da opinião pública em geral pelo exercício do pensar filosófico em geral, e pelos temas da FMP em particular. (10)

Para as tarefas que se desenham é previsível o empenhamento de muitos docentes e investigadores, para além daqueles que se encontram no quadro de docentes e investigadores das universidades.

Com efeito, uma das tarefas dos Centros de Investigação é, e continuará a ser, a de se constituírem como pontos de confluência e organização do trabalho científico, também para jovens licenciados, mestres e mestrandos, de reconhecido valor e capacidade filosófica, que, de outra forma, veriam as cada vez mais estreitas portas da Universidade cerradas para o prosseguimento dos seus estudos e a oferta do seu contributo criador.

(10) A renovação do interesse pela Filosofia em geral, e pela FMP em particular, podem ser aferidas, por exemplo, através da multiplicação das iniciativas da UNESCO sobre a dimensão social e política do ensino e da investigação filosóficos. A esse propósito veja-se: DROIT, Roger-Pol, *Philosophie et Démocratie dans le Monde*, prefácio de F. Mayor, Paris, Éditions UNESCO, 1995.

ORIENTAÇÕES DO ENSINO DA ESTÉTICA FILOSÓFICA EM PORTUGAL

Adriana Veríssimo Serrão

1. Introdução

A grande diversidade de conteúdos e a maleabilidade de contornos caracterizam o âmbito da disciplina de Estética nos cursos universitários, trazendo imediatamente para o cerne de qualquer apreciação a ambivalência desta área filosófica, que deseja afirmar-se fora da rigidez das divisões disciplinares mais tradicionais, mas que, ao procurar afinidades com outras áreas da cultura, acaba por conviver mal com elas e reivindicar de novo a sua especificidade. Assim, o primeiro problema com o qual a Estética se depara e que necessariamente tem de colocar como prévio será o do seu próprio estatuto. A permanente busca de uma identidade própria imprime à investigação em geral, e à elaboração dos programas em particular, o cunho marcadamente pessoal dos seus autores, visto tratar-se de um domínio que, para além de tendências amplas mais ou menos consagradas, tem a cada momento que ser inventado. A Estética filosófica continua a ensaiar caminhos divergentes e abordagens muito heterogéneas, os quais não são somente a expressão visível de distintas opções teóricas de fundo, mas envolvem, mais ou menos explicitamente, uma resposta à questão do seu sentido, da sua possibilidade e mesmo da sua legitimidade.

A autonomia do espaço temático da Estética e das suas fronteiras teóricas permanece uma questão longe de ser consensual. Em primeiro lugar, porque a reflexão estética contemporânea já não pode aceitar a rigidez dos valores clássicos, como foi o caso maior da beleza, nem apoiar-se sobre uma precisa noção de obra de arte. Por outro lado, a relação com a arte mantém-se como uma questão sempre presente, sendo muito difícil identificá-la sem mais com uma filosofia da arte, mesmo que esta possa ser tomada como a realização por excelência dos seus princípios. Porém, se o artístico for somente um caso exemplar mas não exclusivo do estético, se o correlato da experiência estética não tiver de ser exclusivamente a obra de arte mas, antes de mais, a natureza e o mundo em geral, então a distinção entre o estético e o artístico impõe-se como inevitável. Esta compreensão do estético poderá levar a entendê-lo como uma presença de carácter vital, inserida na globalidade da vida, manifestando-se no seio do

quotidiano, no mundo dos objectos, dos seres naturais e da vivência interpessoal. Será então fora da arte, mas também fora da filosofia, supremamente na vida, que o valor estético terá o seu lugar de nascimento, de inspiração e de retorno. Nem uma metafísica dos valores perenes nem uma teoria da arte, o estético não se caracterizará em rigor tanto pelo conteúdo, mas sobretudo pelo modo especialíssimo de interrogar, pela disponibilidade de um ver e de um estar peculiares que conferem consistência ao mundo ou desvendam a sua riqueza secreta.

As considerações que seguidamente se apresentam procuram identificar algumas das linhas gerais e tendências dominantes no ensino da Estética enquanto disciplina curricular, sem lhes presidir qualquer intuito de exaustividade ou de fixidez. São recolhidas dos programas das licenciaturas das Universidades ministrados nos dois últimos anos lectivos, prevendo-se a permanente mobilidade dos mesmos, a qual reflecte a busca de articulações, com o fito de descortinar o seu âmago nuclear. Assim, mesmo a segurança de alguns programas que optam por uma sequência de tipo histórico é de facto aparente, estando longe de ser meramente cronológicos, existindo sempre a opção por um fio condutor determinado, temático ou problematizador. Tal como o histórico encontra o temático, também, inversamente, na organização por temas é frequente o recurso a figuras e textos exemplares da história do pensamento como recapitulação de modelos inultrapassáveis de uma forma de colocar os problemas.

A abertura do horizonte, para além de uma estrita teoria da arte, já para não falar de uma ciência da arte, parece ser um sinal comum aos programas portugueses, defendendo-se implicitamente a prevalência do estético sobre o artístico e a irredutibilidade deste àquele. Igualmente, no que concerne às ciências humanas, sejam as ciências da linguagem ou as ciências sociais, às quais ainda há poucos anos a filosofia se subordinava e nas quais parecia estar irremediavelmente a diluir-se, vêem-se agora estas mais como áreas de fronteira onde a filosofia entra de direito com as suas interrogações próprias. A Estética filosófica mais recente abandonou a pretensão racionalista da sistematicidade, seja de cariz mais científico ou mais normativo. Mas também já não pode aceitar o eclectismo, a mistura das doutrinas ou um pragmatismo que se esgota na contemporaneidade e nesse universo indeterminado de uma estética "de todos os dias". Por isso não renuncia a reencontrar um ponto de vista unitário, diferenciado das restantes áreas da filosofia, mas ainda filosófico na fidelidade aos princípios, na busca de fundamentações e no modo de perspectivar e categorizar a própria existência. O diálogo privilegiado será agora travado com a vida, e nessa medida, com outras áreas da filosofia, nomeadamente com a ética e a ontologia, com as quais partilha de muitos problemas comuns.

Recuperando a inspiração originária da *aisthèsis* enquanto modo de estar que ausculta o ser imediato das coisas, permite configurar uma visão do mundo marcada pelo cuidado ao pormenor, pela atenção ao sentido polifacetado do real. Será decerto no aprofundamento, na promoção e no cultivo de um modo de sentir não representativo, mas também não instrumental, e de uma atitude ligada à sensibilidade compreensiva e afectiva, que virá a descobrir os seus caminhos no futuro mais próximo.

2. A formação da disciplina e os modelos clássicos da Estética

A necessidade de compreender a delimitação do âmbito temático da disciplina torna cada vez mais fecundo o encontro com o pensamento alemão do século XVIII, momento da primeira instauração da Estética como disciplina autónoma, em torno da reivindicação de um estatuto e objecto próprios. A constituição da Estética no âmbito do Iluminismo dá-se no confronto aberto com as demais áreas filosóficas dominantes, como a metafísica e a lógica, e como emancipação frente a ambas, ao mesmo tempo que remete para uma compreensão original da sensibilidade. Talvez seja esta a razão por que Baumgarten, depois de relegado para o arcaico qualificativo de pai da Estética, surja agora como um pensador significativamente reabilitado na posição fundadora, ao inventar o âmbito da *cognitio sensitiva* provida de leis próprias face ao conhecimento intelectual (*Aesthetica*). Referência incontornável, e nessa medida constante em quase todos os programas, é a fundamentação, em muitos aspectos definitiva, levada a cabo por Kant (*Kritik der Urteilskraft*), com a distinção entre sensorialidade e sentimento, por um lado, e a associação entre sentimento e faculdade de julgar, por outro; uma ligação com a qual se supera todo o intelectualismo de que Baumgarten ainda estava preso quando definia a nova disciplina como "ciência do conhecimento sensitivo perfeito", reconduzindo a raiz do fenómeno estético a uma relação entre as faculdades do sujeito humano, simultaneamente racional e sensível. O *a priori* estético, válido desde a contemplação do mundo até à produção das obras, engloba, nessa medida, tanto o prazer estético como o universo da criação artística. O estético apresenta-se, em última instância, como o modo de ser integrador de todas as dimensões humanas e como instaurador de uma visão orgânica e teleológica da natureza.

No nosso século, a questão das bases teóricas volta a colocar-se com acuidade num autor como J. Mukarovsky (*Escritos sobre Estética e Semiologia da Arte*), cuja reflexão não se esgota no desenvolvimento da corrente semiológica, mas assume um cariz englobante. A concepção de

função, e a cuidada distinção desta relativamente à *norma* e ao *valor*, oferece uma tipologia das funções humanas animando toda as esferas da vida e a classificação das mesmas à luz de dois princípios: o da multifuncionalidade das actividades e o da omnipresença das funções. Também M. Dufrenne (*Phénoménologie de l'expérience esthétique*) coloca, com o maior rigor, a distinção entre objecto estético e obra de arte, sendo aquele a própria obra enquanto acolhida e configurada por uma percepção autêntica, oferecendo deste modo uma base sólida para a sua descrição fenomenológica, que engloba na noção de objecto estético a íntima correlação de sujeito e objecto, ou de *noese* e *noema*, como solidariedade da obra e da experiência.

O acompanhamento da evolução da formação da Estética nos seus modelos fundamentais e no seu património histórico permite recapitular as diversas configurações-tipo, sobretudo nas duas vertentes que ao longo da história se foram desenvolvendo paralelamente, a saber, uma metafísica do belo e uma teoria da arte. Para além de um conhecimento indispensável das raízes culturais e da tradição na qual a cultura ocidental se inscreve e tem as suas referências fundadoras, o confronto com as doutrinas clássicas pode ser fonte de inspiração para a necessidade actualmente sentida com premência de reatar uma Estética de carácter mais reflexivo e principial.

Se a metafísica estética da reflexão antiga e medieval se centra na essência do belo, a qual não é senão um caso particular da essência do ser, a natureza da beleza (como ideia ou atributo divino) separa-se da natureza da arte: como aquela não é resultado da produção mas somente termo da contemplação, todo o campo do humanamente produzido entra no âmbito da poética, da canónica e da tratadística. As doutrinas de Platão e de Aristóteles desenham duas soluções insuperáveis, o primeiro na posição da mais nítida das estéticas metafísicas, promovendo a solidez de valores eternos superiores aos entes particulares e independentes deles; o segundo, na articulação entre *poièsis* e *physis*, fundadora da continuidade entre arte e natureza enquanto ordens do real. Também a posição de ambos os filósofos sobre as diversas artes e o seu respectivo valor de verdade permite o estimulante contraste entre a radicalidade da crítica platónica à *mimèsis* imitativa e a actualidade da visão aristotélica, delineando esta os princípios gerais de uma poética da obra singular centrada na actividade representativa e na função catártica.

Agostinho e Tomás de Aquino, no mundo medieval, renovam os paradigmas platónico e aristotélico, mantendo a duplicidade entre uma metafísica teológica dos valores e uma teoria da *ars*; enquanto a doutrina teológica da criação é um bom contributo para compreender as

raízes das noções de criação e de criatividade, a concepção geral da arte mostra bem a ausência de um estatuto autónomo desta anterior à idade moderna. Um lugar importante cabe, por isso, aos pensadores renascentistas e maneiristas, nomeadamente aos escritos teóricos de Leonardo da Vinci (*Trattato della pittura*), defendendo a síntese entre os dados da experiência e a elaboração intetectual que inaugura a visão da arte como *cosa mentale* ou apreensão inteligível do mundo.

Uma diferente forma de considerar a tradição pode salientar a oposição entre o objectivismo e o subjectivismo, defendendo aquele o predomínio das qualidades imanentes do objecto, este da atitude e das faculdades do sujeito. A posição de Diderot (*Essais sur la peinture*) ilustra bem a possibilidade de conciliar o subjectivismo mutável da apreciação com a objectividade intrínseca do belo. A doutrina kantiana tem aqui um lugar insubstituível, no estabelecimento da duplicidade constitutiva da experiência estética, orientada em simultâneo no sentido da harmonia e da desarmonia do sentir, que se encontra na raiz das experiências do belo e do sublime; se a teoria do gosto conduz à equiparação entre *sapor* e *sapientia*, já a atitude do excesso, na qual tantas leituras contemporâneas descortinam a modalidade mais genuína da arte, conduz à vivência da desmesura estética e à descoberta da infinitude moral.

Também algumas linhas pós-kantianas reelaboram a inspiração de Kant ou procuram superar as suas dicotomias, nomeadamente a separação entre sujeito e objecto. Entre elas, são trabalhadas: a ligação entre estética e pedagogia, com Schiller (*Über die ästhetische Erziehung des Menschen*); a filosofia da arte do idealismo alemão promovendo uma metafísica do génio criador (Schelling) ou o estabelecimento de uma filosofia do absoluto artístico, em Hegel (*Vorlesungen über die Ästhetik*); ou a teoria de Nietzsche, nesse percurso pessoal que parte do reconhecimento da polaridade apolíneo-dionisíaco até à culminação numa metafísica do artista (*Die Geburt der Tragödie; Der Fall Wagner* ...).

3. Doutrinas e correntes contemporâneas

O panorama das ideias filosóficas do século XX é bem elucidativo da emergência de uma reflexão tão dispersiva e da coexistência de vias tão diversificadas, que se torna infrutífera qualquer tentativa de sistematização, permanecendo como simples ideal a possibilidade de encontrar um ponto de vista englobante suficientemente amplo para introduzir todas as facetas

do problema. O nosso século viveu precisamente numa situação de abertura ilimitada, recusando a unicidade das soluções, podendo designar-se como Estética apenas um ambiente muito genérico em que convivem a reflexão filosófica e a aliança multidisciplinar. Não obstante, alguns traços comuns podem ser evidenciados: o esbatimento da categoria do belo, que perde também a sua função central como atributo característico da qualidade artística; a ruptura do conceito tradicional de arte, com a multiplicação do âmbito das formas artísticas e o desvanecimento das fronteiras que delimitavam a arte da não-arte. Igualmente as sucessivas crises que abalam as sólidas categorias filosóficas clássicas (sujeito, racionalidade, vontade livre...) perpassam através de toda a reflexão estética.

A contestação da concepção racionalista de uma subjectividade consciente e transparente a si mesma, contributo decisivo da psicanálise, reconduz nos textos maiores de Freud (*Die Traumdeutung; Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci; Meta-psychologie*...) a interpretação de toda a linguagem expressiva a um sentido oculto proveniente da energia pulsional inconsciente transformada em imagem e representação. Também a consideração da arte, quer da produção quer da recepção, do ponto de vista social, permite integrar valores estéticos e artísticos num contexto amplo que ultrapassa a deliberação individual do artista e a figura individual do contemplador, privilegiando a sua origem e função colectiva, como em Marx e Engels (*Sobre a Literatura e a Arte*). Com H. Marcuse (*The Aesthetic Dimension*), a crítica do domínio do político asfixiado pela burocracia vem depositar no estético a função emancipadora de uma ordem social não repressiva e alternativa ao quotidiano. A "promesse de bonheur" stendhaliana inspira, na teoria crítica de Th. Adorno (*Ästhetische Theorie*), uma leitura tensional e ambivalente da arte, oscilando entre autonomia e alteridade, aura e comprometimento, inovação e reificação.

No âmbito das correntes de feição mais estritamente filosófica, a fenomenologia ocupa um lugar destacado, quer ligada ao ponto de vista renovado da subjectividade, na correlação entre sujeito estético e objecto estético, como em M. Dufrenne, que oferece um modelo para a análise completa do fenómeno estético, abarcando as diversas instâncias que o compõem: artista, espectador e executante. Quer nas diversas fundamentações ontológicas que anulam o papel da subjectividade e tornam anónimo o processo criador, libertando-o da iniciativa subjectiva e colocando o privilégio na obra em si mesma. A radicalidade da denúncia dos fundamentos de uma estética psicologizante lança as bases, na ontologia da obra de Heidegger, para a compreensão de um ente sem origem alheia e que expressa originariamente a mediação

entre terra e mundo (*Der Ursprung des Kunstwerkes*). Se na primeira fase do pensamento de M. Merleau-Ponty a percepção permitia já a superação do dualismo entre interioridade e exterioridade (*Phénoménologie de la Perception*), na ontologia da reversibilidade entre corpo e carne, a pintura emerge como resposta à interrogação suscitada pelo enigma de toda a visibilidade (*L'Oeil et l'Esprit; Le Visible et l'Invisible*). Também H. G. Gadamer (*Wahrheit und Methode*) defende o enquadramento da obra no horizonte da tradição, da história e do sentido, que deste modo a insere na possibilidade da mesma leitura textual e interpretação hermenêutica de toda a cultura.

Sem se diluirem numa teoria da arte, muito menos numa estética aplicada, outras orientações analisam a arte a partir da filosofia ou são particularmente sensíveis à revolução trazida pela mutação das artes e pelas fundamentações teóricas dos movimentos artísticos operados no seio do teatro, do cinema, da literatura e das artes plásticas. A ruptura contemporânea de uma noção unívoca de arte e a fragilidade dos critérios para a sua compreensão, classificação e valoração volta a levantar a questão do estatuto geral da arte e da obra de arte em particular.

O debate sobre a natureza e a possibilidade de uma definição da arte é tratado em autores do meio anglo-saxónico, como C. Bell ("The Aesthetic Hypothesis"), M. Beardsley ("Aesthetics. Problems in the Philosophy of Criticism"), J. Stolnitz ("The Aesthetic Attitude"), M. Weitz ("The Role of Theory in Aesthetics"), e G. Dickie ("What is Art?"). A ligação entre arte e conhecimento e, nessa medida, a aproximação entre arte e ciência, marca uma opção fundamental em filosofia da arte, nomeadamente na orientação analítica de N. Goodman (*Languages of Art. An Approach to a Theory of Symbols; Ways of Worldmaking*), para quem a distinção das diferentes funções cognitivas se encontra dependente dos diferentes sistemas simbólicos.

4. Debates e perspectivas temáticas

Um outro tipo de tendência dos programas elege temas mais circunscritos e de configuração mais específica, como alguns debates paradigmáticos em torno de conceitos, confrontos ou polémicas ilustrativas. Salientada é a maneira como Kant e Goethe (*Schriften zur Kunst*) trabalham a dupla analogia entre natureza e a arte, surpreendendo entre ambas um

profundo laço familiar que permite considerar tanto a arte como modelo da natureza, como a natureza dando regras à arte através da figura do génio.

A resposta à questão "o que faz a arte à vida?" recolhe as posições de Hermann Broch (*Dichten und Erkennen*) e Walter Benjamin (*Goethes Wahlverwandschaften; Der Ursprung des deutschen Trauerspiels, Das Passagen-Werk*) sobre as passagens entre poesia e filosofia, em torno das noções de símbolo e de apresentação (*Darstellung*) e, no limite, a profunda afinidade entre estética e ética como modalidades que se interpenetram no mesmo esforço de dar sentido, forma ou valor.

A identificação tendencial de ética e estética retoma, em torno das relações entre a filosofia e o sentimento trágico, uma linha essencial do pensamento filosófico de Schiller, Hegel, Schopenhauer (*Die Welt als Wille und Vorstellung*) e Nietzsche, a qual volta a surgir renovada em figuras actuais como o trágico enquanto forma do tempo (P. Ricoeur, *Temps et Récit*) e metáfora da filosofia (H. Blumenberg, *Schiffbruch mit Zuschauer; Das Lachen der Thrakerin*).

A fecundidade de uma estetização da própria filosofia e do seu exercício a partir do contacto com a linguagem, os paradigmas expressivos ou representativos próprios de algumas formas artísticas (tais como a perspectiva, o fragmento, o labirinto, os livros de notas...) põe em causa o privilégio de um pensamento puro e de ambição totalizadora, promovendo em substituição a diversidade criativa do *estilo*.

5. Outras vias do ensino e da investigação

A disciplina de Estética faz parte do elenco das cadeiras obrigatórias das Licenciaturas em Filosofia (Faculdades de Letras) e das Faculdades de Belas-Artes, prevendo-se que na Faculdade de Belas-Artes de Lisboa tenha início, em 1998-1999, um Mestrado em "Estudos de Teoria da Arte". Outras orientações de estéticas mais aplicadas às diversas artes são leccionadas em cursos do ensino politécnico e em cursos livres do ensino artístico.

Tratando-se da preparação de base de futuros licenciados, aos programas das licenciaturas preside como objectivo central o carácter informativo e a intenção formativa. Já no âmbito especializado da pós-graduação, refira-se a existência de um Curso de Mestrado em "Estética e

Filosofia da Arte" organizado pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, que tem oferecido diversos seminários de carácter monográfico ou temático, dos quais se destacam os seguintes: análise das categorias estéticas, filosóficas e políticas no advento do movimento modernista na era industrial e as suas repercussões no conceito de natureza ("Modernismo: Arte e Natureza"); os fundamentos da afirmação de uma estética pós--modernista nas produções literárias e musicais entre os anos 20 e 40 ("A crise do modernismo"); a filosofia da arte de N. Goodman como construção de "versões de mundo" ("Modos de fazer mundos na arte"); a articulação entre a génese do processo criativo e o estatuto da arte, em textos teóricos desde Platão e Plotino até Paul Klee e Almada Negreiros ("Ideia estética e criação artística"); a relação entre espaço, traço e imagem no âmbito de uma investigação comparativa entre cinema, música e pintura ("Filosofia da Música-Filosofia da Pintura"; "Filosofias comparadas"); a articulação entre visão e imagem ("Formas de ver: filosofia e pintura"); as gradações subjectivas do sentir e as implicações ontológicas, antropológicas e éticas da emancipação da sensibilidade ("Pensar o sentir"); a relação estética com a natureza nos pensadores setecentistas, em torno dos motivos do belo natural, do sublime e da teleologia ("Poética da Natureza e Estética da Paisagem"); a teoria da decadência de Erwin Koppen aplicada às imagens do wagnerismo e à teoria da cultura do movimento decadente ("Decadência e wagnerismo"); o pensamento estético português contemporâneo de Antero de Quental, Fernando Pessoa e Vergílio Ferreira.

Na sequência do trabalho de investigação aprofundada realizado nos Mestrados, prevê-se a produção de Dissertações que virão dinamizar uma área tão carenciada no nosso meio. De facto, se entre nós a reflexão estética pode ser considerada de grande qualidade e manifestando a preocupação de constante actualização, como se depreende da análise dos *curricula* universitários, ela não tem tido a correspondente visibilidade nem do ponto de vista institucional, nem do ponto de vista cultural mais amplo. Registe-se o carácter excepcional de uma iniciativa como o recente Colóquio "Jogos de Estética/Jogos de Guerra" promovido pela Fundação das Casas de Fronteira e Alorna ou do projecto de investigação sobre "Estética e Filosofia" que se desenvolve no âmbito do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Apesar do esforço de algumas editoras que têm vindo a incluir nas suas colecções importantes textos de teoria da arte; apesar do aparecimento de traduções de alguns escritos fundamentais de Kant, Schiller, Goethe, Nietzsche, N. Goodman e outros filósofos, será indispensável fomentar a produção em maior número de traduções de qualidade científica que

incentivem o estudo directo dos textos. O deficiente conhecimento de línguas estrangeiras por parte de estudantes torna ainda mais premente esta tarefa. Outra grande lacuna no espaço português continua a ser a incompreensível inexistência de materiais de consulta e obras instrumentais tão importantes para a investigação, como os vocabulários, os léxicos e as antologias históricas ou temáticas.

São, portanto, ainda muito grandes as nossas carências. Sente-se nomeadamente com grande premência a falta de uma Revista especializada que viesse a reunir contributos inéditos dos investigadores e permitisse a permuta com revistas estrangeiras congéneres. Falta igualmente uma prevista mas nunca até hoje concretizada Sociedade Portuguesa de Estética, que teria, de direito, o seu lugar institucional na Federação Internacional de Sociedades de Estética. Salvo raríssimas excepções, os portugueses têm estado ausentes dos Congressos Mundiais de Estética, promovidos regularmente por esta Federação.

Do elenco dos temas sugeridos para discussão nestes Congressos, alguns são ainda pouco trabalhados entre nós, não obstante a amplamente reconhecida componente antropológica e ética da vivência estética. Entre esses que animam muitos debates internacionais, salientem-se dois. Um primeiro solicita à Estética um papel na formação e definição da identidade cultural, associando a reflexão filosófica à riquíssima investigação etnológica e antropológica desenvolvida pelos actualmente designados Estudos Culturais, através de tópicos como o multiculturalismo, a articulação entre centro e periferia, a crítica do etnocentrismo... Um segundo apela à intervenção da filosofia no âmbito da Estética ambiental, na qual pode fazer ouvir a sua voz, tanto na contestação dos fundamentos dos erros antropocêntrico e tecnocêntrico, como na indicação de vias alternativas ou de concilação entre a natureza e a técnica, a liberdade e a felicidade.

O ENSINO DA LÓGICA

Paulo de Melo

As considerações que sucintamente se expõem a seguir têm por objecto o estado actual dos estudos de Lógica em Portugal, no âmbito das licenciaturas em Filosofia, compreendendo naturalmente uma extensão às Ciências Humanas. No cumprimento desse desiderato, ter-se-á um primeiro item onde se apreciará a integração da disciplina de Lógica nos currículos do ensino universitário, com uma prévia exposição da primeira abordagem feita a nível do ensino secundário. Nesse âmbito será apresentado um conjunto representativo de Programas, nem sempre em versão integral, incluindo um que não pertence a uma licenciatura em Filosofia. Outros cursos em áreas diversas da de Filosofia compreendem estudos de lógica e de teoria da argumentação, como sucede, por exemplo, com as licenciaturas em Ciências da Comunicação e Linguística. Em seguida, referir-se-á o que, do nosso ponto de vista, deve ser essencialmente assegurado no ensino da disciplina a nível de licenciatura, bem como extensões desejáveis ainda no âmbito da licenciatura e em cursos de pós-graduação.

1. O ensino actual da Lógica

1.1 Iniciação a nível do Ensino Secundário

À partida, as condições parecem favoráveis à implantação de estudos de Lógica em áreas de especialização posterior, bem como à consecução dos objectivos formativos e de propedêutica geral próprios à disciplina. Não só o nosso ensino secundário integra *Introdução à Filosofia* como curso obrigatório nos 10º e 11º anos, com o estatuto de segunda componente de formação geral, a seguir à língua materna, como também o plano de estudo dessa disciplina insere uma unidade programática do 11º ano cujo tema versa precisamente a lógica. Trata-se da Unidade IV, com o seguinte conteúdo:

1. O pensamento e o discurso: - A Lógica como estudo das condições de coerência do pensamento e do discurso. - As três dimensões do discurso: sintaxe, semântica e pragmática. - Os novos domínios de aplicação da Lógica: cibernética, informática, inteligência artificial.
2A. Noções básicas de Lógica: - O conceito e o termo; extensão (denotação) e compreensão (intensão). - A definição: tipos e regras. - O juízo e a proposição. Validade e verdade.
2B. Cálculo proposicional: - A proposição: asserção e designação. - Definições de conectivas: negação, disjunção, conjunção, condicional e bicondicional. - Método das tabelas de verdade. - Tautologia e contradição. - Leis e regras de inferência válida: *modus ponens* e *modus tollens*. *Dictum de omni et Nullo*.
3A. Inferências: - Conversão e oposição. - Raciocínio: analogia, indução e dedução. - Silogismo. - Falácias. - Lógica aristotélica e lógica simbólica.
3B. Cálculo de predicados: - Quantificadores. - Falácias. - Lógica aristotélica e lógica simbólica.
4. Argumentação e comunicação: - O processo comunicativo e a argumentação. - O discurso argumentativo: persuasão e refutação.

Compreendendo uma introdução genérica comum, assim como o tópico final *argumentação e comunicação*, o programa prevê duas linhas alternativas de desenvolvimento, através, por um lado, dos pontos 2A-3A, e, por outro, dos pontos 2B-3B. Contemplam-se, com essas opções, uma maior sensibilidade e preferência pela lógica tradicional, aristotélico-escolástica, ou pela lógica formal, em acepção distintiva relativamente à primeira, i.e., logística. Tal afigura-se-nos adequado e equilibrado. Contrariando as boas expectativas que essa orientação programática abre, temos o estado de má preparação e indiferença em que geralmente se encontram os alunos quando se inscrevem na disciplina de Lógica de licenciatura. Não nos parece, no entanto, que esse facto possa pôr em causa a justeza das disposições programáticas adoptadas no Ensino Secundário. As razões de preparação deficiente deverão ser outras, prendendo-se às más condições gerais de funcionamento do ensino pré-universitário em Portugal.

1.2 A inserção da disciplina de Lógica nos currículos do Ensino Universitário (Filosofia, Ciências Humanas)

Nos currículos de um conjunto representativo de cursos de Filosofia, vamos encontrar a disciplina de Lógica dotada de programas cujo conteúdo pode ser descrito com recurso à seguinte tipologia:

(a) lógica formal, em acepção logística,

(b) lógica tradicional, aristotélico-escolástica,

(c) metalógica,

(d) lógicas divergentes,

(e) filosofia ou/e história da lógica.

Apresentaremos agora esses programas, seguidos pela identificação da ocorrência relevante do tipo de elementos que acima enumerámos.

Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras / Curso de Filosofia

* Lógica I: (b) (a)

I. Teoria aristotélica

1. Proposições declarativas categóricas.
2. Quadrado das oposições.
3. Teoria da conversão.
4. Teoria do silogismo.
5. Tipologia das falácias.

II. Teoria dos conjuntos

1. Conceitos básicos.
2. Operadores sobre conjuntos.
3. Interpretação da teoria aristotélica da inferência na teoria dos conjuntos.
4. Pares ordenados e produtos cartesianos.
5. Relações e funções.
6. Propriedades de relações.
7. Equivalência e cardinalidade.

* Lógica II: (a)

I. Lógica proposicional

1. Conceito de uma função de verdade.
2. Definição verofuncional das conectivas proposicionais.
3. Tabelas de verdade.
4. Tautologias, contradições e proposições contingentes.
5. Conceito de forma natural.
6. Cálculo proposicional por meio de regras de inferência.

7. Identidade. Reflexividade e indiscernibilidade de idênticos.

8. Descrições. A teoria de Russell.

II. Lógica predicativa

1. Teoria da quantificação.

2. Cálculo de predicados por meio de regras de inferência.

3. Teoremas do cálculo de predicados.

4. Semântica do cálculo de predicados.

5. Teoria da identidade.

* Lógica III-IV: (c) (a)

Princípios elementares da teoria dos conjuntos. A teoria das funções de verdade. Transposição de fórmulas no cálculo proposicional. Sistemas de axiomas para o cálculo proposicional. O teorema da dedução no cálculo proposicional. A completude do cálculo proposicional. O sistema de Gentzen da dedução natural.

Universidade Nova de Lisboa / FCSH / Curso de Filosofia

* Lógica I: (a)

1. Introdução. 1.1. Seis funções básicas da linguagem. 1.2. Definição do objecto de estudo da lógica formal. 1.3. Natureza da verdade lógica. Condição necessária e suficiente da validade formal de uma inferência.

2. Um excurso pela lógica informal. 2.1. A construção argumentativa: argumentos dedutivos e indutivos. 2.2. Argumentos válidos e não válidos, correctos e incorrectos. 2.3. Falácias: dos pontos de vista formal e informal. Falácias de relevância e falácias de ambiguidade. 2.4. A definição: sua natureza e tipologia.

3. Lógica de enunciados não analisados. 3.1. As conectivas de enunciado. 3.2. Problemas de tradução. 3.3. Análise de verdade. 3.4. Consistência, validade e inconsistência. A implicação e a equivalência lógicas. 3.5. Substituição e permuta. 3.6. Princípio da dualidade. 3.7. Método das árvores (quadros semânticos) para a lógica de enunciados não analisados: regra da dupla negação, regras de listagem e regras de ramificação.

4. Lógica de predicados de primeira ordem. 4.1. Introdução dos novos símbolos: letras de predicado, letras de indivíduo, quantificador universal e quantificador particular. 4.2. Enunciados singulares. Enunciados universais, afirmativos e negativos. Enunciados particulares, afirmativos e negativos. 4.3. Predicados monádicos e predicados poliádicos. 4.4. Problemas de tradução. 4.5. Extensão do método das árvores (quadros semânticos) para a lógica

de enunciados à lógica de predicados de primeira ordem com identidade: regras para os quantificadores particular e universal, regras para a identidade.

* Lógica II: (a) (e)

1. Lógica de enunciados não analisados. 1.1. Forma normal disjuntiva e forma normal conjuntiva. 1.1.1. Simplificação da forma normal disjuntiva. 1.1.2. Circuitos lógicos e circuitos de chaveamento. 1.2. Um cálculo de dedução natural para a lógica de enunciados: regras de inferência primitivas e regras de inferência derivadas.

2. Lógica de predicados de primeira ordem. 2.1. A lógica de relações: diagramas de Hasse; transitividade, simetria, reflexividade; relações de equivalência e de ordem total e parcial. 2.2. Regras de passagem: formas prenexas e formas puras. 2.3. Identidade e descrições. 2.4. Extensão do cálculo de dedução natural para a lógica de enunciados: um cálculo de dedução natural para a lógica de primeira ordem com identidade. 2.5. Prova de não-validade por desenvolvimento de modelos. 2.6. Decidibilidade da lógica monádica de primeira ordem: o teorema de Löwenheim de 1915. Geração de tabelas semânticas infinitas e a indecidibilidade da lógica poliádica de primeira ordem.

3. Tópicos de filosofia da lógica.

* Lógica III: (c) (e)

I. Cálculo Axiomático.

1. Introdução à teoria axiomática: cálculo de dedução natural vs cálculo axiomático.

2. A teoria axiomática *L* para a lógica de enunciados não analisados: a) Estabelecimento do sistema axiomático *L*; b) O teorema da dedução para *L*; c) A consistência de *L*; d) A completude semântica de *L*; e) A decidibilidade de *L*.

3. A teoria axiomática *K* para a lógica de predicados de primeira ordem: a) Estabelecimento de uma linguagem de primeira ordem; b) Definição do sistema axiomático *K*; c) O teorema da dedução para *K*; d) A consistência de *K*; e) A completude semântica de *K*.

4. Modelos: a) O teorema de Löwenhweim-Skolem; b) O teorema da compacidade. II. Exegese dos Principais Resultados Metateóricos Obtidos em I) 2-4.

Universidade de Coimbra / Faculdade de Letras / Curso de Filosofia

* Lógica : (a) (b) (e)

A - Objecto e problema da lógica.

B - Evolução dos problemas lógicos.

1. A feição antiga da lógica - A escola eleática. A sofística. Sócrates e os semi-socráticos: Platão. Aristóteles . A lógica estóica. O período dos comentadores.

2. A feição medieval da lógica - Período da lógica medieval. Objecto da lógica medieval. Contribuições mais importantes da lógica medieval: a) Os sincate-goremas como constantes lógicas; b) A teoria das suposições; c) A teoria das consequências.

3. A lógica do humanismo e a lógica moderna - A lógica de Pedro Ramo. Feição metodológica da lógica moderna. A lógica de Port-Royal. Leibniz. Kant e lógica transcendental. O psicologismo e a reacção fenomenológica.

C - A lógica matemática ou simbólica.

1. A génese das correntes matemáticas da lógica - Lulio, Hobbes, Leibniz. A lógica inglesa do século XIX: Hamilton, Boole, De Morgan, Peirce, Schröder, Frege e Peano. Os "Principia Mathematica" de Whithehead e Russell. As lógicas polivalentes: Lukasiewicz. O verdadeiro objecto da lógica matemática.

2. A lógica das proposições não analisadas - Função de verdade, argumento e functor. Construção da tábua sistemática das funções de verdade. Relação entre os diferentes functores (leis de De Morgan). Noção e exemplos de lei lógica. O método axiomático. Limites da lógica das proposições não analisadas.

3. A lógica antiga das proposições judicativas - Os elementos da proposição predicativa. As inferências imediatas. Raciocínios a duas premissas e conclusões predicativas: o silogismo. Os silogismos clássicos: regras fundamentais, modos e figuras.

4. A lógica dos predicados - Extensão da noção de functor. Functor e argumentos. Predicadores. A forma proposicional. Quantificadores. Individuação, generalização e particularização. Variáveis livres e variáveis ligadas. A negação nas proposições quantificadas. Leis de De Morgan. As proposições universais e particulares clássicas. Proposições de existência. As descrições.

5. A lógica das classes - Noção de classes. Noções de cálculo de classes: inclusão, pertença, identidade, classes distintas, soma gráfica de classes. O silogismo na lógica de classes.

Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Curso de Filosofia

* Lógica: (a) (b) (d) (e)

I. Introdução

1. Objecto de estudo: pensamentos bons e maus argumentos, persuasão.

2. Lógica tradicional e lógica moderna: (a) Aristóteles. (b) Boole. (c) Frege.

II. Lógica Simbólica

1. Cálculo Proposicional: (a) Noções básicas: proposições e conectivos. A ideia de uma

lógica bivalente, princípios da não contradição e do terceiro excluído. (b) Operações lógicas sobre proposições e tabelas de verdade elementares. A ideia de função de verdade. (c) Construção e inspecção de tabelas de verdade. Tautologias, contradições e contingências. Princípio de substituição. (d) Implicação lógica. Equivalência lógica. (e) Propriedades da conjunção e da disjunção, dupla negação, leis de De Morgan. Redução do número de conectivos, forma normal e dualidade. (f) Dedução: regras de inferência primitivas e derivadas. (g) Validade mediante: (g.1) tabelas de verdade indirectas, (g.2) quadros semânticos, (g.3) regras de inferência.

2. Abordagem elementar da teoria dos conjuntos: (a) Noções básicas: constante e variável; expressões designatórias e expressões proposicionais (condições). (b) Conjuntos e subconjuntos. Diagramas de Venn. Funções. (c) Conjunto definido, num universo, por uma condição. Condições equivalentes e conjuntos idênticos. (d) Disjunção de condições e união de conjuntos. Conjunção de condições e intersecção de conjuntos. (e) Condições incompatíveis e conjuntos disjuntos. Condições contrárias e conjuntos complementares. (f) Tradução em termos de conjuntos das propriedades das operações sobre condições, dupla negação e leis de De Morgan. (g) Implicação e inclusão de conjuntos: condições necessárias e suficientes de outras. (h) Teoria aristotélica da inferência imediata e do silogismo.

3. Cálculo de Predicados: (a) Noções básicas: designações, predicados, variáveis. (b) Quantificador universal e quantificador existencial. Enunciados singulares, universais e particulares. Variáveis ligadas e livres. (c) Quantificação parcial e múltipla. Segundas leis de De Morgan. (d) Dedução: regras de inferência para os quantificadores. (e) Identidade. Regras da introdução e da eliminação. (f) Verdades lógicas. (g) Extensão do método dos quadros semânticos para a lógica de predicados com identidade. (h) Interpretação e modelos.

III. Tópicos relacionados

1. Metafísica:(a) Introdução à Lógica Modal - operadores da necessidade e possibilidade. (b) Interpretação das modalidades em termos de mundos possíveis.

2. Filosofia da Mente: (a) Funções, computabilidade e algoritmos. (b) A proposta de Turing - Putnam. 3. Filosofia da Ciência: (a) O problema humeano - causalidade e leis naturais. (b) Condicionais contrafactuais.

Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Filosofia / Braga

* Lógica (1º Semestre): Reprodução não integral do programa. (b) (a) (c) (e)

Introdução Geral.

(A) Lógica Clássica. Ciência da razão (lógos): formalização e estudo das três operações intelectuais - conceito, juízo e raciocínio.

Cap. 1 Teoria dos nomes e conceitos. Problema lógico: a relação binária nRc e cRo.

Cap. 2 Teoria das proposições e juízos. Problema lógico: a relação binária pRj.

Cap. 3 Teoria dos silogismos e raciocínios. Problema lógico: relação binária sRr.

(B) Lógica moderna (ou matemática). Formalização e generalização da lógica clássica. Cálculos.

Cap. 1 Cálculo proposicional. Problema da decisão: valor das fórmulas ou operações sobre variáveis proposicionais...

* Lógica (2º Semestre):

Cap. 2 Sistema dedutivo de Cp. Sistema formalizado e axiomático de Hilbert.

Cap. 3 Cálculo de silogística (ou de termos). Sistema formalizado e dedutivo de Lukasievicz.

Universidade do Minho / Cursos: Relações Internacionais, Administração Pública, Gestão de Empresas

* Parte especificamente lógica do programa da disciplina *Epistemologia e metodologia para as ciências sociais*: Reprodução não integral do programa. (a) (b) (e)

2. Introdução à lógica formal e ao discurso científico rigoroso.

3. Estrutura e avaliação de argumentos. 3.1. Identificação de argumentos. 3.2. Diagramas de argumentos. 3.3. Argumentos convergentes. 3.4. Enunciados implícitos. 3.5. Lógica informal vs lógica formal. 3.6. Validade e probabilidade indutiva. 3.7. Relevância e exigência de total evidência.

4. O cálculo proposicional ou de proposições não-analisadas. 4.1. Formas de argumento. 4.2. Formalização: operadores lógicos, variáveis e *well-formed formulas* (wff). 4.3. Regras não-hipotéticas de inferência, regras hipotéticas e derivadas. 4.4. Teoremas e equivalências fundamentais (e.g., leis de De Morgan).

5. Tabelas de verdade e árvores de refutação. 5.1. Semântica dos operadores lógicos. 5.2. Tabelas de verdade para wff e formas de argumento. 5.3. Diagramas de John Venn. 5.4. Árvores de refutação.

6. A lógica dos enunciados categóricos ou de proposições analisadas. 6.1. Enunciados categóricos. 6.2. Inferências imediatas (equipolência). 6.3. Inferências mediatas (silogismo).

7. O cálculo de predicados. 7.1. Quantificadores e variáveis. 7.2. Regras de formação e de inferência. 7.3. Teoremas e regras de equivalência dos quantificadores. 7.4. Árvores de refutação.

8. Falácias. 8.1. Classificação de falácias. 8.2. Falácias de relevância, semânticas, indutivas, formais, etc.

9. Raciocínio indutivo. 9.1. Força de enunciados. 9.2. Generalização indutiva e indução simples. 9.3. Indução por analogia. 9.4. Métodos de J. S. Mill. 9.5. As teorias científicas e as hipóteses causais.

10. Desenvolvimentos recentes em lógica formal. 10.1. Limitações do cálculo de predicados. 10.2. Aspectos e descobertas das lógicas modais.

Podemos constatar que o estudo de lógica formal, em sentido estrito, integra todos os programas, nas formas de teoria ou metateoria, e que uma abordagem da lógica aristotélica é realizada, com diferentes graus de desenvolvimento, em cinco dos dez programas. Apenas em um programa há indicação de trabalho técnico a nível de uma lógica divergente, o da lógica modal, lógica de tipo suplementar, conforme a classificação de Susan Haack. De forma diferentemente desenvolvida, três programas integram estudos metateóricos, e, igualmente com diferentes graus de desenvolvimento, seis dos programas referem tópicos relativos à filosofia ou/e história da lógica. Verifica-se que o programa inserido em área diversa da de licenciatura em Filosofia, na sua parte lógica segue o padrão que nos outros se reconhece, contemplando acrescidamente aspectos de teoria da indução.

2. Ponto de vista acerca do que deve ser assegurado como mais relevante no ensino da Lógica no âmbito dos estudos de Filosofia

Consideramos que uma disciplina de Lógica de licenciatura deve assegurar uma consistente e completa introdução à lógica formal clássica, o que exige garantir condições curriculares e pedagógicas para um domínio efectivo das técnicas básicas próprias à matéria. Tal desiderato cumpre não somente uma exigência inerente à disciplina, por contemplação privilegiada do seu núcleo central, mas visa também facultar um modelo de estudo e prática de ciência formal, de inegável interesse para o aluno de filosofia. Daí decorre que o curso de Lógica deve figurar como disciplina curricular obrigatória, organizando-se numa unidade anual ou em duas semestrais. Haverá toda a conveniência em introduzir disciplinas de carácter opcional que cubram as áreas referidas em (c), (d) e (e), e mesmo, eventualmente, o conteúdo mencionado em (b), o que não só permitirá um estudo mais detalhado dessas matérias, como também favorecerá a constituição de programas de Lógica centrados num conjunto suficientemente amplo de técnicas operatórias, para o domínio das quais entendemos ser necessária uma carga horária anual. É igualmente desejável que áreas de pós-graduação venham a dar suporte a

estudos desenvolvidos na especialidade, não só na vertente de filosofia e história da lógica, mas também na de cálculo e metateoria.

3. Conclusão

A par de uma insuficiência de estudos de desenvolvimento especializado em áreas de pós-graduação e de uma oferta limitada de disciplinas opcionais de licenciatura que ampliem a informação e a formação no campo dos estudos lógicos, constatámos que o programa do ensino secundário integra uma componente introdutória adequada e que todos os programas de Lógica das licenciaturas tomados em consideração preservam um espaço, mais ou menos amplo, à leccionação do cálculo de lógica formal. Concomitantemente à manutenção, e possível reforço, dos dois últimos aspectos, que reputamos de positivos, será, pois, importante promover medidas que permitam superar as insuficiências referidas acima, bem como ampliar a bibliografia disponível em português.

CURRICULA VITAE RESUMIDOS DOS AUTORES

Fernando Gil (coordenador) é actualmente *Directeur d'études* de "Epistemologia da compreensão científica" na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e Professor Catedrático de Filosofia do Conhecimento (cursos de mestrado e doutoramento) na Universidade Nova de Lisboa. É presidente do Gabinete de Filosofia do Conhecimento, fundador e director da revista *Análise*, membro do gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia. É director do Projecto de Investigação Interdisciplinar *Description et preuve* (EHESS, Paris) e co-director do projecto internacional *Scientific controversies* (sediado na Universidade de Tel Aviv). É ainda membro da direcção da Sociedad de Filosofia Iberoamericana (com sede na Cidade do México), do European University Advisory Committee da *Encyclopaedia Britannica* (Chicago) e de diferentes conselhos científicos portugueses, franceses e ingleses e da comissão de redacção de várias revistas italianas e portuguesas. No passado, foi director do Centre d'Études Portugaises da EHESS (1992-1997), membro da direcção do Collége International de Philosophie (Paris, 1985-1988), director do projecto *Controverses scientifiques* (CNRS, Paris, 1983-1985), professor visitante em diversas universidades europeias e sul-americanas, conselheiro do Presidente da República Dr. Mário Soares durante os seus dois mandatos. Publicou inúmeras obras em português, francês e inglês, foi editor de várias obras colectivas e é autor de cerca de 150 estudos e artigos em diversas línguas, em revistas, actas de colóquios, obras colectivas, brochuras, etc. Entre as suas distinções incluem-se o Prémio Pen Club (1984), o Prémio Pessoa (1993), o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1992) e de Chevalier de l'Ordre des Palmes Académiques (1995).

Adriana Veríssimo Serrão ensina, desde 1980, no Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo regido diversas cadeiras de Licenciatura no âmbito das áreas de Estética e de Antropologia. Tem ainda a seu cargo a orientação de Seminários e dissertações no Mestrado de Estética e Filosofia da Arte da mesma Faculdade. Possui o grau de mestre em Filosofia, com uma dissertação intitulada *A razão estética. O conceito de Alargamento*

do pensar na Crítica da Faculdade de Julgar de Kant; e o doutoramento em Filosofia com a dissertação *A humanidade da razão. Ludwig Feuerbach e o projecto de uma antropologia integral*. É autora de diversos trabalhos nas áreas da Estética, Antropologia Filosófica e do pensamento alemão contemporâneo, nomeadamente de Kant e Feuerbach. Deste último pensador, traduziu para português *Das Wesen des Christentums* (A essência do Cristianismo). É membro do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e, desde 1997, Presidente do Conselho Científico da Sociedade Feuerbach (Berlim).

Leonel Ribeiro dos Santos nasceu em 1947. Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Junho de 1976) e doutorado em Filosofia pela mesma Universidade (30 de Maio de 1990) com uma dissertação sobre a filosofia de Kant (*Metáforas da Razão ou economia poética do pensar kantiano*), é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exercendo, desde Outubro de 1997, as funções de Vice-Presidente do Conselho Científico da mesma Faculdade. Como docente universitário, leccionou, desde Janeiro de 1977, as disciplinas de Filosofia Política, Ética, Filosofia da História e da Cultura, Filosofia Moderna, Filosofia da Educação e Teoria da Educação e tem orientado seminários de Mestrado no Âmbito da Estética, Filosofia em Portugal, Filosofia da Natureza e do Ambiente e Filosofia Moderna e Contemporânea. Ao abrigo de protocolos estabelecidos entre as respectivas instituições universitárias, tem colaborado regularmente, desde 1990, com a Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) na Licenciatura e Mestrado em Filosofia e, nos semestres de verão de 1996/97 e de 1997/98, com a Universidade do Minho no Mestrado em Filosofia, e no semestre de verão de 1997/98, na Licenciatura em Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia (Universidade Técnica de Lisboa), orientando cursos e seminários ou dando conferências sobre temas das suas áreas de especialidade. É membro da Kant-Gesellschaft (Bonn, Alemanha), da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e do Instituto Luso-Brasileiro de Filosofia. Foi bolseiro na Universidade Complutense de Madrid (Junho-Julho de 1979 e Setembro-Outubro de 1980) e na Universidade de Mainz, Alemanha (de Outubro de 1982 a Julho de 1983). Fez parte da direcção do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa desde a sua criação (1993) até Julho de 1997. É co-fundador, editor científico e membro do Conselho de Redacção da revista *Philosophica*. Coordenou a edição dos vários volumes colectivos (Actas de Colóquios), publicou várias obras a título individual, bem como em revistas da especialidade e em Actas de Colóquios e Congressos, artigos sobre pensadores renascentistas, modernos e contemporâneos (Coluccio Salutati, Descartes, Hobbes, Kant, Schiller, Hegel, Nietzsche e Heidegger) e pensadores portugueses e brasileiros (António

Vieira, Antero de Quental, Cunha Seixas, Gonçalves de Magalhães e Miguel Reale), dos quais traduziu e anotou diversas obras, sendo ainda autor de várias publicações de natureza didáctica de apoio ao ensino da Filosofia.

Maria José Pinto Cantista da Fonseca é Professora Catedrática de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Lecciona a disciplina de Filosofia Contemporânea na licenciatura e coordena o Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea na FLUP. Dirige trabalhos científicos, nomeadamente dissertações de Mestrado e de Doutoramento, bem como linhas de investigação no âmbito da fenomenologia, hermenêutica, etc. Tem publicações (livros, artigos de revista da especialidade, enciclopédias) nestas áreas, designadamente em fenomenologia existencial, ética, etc., bem como no domínio do pensamento português e espanhol. Pertence a várias sociedades científicas, das quais destaca: Sociedade Científica da Universidade Católica, Gabinete de Filosofia do Conhecimento, Associação de Professores de Filosofia, The World Institute for Advanced Phenomenological Research and Learning, Sociedade Portuguesa de Ciência e Ética Pedro Hispano, etc.

Maria Luísa Couto Soares é Professora Auxiliar do Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde tem leccionado, entre outras, a cadeira de Epistemologia na Licenciatura em Filosofia. Doutorou-se em 1994 com uma tese intitulada *Teoria Analógica da Identidade*. Actualmente é presidente da Comissão Científica de Filosofia nesta Faculdade. É membro do Gabinete de Filosofia do Conhecimento e do Conselho de Redacção da revista *Análise*, onde tem publicado habitualmente. Nestes últimos dois anos foi a investigadora responsável de um projecto sobre Filosofia e Medicina, com a colaboração de outros membros do Gabinete, no âmbito do qual em participado em Colóquios e publicado sobre alguns problemas da filosofia da mente, conhecimento prático, ética e modelos de racionalidade.

Paulo Jorge Correia de Melo é actualmente professor das disciplinas de Lógica e Filosofia da Linguagem no Departamento de Filosofia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e presidente da Comissão Pedagógica do mesmo Departamento. Publicou o ensaio "O pronome relativo - variável como constitutivo do aparelho de referência" e doutorou-se com a tese intitulada "Imanência e transcendência na teoria filosófica da linguagem de W.V.O. Quine".

Viriato Soromenho-Marques nasceu em 1957. Detém o grau de mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, obtido com a defesa de uma tese sobre *A caracterização trágica do niilismo em Nietzsche* (1985). É doutorado em Filosofia pela Universidade de Lisboa com a defesa de uma tese subordinada ao título *Razão e progresso na filosofia de Kant* (1991). Foi bolseiro do Deutscher Akademischer Austauschdienst em Bremen (1986) e Berlim (1988). Em 1994 visitou os EUA, no âmbito do *International Visitor Program*. É membro de várias sociedades e organizações científicas em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente da International Society for Ecological Economics, e da American Political Science Association. É actualmente professor associado com nomeação definitiva na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, regendo as cadeiras de Filosofia da História e da Cultura e de Filosofia da Política e do Direito (licenciatura). Coordena, igualmente, o mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente que teve início no ano lectivo de 1995-1996. Desenvolve desde 1978 uma intensa actividade no movimento associativo ligado à defesa do ambiente, tendo sido - de 1992 a 1995 - presidente da mais importante associação ambientalista nacional, a QUERCUS-Associação Nacional de Conservação da Natureza. Entre 1985 e 1987 representou a opinião pública no Conselho de Imprensa. Foi o coordenador nacional da campanha nacional de divulgação do papel e valor da imprensa: *Ler Jornais é Saber Mais*. Colabora assiduamente em diversos órgãos da comunicação social escrita e audiovisual, nomeadamente o *JL* e o programa *Acontece*, na RTP-2. Dirige actualmente o semanário regional *SemMais Jornal*, e a Revista electrónica *O Sentido da Terra*. Entre Setembro de 1992 e Julho de 1996 representou as associações de defesa do ambiente no Conselho Económico e Social. Em Maio de 1998 foi eleito como membro cooptado para integrar a Comissão Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Foi nomeado, em 21 de Maio de 1997, pelo Presidente da República, grande-oficial da Ordem de Mérito Civil, integrando, igualmente, o respectivo Conselho. Orientou dezenas de cursos breves e proferiu numerosas conferências em Portugal e oito outros países. Publicou cerca de nove dezenas de estudos, abordando temas filosóficos, político-estratégicos e ambientais.

ANEXOS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES FINANCIADAS PELO PROGRAMA PLURIANUAL EM FILOSOFIA

Divide-se este breve comentário em três partes: uma apresentação da comunidade dos investigadores em Filosofia, a indicação dos principais problemas que enfrenta a formação dos investigadores e o seu estatuto e uma reflexão sobre as áreas de investigação filosófica. Não se analisou especificamente o papel da contribuição internacional. Ela será referida a propósito dos diferentes aspectos considerados: importa sublinhar à partida que a participação regular da investigação portuguesa na comunidade internacional é sentida por largos sectores como um reconhecimento, que importa assegurar, do seu próprio esforço.

A comunidade filosófica

Há uma dezena de anos a JNICT, então dirigida pelo actual Ministro da Ciência e da Tecnologia, promoveu em Évora as "primeiras" - e até agora únicas - Jornadas Nacionais de Filosofia, com a participação de professores de várias universidades do país. Era sua principal finalidade pôr em contacto investigadores pertencentes a áreas diferentes e contribuir assim para a criação de uma consciência filosófica colectiva. Em 20 de Maio de 1997 o jornal Público consagra duas páginas à situação institucional da Filosofia em Portugal, onde vários professores universitários deploram a inexistência de uma comunidade de investigadores em Filosofia. A situação não teria pois mudado substancialmente. Contudo, no mesmo jornal, um professor nota haver hoje "boas bases para a institucionalização de uma comunidade de investigadores filosóficos" e um outro qualifica o ano de 1997 como realizando uma viragem decisiva.

Essa viragem seria um efeito imediato do enorme salto em matéria de financiamentos que resultou do presente programa de avaliação. É interessante notar que tal efeito se estende já para além do reforço das iniciativas internas propiciado pelos financiamentos. Assim, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa propõe-se realizar para o ano um colóquio reunindo os

docentes de Filosofia de todo o país e atrair para o seu Centro de Filosofia professores do ensino secundário. O mesmo já estão a fazer outros centros examinados no quadro desta avaliação.

Com efeito, a primeira coisa a dever observar-se é a riqueza potencial da comunidade filosófica portuguesa. Diferentemente do que acontece em outras disciplinas e na maioria dos países, a comunidade filosófica não se esgota na sua componente universitária. A existência de estudos, que são relativamente longos, de Filosofia no ensino secundário, alarga muito consideravelmente o número de praticantes de Filosofia. Em muitos casos, a investigação iniciada no mestrado mereceria e poderia prolongar-se por trabalhos ulteriores, independentemente do doutoramento, para os quais será necessário encontrar estruturas de acolhimento. A integração dos professores de Filosofia dos 10º-12º anos na «instituição filosófica» corresponde aliás a uma aspiração manifestada por um bom número de professores liceais (é disso testemunho a vitalidade da Associação de Professores de Filosofia).

No que toca à Universidade - onde se encontra naturalmente a esmagadora maioria da comunidade de investigadores - conhecem-se as carências estruturais com que se debate. Entre elas é de salientar o isolamento dos investigadores, quando não o desconhecimento completo das pesquisas dos pares (não será exagero dizer que os contactos entre investigadores pertencentes a instituições diferentes se fazem sobretudo nos júris de mestrado e de doutoramento), o pequeno número de colóquios e de outras ocasiões de confrontação, a fraca internacionalização, as grandes deficiências quanto a infra estruturas. Neste capítulo, o problema das bibliotecas é crucial. Os núcleos bibliográficos permanecem mal estruturados e pouco actualizados. Dado o volume financeiro que os esforços nesta matéria necessariamente implicam, a melhor solução residiria talvez numa cooperação entre os diferentes centros e departamentos, conducente a uma especialização por áreas e a um intercâmbio organizado e eficaz. No mesmo sentido se impõe o reforço dos meios de acesso às grandes bibliotecas estrangeiras, quer pelos serviços de empréstimo tradicionais, quer pelas possibilidades abertas pelas novas tecnologias.

É preciso tomar em conta que a presente avaliação cobre um sector reduzido da investigação em curso. Para além dos centros e institutos avaliados, faz-se investigação quer em Faculdades de Letras e Departamentos de Filosofia sem centros de investigação filosófica, quer em Faculdades de Letras e Departamentos de Filosofia (e não só de Filosofia) com centros de investigação mas fora deles, quer em instituições onde não se ensina Filosofia - quer, por fim,

fora da Universidade. Pode recear-se que o próprio reforço dos financiamentos concedidos aos centros conduza insensivelmente a uma «lógica de reagrupamento» que não convém necessariamente, nem a todos os tipos de investigação filosófica, nem a todos os investigadores em Filosofia. O *ethos* desta disciplina é assaz particularista e isso não deve ser esquecido. E por isso é necessário salvaguardar o projecto individual.

Respeitam também directamente à constituição de uma comunidade de investigadores meios de apoio de diferentes ordens, em particular editoriais (livros e revistas) e técnicos (pessoal de apoio, por exemplo no que toca à obtenção de bibliografia). As insuficiências em ambos os domínios são patentes. Além disso poucas instituições filosóficas existem fora da Universidade. No entender deste painel de avaliação, elas devem ser fomentadas: a sua independência intelectual e a sua leveza institucional tendem a propiciar investigações de fronteira, onde a Filosofia se confronta com outras áreas do conhecimento.

A relação entre os Institutos e Centros de Investigação com os Departamentos de Filosofia merece também reflexão. Pode acontecer que os Centros tendam a constituir uma duplicação dos Departamentos, o que não os enriqueceria no que respeita à investigação (e poderia também marginalizar os investigadores não pertencendo ao Centro). Convirá que os centros de investigação solicitem a colaboração de colegas exteriores, inclusive não universitários e que vocacionem a sua actividade para uma colaboração com outros centros e instituições congéneres nacionais e estrangeiros.

Formação

O fraco desenvolvimento da formação pós-mestrado constitui talvez o ponto crucial a considerar. Sugere-se a promoção de mestrados especializados, susceptíveis de fornecer aos praticantes da filosofia e de outras disciplinas, a todos os níveis, oportunidades de aprofundamento e de *aggiornamento*. Para lá do estímulo que estes mestrados representam do ponto de vista das vocações de investigação, a sua generalização contribuiria crucialmente para a cultura filosófica do país. Como a cultura científica em relação à investigação científica, uma cultura filosófica *pública* é uma condição indirecta da autenticidade da investigação filosófica (Não cabe aqui explanar esta tese: entre outras coisas, essa cultura traduzir-se-ia por uma atitude crítica em relação ao que passa por filosofia, com regras e critérios de rigor hoje praticamente ausentes).

A criação de cursos de doutoramento é também uma necessidade. Actualmente, o doutorando prepara a sua tese no isolamento mais completo, anos a fio, à parte os seus contactos mais ou menos esporádicos com o director da tese. Esses cursos não deveriam estar exclusivamente a cargo de investigadores e professores dos Departamentos de Filosofia: a figura do professor convidado estrangeiro ou nacional, actualmente de magra utilização, poderia ser um elemento importante numa estratégia concertada em matéria de formação pós-mestrado. A efectuação de teses em regime de co-tutela, nomeadamente com Universidades estrangeiras, favoreceria também a especialização e poderia constituir um aspecto relevante da cooperação inter-universitária. A co-tutela seria ainda um factor de protecção do jovem investigador português que decide fazer a sua tese no estrangeiro, sem estar previamente integrado numa instituição portuguesa: nas condições actuais, a sua inserção na Universidade Portuguesa, uma vez a tese terminada, afigura-se frequentemente difícil.

No capítulo internacional, deve ainda salientar-se a muito baixa utilização em Filosofia dos programas de intercâmbio universitário tipo Erasmos ou Socrates. É verdade que a complicação burocrática destes programas não é propriamente encorajadora.

O estatuto do investigador

A situação portuguesa é algo paradoxal. Se há facilidades razoáveis para os assistentes que preparam teses de doutoramento no que respeita a dispensas de serviço e até concessão de bolsas (facilidades que não oferecem muitos países europeus), não existem em Portugal dispositivos eficazes que assegurem o trabalho de investigação depois da tese. Permanece assim sendo verdade que a tese de doutoramento representa a parte mais substancial da investigação filosófica. Depois da tese é em condições de quase abnegação que uma investigação continuada, obedecendo a uma lógica interna de desenvolvimento, consegue efectuar-se.

Trata-se de um problema que afecta aliás a generalidade das ciências humanas na maior parte das instituições. Como tem sido dito, o reforço financeiro dos centros de investigação deveria permitir contratar, por períodos determinados, investigadores universitários e não-universitários, libertando durante os mesmos períodos as verbas correspondentes nas instituições de origem: essas verbas seriam afectadas à contratação de docentes em substituição. Esta estratégia seria naturalmente gizada em parceria com o Ministério da Educação, por forma a acautelar legítimos interesses.

Uma política eficaz de internacionalização conduziria também a associar periodicamente investigadores portugueses a projectos internacionais. De um modo ou de outro, o futuro (ou, mais simplesmente, a realidade) da investigação filosófica portuguesa passa pela criação de estruturas de pesquisa a tempo inteiro e pela oferta a cada investigador de possibilidades de alternância entre o ensino e a investigação a tempo integral.

Áreas de investigação

Em relação directa com as condições actuais da formação dos praticantes da filosofia, forçoso é reconhecer que a pesquisa portuguesa apresenta carências profundas em matéria de orientações da investigação. Presentemente, a investigação filosófica portuguesa - através da tese de doutoramento - concentra-se maciçamente na filosofia moderna e contemporânea, com um enfoque marcadamente historicista, e dando globalmente relevo aos «grandes autores», com prejuízo da evolução dos problemas e das correntes de pensamento. Áreas fundamentais, por exemplo a «filosofia medieval», designação já por si demasiado abrangente, são estudadas por pouquíssimos investigadores. Quase o mesmo se pode dizer da própria filosofia grega (para não falar do pensamento hebraico, indiano ou chinês). O mesmo vale para a filosofia das ciências, quer se trate de ciências formais como a lógica e a matemática, quer das ciências físicas e naturais, quer até das próprias ciências humanas - e isso vale ainda para a estética ou para a filosofia do direito. Faz parte dos défices da investigação portuguesa um confinamento excessivo da filosofia dentro de si própria.

Sem se pretender definir «prioridades» que limitariam a liberdade da investigação (e também porque as preferências actuais da comunidade se justificam plenamente) haverá que encontrar maneiras de suprir estas carências. Em termos de formação, o recurso ao professor convidado seria por certo precioso. E também no que toca aos projectos de investigação e de especialização, uma política moderadamente voluntarista parece indispensável.

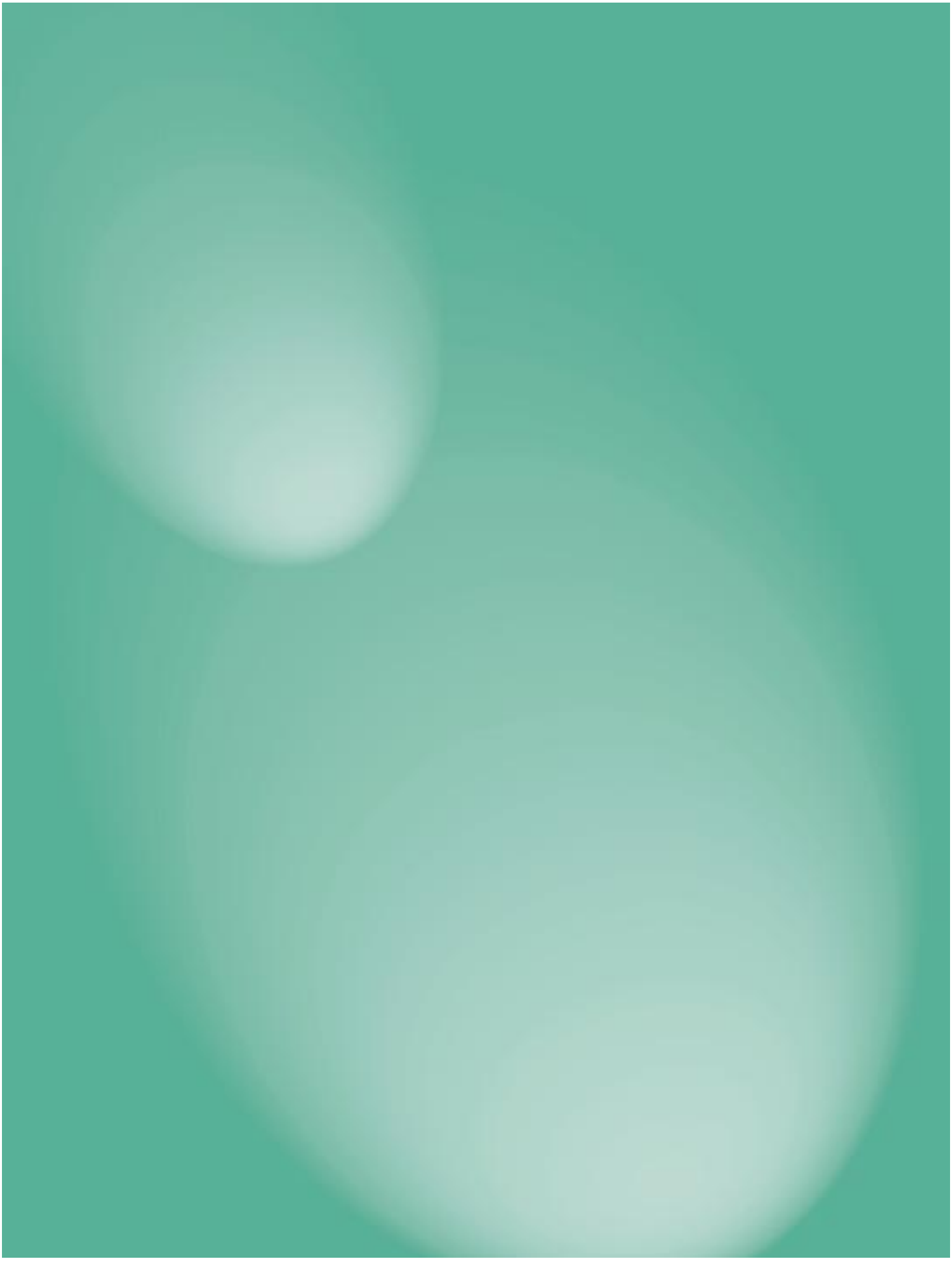
CURRICULA VITAE RESUMIDOS DOS AVALIADORES

Fernando Gil (coordenador) é actualmente *Directeur d'études* de "Epistemologia da compreensão científica" na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e Professor Catedrático de Filosofia do Conhecimento (cursos de mestrado e doutoramento) na Universidade Nova de Lisboa. É presidente do Gabinete de Filosofia do Conhecimento, fundador e director da revista *Análise*, membro do gabinete do Ministro da Ciência e Tecnologia. É director do Projecto de Investigação Interdisciplinar *Description et preuve* (EHESS, Paris) e co-director do projecto internacional *Scientific controversies* (sediado na Universidade de Tel Aviv). É ainda membro da direcção da Sociedad de Filosofia Iberoamericana (com sede na Cidade do México), do European University Advisory Committee da *Encyclopaedia Britannica* (Chicago) e de diferentes conselhos científicos portugueses, franceses e ingleses e da comissão de redacção de várias revistas italianas e portuguesas. No passado, foi director do Centre d'Études Portugaises da EHESS (1992-1997), membro da direcção do Collége International de Philosophie (Paris, 1985-1988), director do projecto *Controverses scientifiques* (CNRS, Paris, 1983-1985), professor visitante em diversas universidades europeias e sul-americanas, conselheiro do Presidente da República Dr. Mário Soares durante os seus dois mandatos. Publicou inúmeras obras em português, francês e inglês, foi editor de várias obras colectivas e é autor de cerca de 150 estudos e artigos em diversas línguas, em revistas, actas de colóquios, obras colectivas, brochuras, etc. Entre as suas distinções incluem-se o Prémio Pen Club (1984), o Prémio Pessoa (1993), o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (1992) e de Chevalier de l'Ordre des Palmes Académiques (1995).

Monique Dixsaut é Professora Catedrática na Universidade de Paris I - Panthéon--Sorbonne e titular da Cadeira de Filosofia Antiga. Dirige o Seminário de Filosofia Antiga na Universidade de Paris I. É autora, entre outras, das seguintes obras: *Le Naturel philosophe. Essay sur les Dialogues de Platon, La République, livres VI et VII* (Tradução, Introdução e Comentário), *Phédon. Introduction, traduction nouvelle et notes, Jeanne Delhomme* (Volume colectivo, direcção

de M. Dixsaut). Encarregue, pelo Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros da redacção de uma brochura sobre as publicações francesas em filosofia antiga e medieval.

Vincent Descombes nasceu em 1943. Em 1967 atingiu o grau de *Agrégé de philosophie* e em 1970 de *Docteur du troisième cycle*. Entre 1983-90 foi Professor da Universidade John--Hopkins (Baltimore USA), entre 1990-92 na Universidade Emory (Atlanta, USA) e desde 1991 *Directeur d'études* na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). As suas publicações principais são: *L'incoscient malgré lui*, Editions de Minuit, 1977; *Le même et l'autre. Quarante-cinq ans de philosophie française* (1933-1978). Minuit 1979; *Grammaire d'objects en tous genres*, Minuit, 1983; *Proust: philosophie du roman*, Minuit, 1987; *Philisophie par gros temps*, Minuit, 1989; *La denrée mentale*, Minuit, 1995 e *Les instituitions du sens*, Minuit, 1996.



POTENCIAL CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL NA ÁREA DA FILOSOFIA

Índice

Nota Técnica

Quadro I
Instituições com actividades de I&D em Filosofia
Quadro II
Distribuição das unidades com actividades de I&D em Filosofia por região e distrito, segundo o sector de execução
Quadro III
Distribuição da despesa em actividades de I&D em Filosofia por região e distrito, segundo o sector de execução
Quadro IV
Distribuição do pessoal em actividades de I&D em Filosofia por região e distrito, segundo o sector de execução
Figura 1
Repartição da despesa em actividades de I&D em Filosofia por sector de execução
Figura 2
Repartição do pessoal em actividades de I&D em Filosofia por sector de execução
Figura 3
Repartição dos projectos de I&D em Filosofia por sector de execução
Quadro V
Distribuição dos investigadores em Filosofia, por sub-domínio principal de actividade, segundo o sexo
Figura 4
Média das idades dos investigadores em Filosofia, por sub-domínio principal de actividade
Figura 5
Doutorados em Filosofia por sub-domínio principal de actividade
Quadro VI
Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas por domínio científico (1970 - 1996)

Quadro VII
Doutoramentos em Filosofia realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996, por instituição
Quadro VIII
Bolsas atribuídas ao abrigo do programa PRAXIS XXI, segundo o tipo de bolsas, por domínio científico
Figura 6
Repartição dos projectos de I&D em Filosofia por sub-domínio
Figura 7
Repartição dos projectos de I&D em Filosofia por objectivo sócio-económico
Quadro IX
Quadro resumo dos projectos de I&D em curso financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia
Figura 8
Repartição da despesa em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas
Figura 9
Repartição do pessoal em actividade de I&D nas Ciências Sociais e Humanas
Figura 10
Doutorados nas Ciências Sociais e Humanas
Figura 11
Bolseiros nas Ciências Sociais e Humanas
Figura 12
Repartição dos projectos de I&D nas Ciências Sociais e Humanas
Figura 13
Repartição da despesa em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas por sector de execução
Figura 14
Repartição do pessoal em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas por sector de execução

Nota Técnica

Como já foi referido na introdução do volume, a informação contida neste anexo resulta da exploração de diferentes fontes, sendo importante explicitar aqui as principais questões técnicas e conceptuais a ter em conta na leitura dos dados divulgados.

No que respeita à informação proveniente do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, disponibiliza-se, em primeiro lugar, dados sobre a despesa e o pessoal afecto a actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) no ano de 1995, no domínio da Filosofia, sendo importante realçar que os valores globais apresentados não incluem o sector das Empresas, em relação ao qual não existem dados ventilados por área científica.

O conceito de Investigação e Desenvolvimento (I&D) adoptado encontra-se definido no Manual de Frascati (OCDE, Paris, 1993), englobando "os trabalhos criativos prosseguidos de forma sistemática com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações".

Relativamente aos Recursos Humanos, a informação é expressa em Equivalente a Tempo Integral (ETI), que consiste no tempo total de exercício efectivo de actividade pelo pessoal, integral ou parcialmente, afecto aos trabalhos de investigação. Os efectivos em ETI são calculados somando o número de indivíduos a tempo integral com as fracções do dia normal de trabalho dos indivíduos a tempo parcial. O tempo de referência para o tempo integral, contudo, é sempre a unidade "pessoa/ano".

Os referidos indicadores são, ainda, desagregados por sector de execução, nomeadamente Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPs/FL) e por região, tendo sido considerados, quer as NUTS II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) - Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira - quer os distritos.

Os dados apresentados baseiam-se na repartição que as unidades inquiridas fizeram das suas actividades pelos diferentes domínios científicos, utilizando para o efeito a designada

classificação SEFOR/JNICT. Esta classificação, utilizada desde 1974 para fins de inventariação do potencial científico e tecnológico, está neste momento a ser alvo de um processo de revisão, com o objectivo de ultrapassar problemas relacionados com a sua adequação ao dinamismo e evolução das principais áreas de investigação científica em Portugal.

No que diz respeito às restantes fontes de informação, e com excepção da base dos doutoramentos (ver parágrafo seguinte), a classificação por domínio científico foi atribuída pelo OCT com base nas grandes áreas científicas definidas para efeitos do Programa Plurianual, entre as quais se inclui a Filosofia.

A informação sobre os doutoramentos obtidos ou reconhecidos por universidades portuguesas está actualizada a 1996 e provém das próprias universidades, que disponibilizam os seus registos administrativos ao Observatório das Ciências e das Tecnologias sob licença do Instituto de Prospectiva (que iniciou o processo). Neste caso, a clasificação por domínio científico foi também atribuída pelo OCT, tendo, no entanto, sido utilizada a classificação SEFOR/JNICT.

Com base nas candidaturas a bolsas no âmbito do Programa PRAXIS XXI, disponibiliza-se informação sobre o total de bolsas atribuídas desde 1994 até 1996, ventilada por tipo de bolsa e por domínio científico.

Para efeitos de caracterização da actividade científica na Filosofia, explorou-se informação proveniente de duas fontes. Por um lado, identificaram-se os projectos de I&D em curso em 1995 declarados pelas unidades que responderam ao IPCTN e cujo domínio principal se situa no âmbito da Filosofia e analisou-se a sua distribuição por sub-domínio principal, por sector de execução e por objectivo sócio-económico. Por outro lado, disponibiliza-se informação sobre os projectos financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia em curso em Novembro de 1997, tendo estes dados sido recolhidos nas candidaturas apresentadas aos concursos nacionais, lançados através do Serviço de Programas e Projectos (SPP) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI.

QUADRO I

Este quadro apresenta-nos as unidades que, no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 1995, declararam desenvolver actividades de investigação na área da Filosofia. O quadro está ordenado por ordem decrescente do peso que a Filosofia representa no total da despesa em investigação da unidade. Seguindo essa leitura, verificamos que existem 6 unidades que declaram a totalidade (100%) da sua despesa em investigação na Filosofia. Contudo, a par das unidades com total investimento neste domínio, aparecem ainda unidades vocacionadas para I&D noutras áreas, nas quais a Filosofia é um domínio complementar.

DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	DISTRITO/ REGIÃO AUTÓNOMA	Peso da investigação em Filosofia* (%)	Despesa em I&D em Filosofia (10^3 Esc)	Pessoal em I&D em Filosofia (ETI)
CENTRO DE FILOSOFIA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	*100*	34 083,0	5,5
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIV. NOVA DE LISBOA	LISBOA	*100*	32 862,0	5,6
FACULDADE DE TEOLOGIA - BRAGA	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	BRAGA	*100*	17 546,0	5,9
FACULDADE DE TEOLOGIA - LISBOA	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	LISBOA	*100*	18 681,0	3,3
INSTITUTO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	*100*	48 812,0	7,7
UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLV. DA LINGUAGEM INTERPRETAÇÃO E FILOSOFIA	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	*100*	28 844,0	4,9
INSTITUTO DE FILOSOFIA DA LINGUAGEM	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIV. NOVA DE LISBOA	LISBOA	*70*	19 011,3	2,7
FACULDADE DE FILOSOFIA - BRAGA	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	BRAGA	*60*	37 358,4	10,0
CENTRO DE LITERATURA E CULTURA PORTUGUESA E BRASILEIRA	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	LISBOA	*50*	13 162,5	2,7
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CICSA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	SETÚBAL	*20*	26 700,0	6,4
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	ÉVORA	*15*	11 593,5	3,5
CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	COIMBRA	*11*	7 242,8	1,0
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS	INSTITUTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO MINHO	BRAGA	*11*	20 715,3	3,9
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIV. NOVA DE LISBOA	LISBOA	*10*	1 240,3	0,3
LABORATÓRIO COREOGRÁFICO	FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	LISBOA	*10*	3 389,2	0,7
INSTITUTO INTEGRADO DE APOIO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA - IAIC	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	LISBOA	*9*	16 302,2	1,7
CENTRO DE LÍNGUAS E CULTURAS	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	AVEIRO	*5*	3 168,2	0,5
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU		VISEU	*5*	1 232,5	0,1
INSTITUTO SUPERIOR DE ARTE E DESIGN	UNIVERSIDADE DA MADEIRA	R. A. MADEIRA	*5*	2 513,5	0,5
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO	FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA	LISBOA	*3*	2 574,3	0,5
CENTRO DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIV. NOVA DE LISBOA	SETÚBAL	*1*	2 864,3	0,4
TOTAL DE 21 UNIDADES				349 896,3	67,4

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*
* Percentagem de despesa em actividades de I&D no domínio da Filosofia, sobre o total da despesa em actividades de I&D da unidade
ETI: Equivalente a Tempo Integral

QUADROS II a IV

A distribuição regional das unidades com actividades de I&D na Filosofia demonstra uma tendência para a aglomeração na região de Lisboa e Vale do Tejo, mais concretamente no distrito de Lisboa, onde se encontram 9 das 21 unidades declaradas no domínio. As regiões que declaram menos unidades neste domínio são o Alentejo e a Madeira, localizando-se apenas 1 unidade em cada. A salientar é o facto de Algarve e Açores não declararem qualquer unidade com actividades de I&D em Filosofia. A tendência de ambos os indicadores seguintes (despesa e pessoal) são algo semelhantes à das unidades: a maior concentração verifica-se na região e distrito de Lisboa (49% da despesa, e 44% do pessoal em ETI). Existem no entanto indicadores que ressaltam pela diferença: é o caso da despesa e do pessoal na região Alentejo, cujos valores são bastantes superiores aos da Madeira para um número idêntico de unidades (uma); e o caso dos valores do pessoal e da despesa nas regiões Norte e Centro: a primeira concentra 22% da despesa para 29% do pessoal e a segunda 26% da despesa para 21% do pessoal.

Quadro II

Distribuição das unidades com actividades de I&D em Filosofia por região e distrito, segundo o sector de execução

	(nº)	IPs/FL	Estado	Ens. Superior	Total
NORTE	Braga			3	3
CENTRO	Aveiro			1	1
	Coimbra			3	3
	Viseu			1	1
	Sub-Total			5	5
LX V. TEJO	Lisboa	1		8	9
	Setúbal	1		1	2
	Sub-Total	2		9	11
ALENTEJO	Évora			1	1
R. A. MADEIRA				1	1
	Total	2		19	21

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Quadro III

Distribuição da despesa em actividades de I&D em Filosofia por região e distrito, segundo o sector de execução

	IPs/FL		Estado		Ens. Superior		Total	
	(10^6 Esc)	(%)	(10^6 Esc)	(%)	(10^6 Esc)	(%)	(10^6 Esc)	(%)
NORTE								
Braga					75,6	*22,9*	75,6	*21,6*
CENTRO								
Aveiro					3,2	*1,0*	3,2	*0,9*
Coimbra					84,9	*25,7*	84,9	*24,3*
Viseu					1,2	*0,4*	1,2	*0,3*
Sub-Total					89,3	*27,0*	89,3	*25,5*
LX V. TEJO								
Lisboa	16,3	*84,9*			125,0	*37,8*	141,3	*40,4*
Setúbal	2,9	*15,1*			26,7	*8,1*	29,6	*8,5*
Sub-Total	19,2	*100,0*			151,7	*45,9*	170,9	*48,8*
ALENTEJO								
Évora					11,6	*3,5*	11,6	*3,3*
R. A. MADEIRA					2,5	*0,8*	2,5	*0,7*
Total	19,2	*100,0*			330,7	*100,0*	349,9	*100,0*

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*
Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas, em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático.

Quadro IV

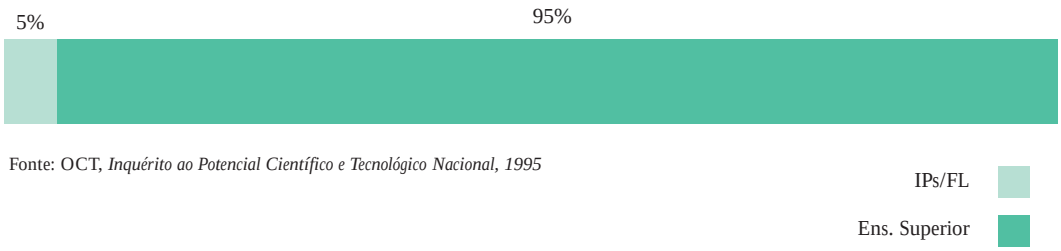
Distribuição do pessoal em actividades de I&D em Filosofia por região e distrito, segundo o sector de execução

	IPs/FL		Estado		Ens. Superior		Total	
	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)	(ETI)	(%)
NORTE								
Braga					19,8	*30,2*	19,8	*29,3*
CENTRO								
Aveiro					0,5	*0,8*	0,5	*0,8*
Coimbra					13,6	*20,7*	13,6	*20,1*
Viseu					0,1	*0,2*	0,1	*0,2*
Sub-Total					14,2	*21,7*	14,2	*21,1*
LX V. TEJO								
Lisboa	1,7	*82,3*			21,1	*32,3*	22,8	*33,8*
Setúbal	0,4	*17,7*			6,4	*9,8*	6,7	*10,0*
Sub-Total	2,0	*100,0*			27,5	*42,0*	29,5	*43,8*
ALENTEJO								
Évora					3,5	*5,3*	3,5	*5,1*
R. A. MADEIRA					0,5	*0,7*	0,5	*0,7*
Total	2,0	*100,0*			65,4	*100,0*	67,4	*100,0*

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*
Nota: Os totais apresentados nem sempre correspondem à soma das parcelas, em virtude do arredondamento das casas decimais decorrente da aplicação do cálculo automático.
ETI: Equivalente a Tempo Integral

Figura 1

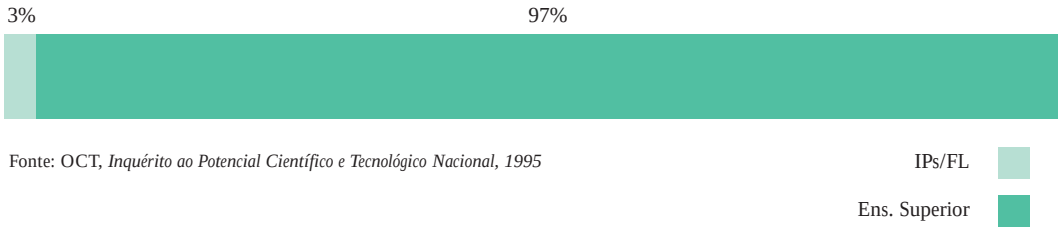
Repartição da despesa em actividades de I&D em Filosofia por sector de execução



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 2

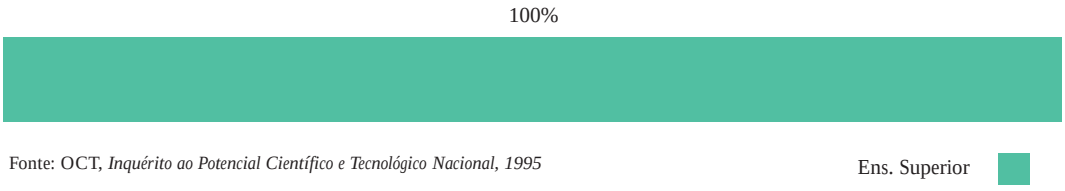
Repartição do pessoal em actividades de I&D em Filosofia por sector de execução



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 3

Repartição dos projectos de I&D em Filosofia por sector de execução



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

FIGURAS 1 a 3

Estas três figuras procuram dar uma visão da distribuição dos recursos humanos e financeiros, bem com dos projectos em I&D da Filosofia, segundo os três sectores de execução, Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, Estado e Ensino Superior. É de salientar a grande concentração de recursos no sector do Ensino Superior (95% da despesa, 97% do pessoal e 100% dos projectos) e a ausência do sector Estado, visto não conter qualquer unidade com actividades de I&D em Filosofia. Face a esta distribuição sectorial e tendo em conta que as duas unidades incluídas no sector das IPsFL se encontram associadas a Universidades, optou-se por, nos quadros e figuras seguintes, apresentar apenas dados relativos ao total de recursos afectos a actividades de I&D em Filosofia, sem ventilar a informação por sector de execução.

QUADROS V a IX; FIGURAS 4 e 5

Os quadros e figuras aqui agrupados tentam caracterizar os investigadores em Filosofia.

Verifica-se uma predominância de investigadores do sexo masculino em relação ao feminino, com uma percentagem de 77,8% para os homens e 22,2% para as mulheres (Quadro V). Em relação ao indicador idade (Figura 4), verificamos que os investigadores em Filosofia apresentam uma média de idades que ronda os 46 anos. Esta média apresenta variações de acordo com o domínio disciplinar a que nos referimos. A Filosofia do Conhecimento é aquele que apresenta uma média de idades mais elevada, ultrapassando os 55 anos. Já a Filosofia da Natureza é o domínio disciplinar com a média de idades mais baixa, inferior a 35 anos de idade.

Encontramos na Filosofia 29,5 doutorados em ETI, o que representa uma percentagem de 44% do total de pessoal da Filosofia. O domínio disciplinar que mais contribui para esse valor é o da Filosofia da Religião/ Teologia, com 18% dos doutorados. A Antropologia Filosófica e a Metafísica/ Ontologia são os domínios com menor peso, com valores que não chegam aos 2% de doutorados em ETI.

O quadro VI permite ter uma visão evolutiva dos doutoramentos entre 1970 e 1996 (incluindo as equivalências de doutoramentos no estrangeiro) em todos os domínios científicos. Os doutoramentos em Filosofia representam 2% dos doutoramentos totais e 6% dos doutoramentos em Ciências Sociais e Humanas. O quadro VII discrimina os 69 doutoramentos realizados entre 1986 e 1996, listados em anexo (com indicação do nome do doutorado, título da tese, ano e universidade de realização), de entre os quais 11 são equivalências e 58 outorgados por universidades portuguesas. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Universidade Católica e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa são as instituições que mais graus de doutoramento têm concedido no domínio da Filosofia.

Relativamente às bolsas atribuídas ao abrigo do Programa Praxis XXI, verifica-se que a Filosofia é dos domínios que menos bolsas (31, 1% do total) tem atribuídas, sendo na sua maioria bolsas de doutoramento.

Quadro V

Distribuição dos investigadores em Filosofia, por sub-domínio principal de actividade, segundo o sexo

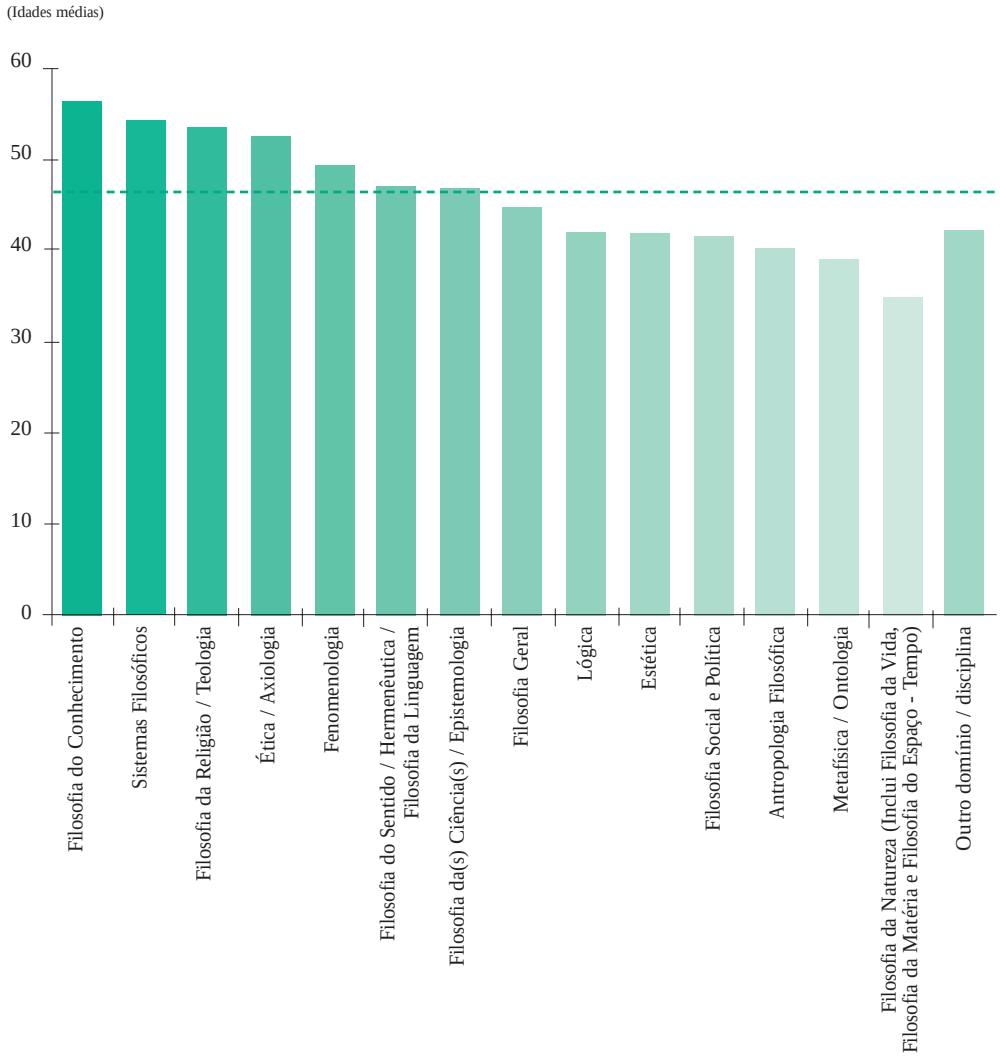
(%)

	Homens	Mulheres
FILOSOFIA	*77,8*	*22,2*
Antropologia Filosófica	*57,1*	*42,9*
Estética	*72,7*	*27,3*
Ética / Axiologia	*44,4*	*55,6*
Fenomenologia	*80,0*	*20,0*
Filosofia da Natureza (Inclui Filosofia da Vida, Filosofia da Matéria e Filosofia do Espaço - Tempo)	*33,3*	*66,7*
Filosofia da Religião / Teologia	*100,0*	
Filosofia da(s) Ciência(s) / Epistemologia	*80,0*	*20,0*
Filosofia do Conhecimento	*88,9*	*11,1*
Filosofia do Sentido / Hermenêutica / Filosofia da Linguagem	*70,0*	*30,0*
Filosofia Geral	*87,5*	*12,5*
Filosofia Social e Política	*90,9*	*9,1*
Lógica	*100,0*	
Metafísica / Ontologia	*80,0*	*20,0*
Sistemas Filosóficos	*100,0*	
Outro Domínio / Disciplina	*61,5*	*38,5*

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 4

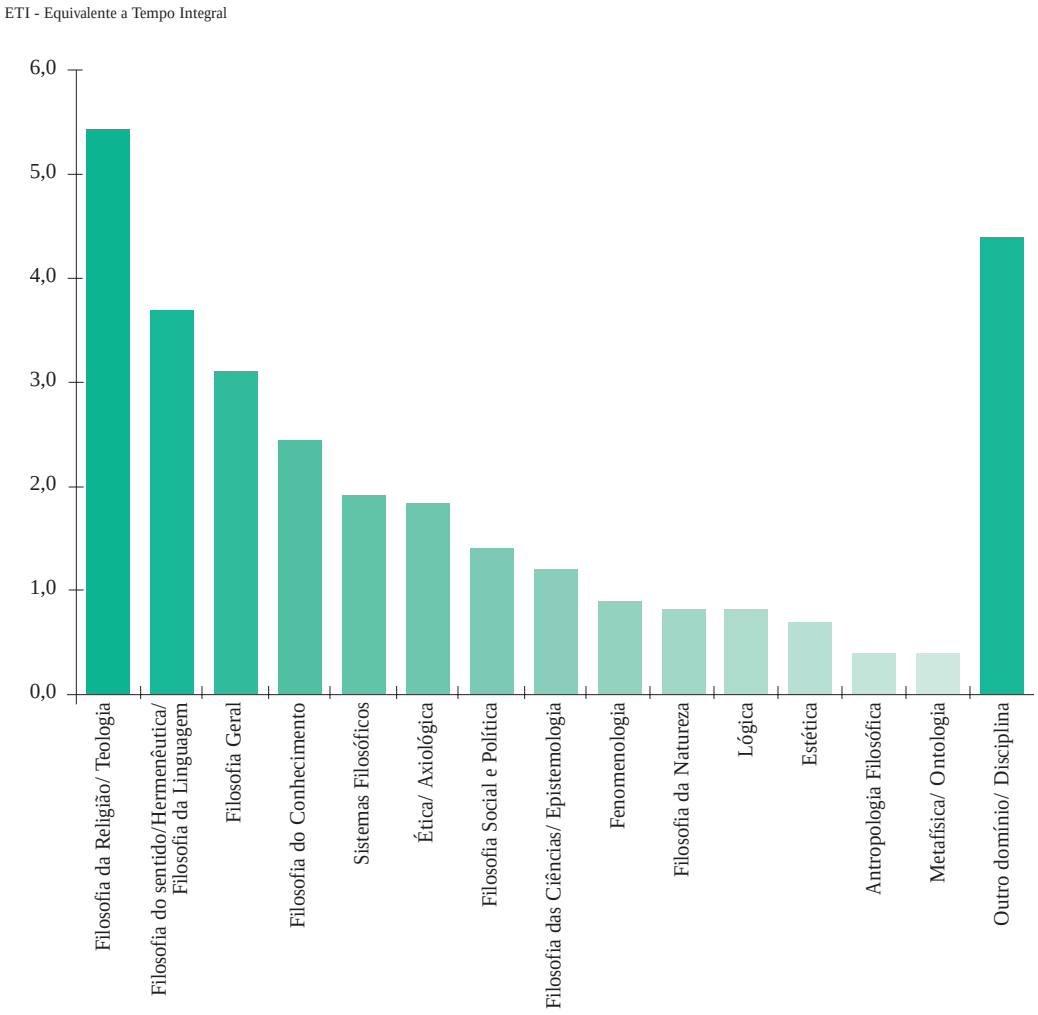
Média das idades dos investigadores em Filosofia, por sub-domínio principal de actividade



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 5

Doutorados em Filosofia por sub-domínio principal de actividade



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Quadro VI

Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas por domínio científico (1970-1996)

Domínios Científicos	70-74	75-79	80-84	85-89	90	91	92	93	94	95	96	Total
Ciências Exactas	100	96	173	236	52	56	57	88	78	84	109	1 129
Ciências Naturais	33	34	57	99	30	40	34	45	41	75	65	553
C. Engenharia e Tecnologia	55	89	204	280	67	64	65	102	93	124	159	1 302
Ciências da Saúde	64	73	96	196	44	40	44	56	56	72	65	806
C. da Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Caça e Pescas	40	19	44	95	34	14	28	21	31	24	23	373
Ciências Sociais e Humanas:												
Antropologia			4	13	1	3	2	2	7	10	13	55
Arquitectura		2		2	7	3	2	12	7	11	4	50
C. Jurídicas	10	8	7	8	7	6	5	4	2	6	7	70
C. Linguísticas e Literárias	12	27	37	84	23	17	18	22	24	17	25	306
C. Políticas	1	1	3	2	2	1	2	2	1	1		16
Demografia				1								1
Economia	7	12	34	87	8	18	17	22	19	16	16	256
Filosofia	10	14	17	17	10	7	10	8	5	6	9	113
Geografia	2	3	4	11	1			6	1	4	3	35
História	4	24	19	40	14	9	13	30	12	24	15	204
Organização e Gestão de Empresas			3	17	1	6	6	4	8	18	10	73
Pedagogia	2	6	15	28	9	9	10	17	20	19	24	159
Psicologia	1	3	10	27	7	11	11	18	13	18	13	132
Sociologia	1	7	9	22	7	3	8	7	13	9	14	100
C. Auxiliares da História	2		3	7		1	2	2	1	3	6	27
C. Sociais e Humanas Diversas		4	13	30	6	7	8	20	17	18	21	144
Sub-total	52	111	178	396	103	101	114	176	150	180	180	1 741
Não Classificados	8	4	1	6	4	3	1	4	1	5	3	40
Total	352	426	753	1 308	334	318	343	492	450	564	604	5 944

Fonte: OCT e Instituto de Prospectiva, *Doutoramentos e Equivalências a Doutoramento nas Universidades Portuguesas*

Quadro VII

Doutoramentos em Filosofia realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1986 e 1996, por instituição

(nº)

Equivalências	11
Nacionais:	58
- Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	15
- Universidade Católica	13
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	11
- Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	8
- Faculdade de Letras da Universidade do Porto	6
- Universidade dos Açores	2
- Universidade de Aveiro	2
- Universidade de Évora	1

Fonte: OCT e Intituto de Prospectiva, *Doutoramentos e Equivalências a Doutoramento nas Universidades Portuguesas*

Quadro VIII

Bolsas atribuídas ao abrigo do Programa PRAXIS XXI, segundo o tipo de bolsa, por domínio científico*

	Bolsas para Técnicos de Investigação	Bolsas de Mestrado	Bolsas de Doutoramento	Bolsas de Pós--Doutoramento	Bolsas para Cientistas Convidados	Bolsas de Gestão de Ciência e Tecnologia	TOTAL
Matemática	3	40	35	5	7	-	90
Física	13	64	91	24	36	-	228
Química	20	36	103	28	15	-	202
Ciências da Vida	17	70	63	10	5	-	165
Ciências da Terra e Espaço	7	64	32	-	3	-	106
Ciências do Mar	22	62	52	5	1	-	142
Ciências Agrárias	28	102	82	7	2	-	221
Ciências da Saúde	38	111	180	25	9	-	363
Eng. Mecânica	18	57	46	4	4	1	130
Ciências e Eng. dos Materiais	11	29	50	9	5	-	104
Eng. Civil e Eng. de Minas	11	65	30	3	3	-	112
Eng. Química e Biotecnologia	48	97	81	32	7	-	265
Eng. Electrotécnica e Informática	29	248	133	12	9	-	431
Economia e Gestão	1	150	133	1	7	13	305
Sociol., Antropol., Demog. e Geog.	2	112	39	1	1	-	155
Ciências da Educação e Psicologia	1	68	34	3	1	-	107
Ciências da Linguagem	1	36	13	1	1	-	52
Estudos Literários	-	10	10	-	1	-	21
Estudos Artísticos	-	39	23	-	1	-	63
Filosofia	1	11	17	2	-	-	31
História	1	54	26	1	-	-	82
Não Classificados	3	29	17	-	-	-	49
TOTAL	275	1 554	1 290**	173	118	14	3 424

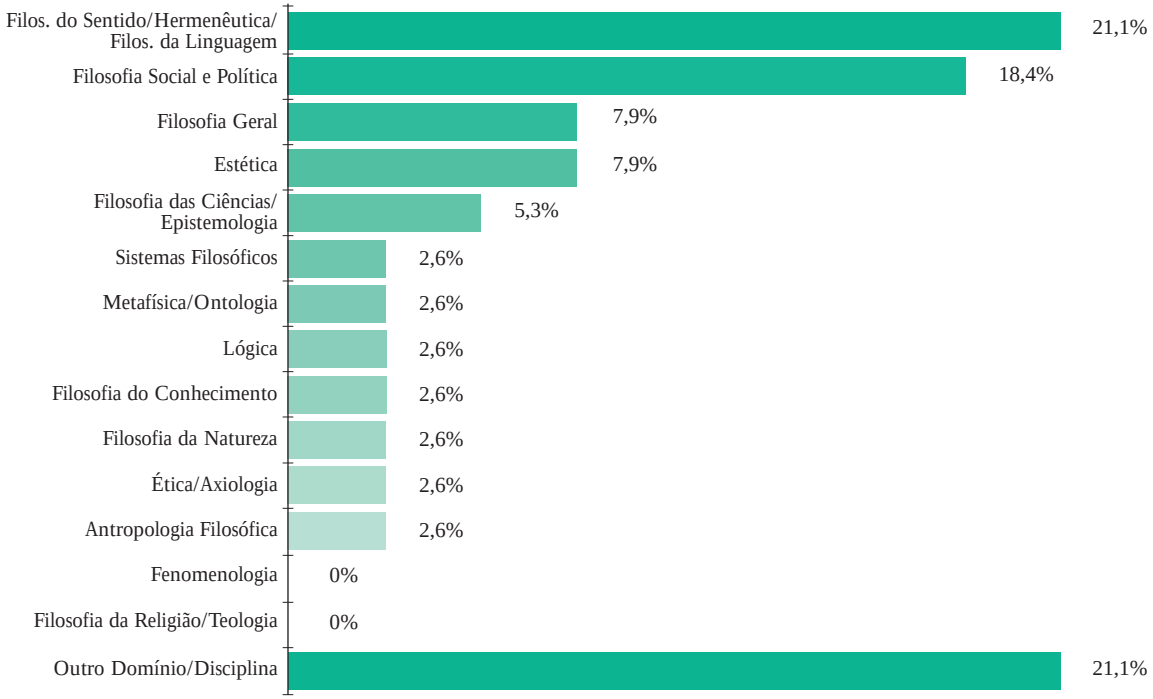
Fonte: OCT, FCT, Praxis XXI, *Bolsas atribuídas ao abrigo do Programa Praxis XXI*

* Dados provisórios

** Foram incluídos neste grupo 8 bolseiros de mestrado que passaram a frequentar programas doutorais.

Figura 6

Repartição dos projectos de I&D em Filosofia por sub-domínio



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 7

Repartição dos projectos de I&D em Filosofia por objectivo sócio-económico

Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Quadro IX

Quadro-resumo dos projectos em curso financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia

Domínio Científico	Nº de projectos	Financiamento (10^3 Esc.)
Matemática	36	566 203
Física	91	1 233 086
Química	99	1 462 349
Biologia	119	1 653 423
Ciências da Terra e do Espaço	64	1 078 584
Ciências do Mar	60	1 207 145
Ciências Agrárias	96	2 607 957
Ciências da Saúde	233	3 148 345
Engenharia Mecânica	50	684 121
Ciências e Engenharia dos Materiais	76	2 420 386
Engenharia Civil	31	788 917
Engenharia Química e Biotecnologia	77	1 046 970
Engenharia Electrotécnica e Informática	150	2 952 587
Economia e Gestão, Ciências Jurídicas e Políticas	37	322 124
Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia	68	668 636
Ciências da Educação e Psicologia	51	369 415
Ciências da Linguagem	16	196 973
Estudos Literários	5	37 645
Estudos Artísticos	4	128 636
Filosofia	2	22 915
História	32	397 732
Total de projectos	1 397	22 994 149

Fonte: OCT, Praxis XXI, FCT, *Projectos em curso em Novembro de 1997, financiados pelo MCT*

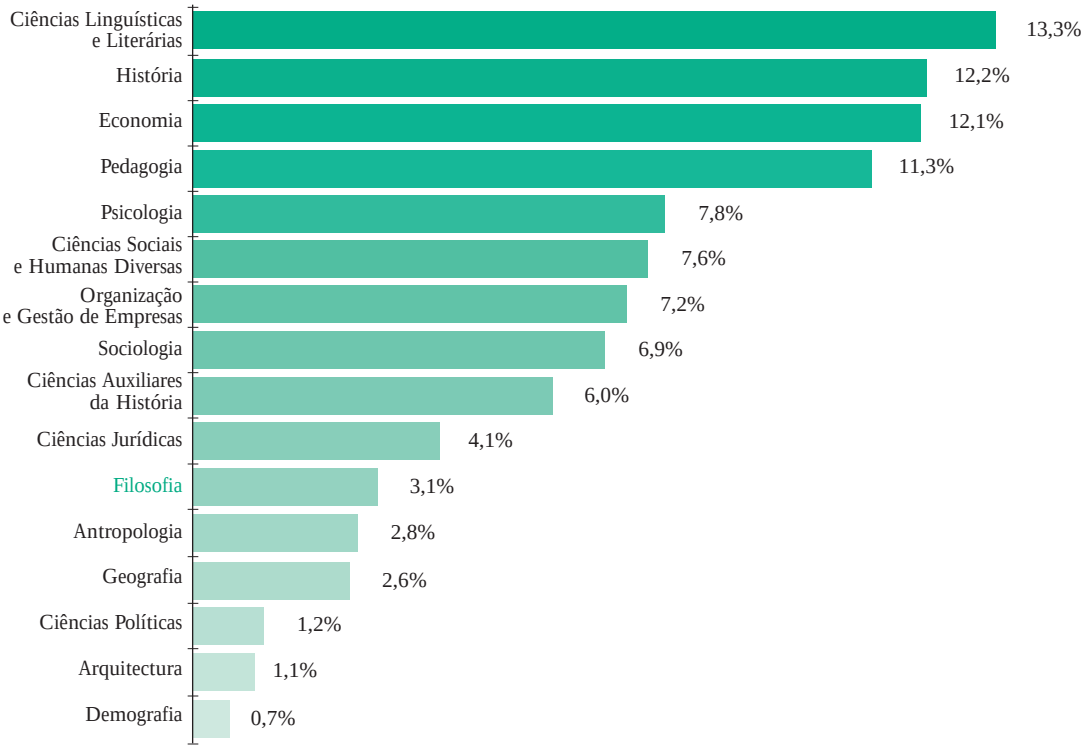
FIGURAS 6 e 7; QUADRO IX

Estas figuras e quadros dizem respeito à actividade científica das instituições expressa em projectos de I&D na área da Filosofia. As figuras 6 e 7 baseiam-se nas respostas ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, incluindo os projectos em curso em 1995, declarados pelas unidades e cujo domínio principal se situa no âmbito da Filosofia. Disciplinarmente, a Filosofia do Sentido/ Hermenêutica/ Filosofia da Linguagem é o domínio que declara um maior número de projectos (21%) em 1995. Destaca-se também a Filosofia Social e Política, declarante de 18% dos projectos de Filosofia. No que respeita aos objectivos sócio-económicos declarados, os projectos de Filosofia classificam-se apenas em dois tipos: a Promoção geral de conhecimentos (90%) e a Organização e progresso económico e social (10%).

No quadro IX apresenta-se informação sobre os projectos em curso em Novembro de 1997, financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, sendo visível que a Filosofia é o domínio com menos projectos em curso: dois projectos (ver listagem em anexo), que representam 22 915 mil escudos, ou seja, 0,1% do total do financiamento atribuído pelo MCT.

Figura 8

Repartição da despesa em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas



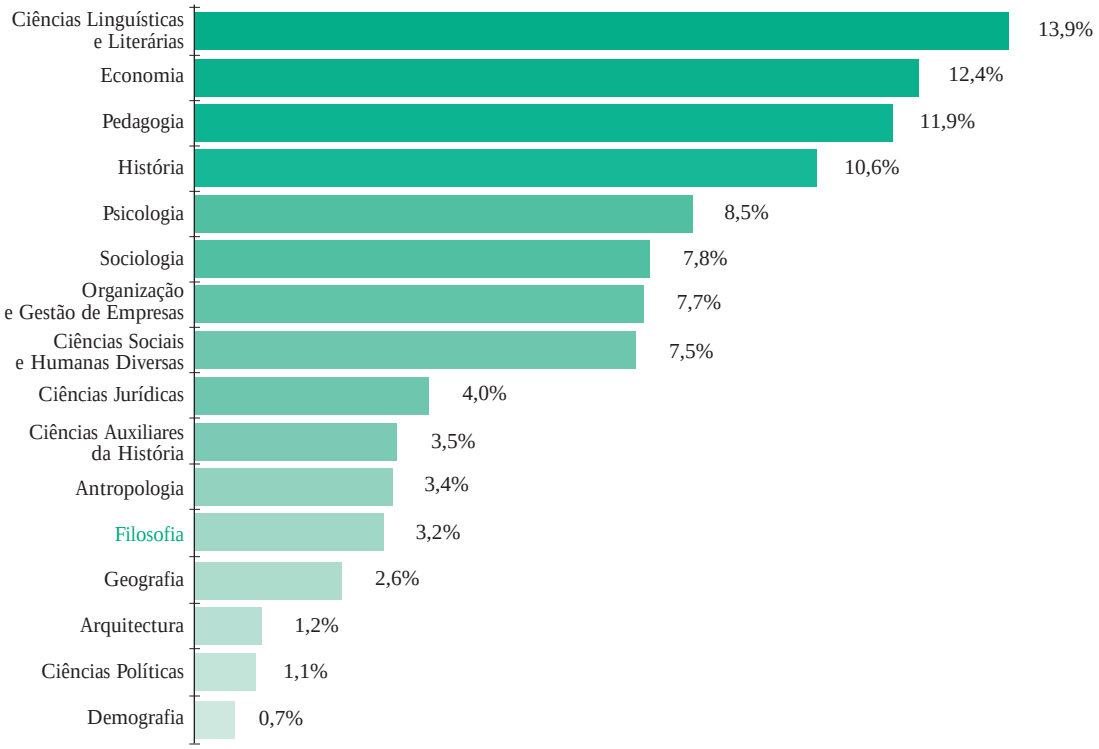
Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

FIGURAS 8 a 14

Tentando contextualizar a Filosofia no conjunto das Ciências Sociais e Humanas, percebe-se que este domínio é um dos que menos despesa declara (3%), com valores apenas superiores aos da Antropologia, Arquitectura, Ciências Políticas, Demografia ou Geografia. No extremo oposto, as Ciências Linguísticas e Literárias, a História e a Economia são os domínios que mais despesa declaram, com valores superiores a 12%. Relativamente aos recursos humanos a tendência é idêntica: a Filosofia concentra uma baixa percentagem do pessoal e dos bolseiros (3%), comparativamente com as Ciências Linguísticas e Literárias, a Economia, ou a Pedagogia, mas superior a Arquitectura, Ciências Políticas, Demografia ou Geografia. Só em termos de doutorados é que a Filosofia atinge 6% do conjunto das Ciências Sociais e Humanas. No indicador projectos de investigação e sua repartição pelos vários domínios disciplinares, verifica-se que as tendências anteriores nem sempre se mantêm. É o caso da

Figura 9

Repartição do pessoal em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas



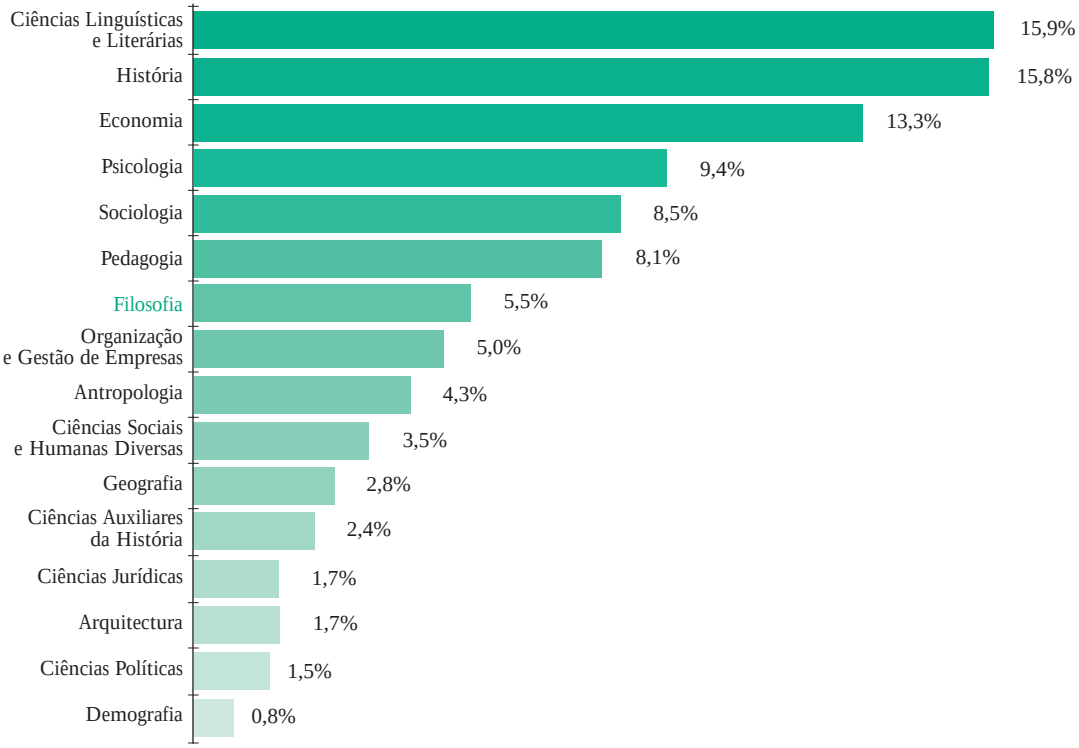
Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Organização e Gestão de Empresas que desce da média de 8% dos anteriores indicadores para 4% dos projectos. A Economia apresenta um comportamento semelhante, descendo da média dos 12%, para os 9% no que respeita aos projectos. A Filosofia no entanto mantém-se nos mesmos valores, cerca de 3%.

A análise das figuras e quadros do conjunto das Ciências Sociais e Humanas por sector de execução indicam uma concentração de recursos no Ensino Superior em quase todas as áreas, com excepção das Ciências Auxiliares da História, das Ciências Políticas e das Ciências Juríridicas. Caso único é o da Filosofia, que não apresenta qualquer tipo de actividade no sector Estado, como já tinha sido constatado em anteriores quadros. Este caso só é comparável ao da Demografia, que não declara actividade no sector Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Figura 10

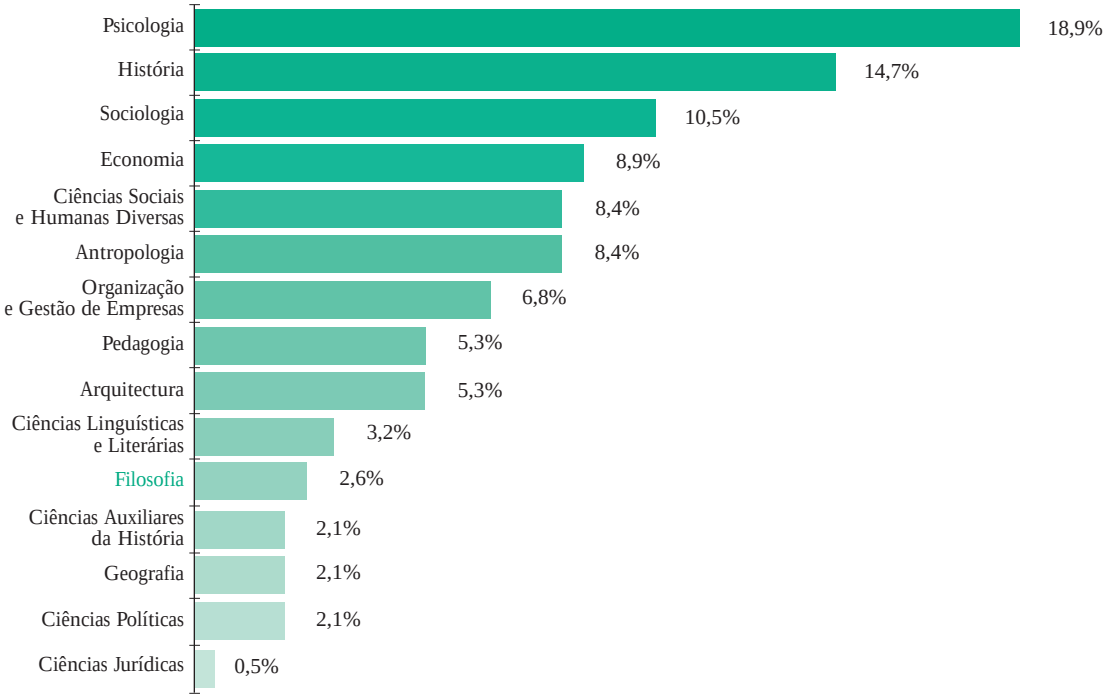
Doutorados nas Ciências Sociais e Humanas



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 11

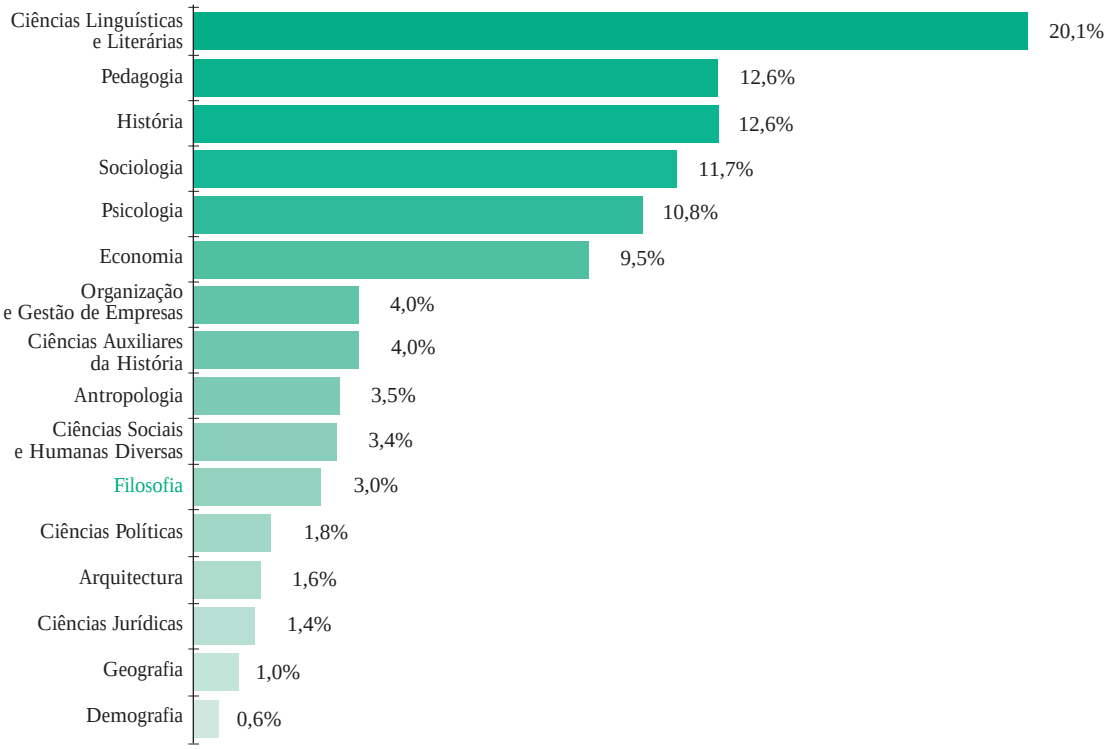
Bolseiros nas Ciências Sociais e Humanas



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 12

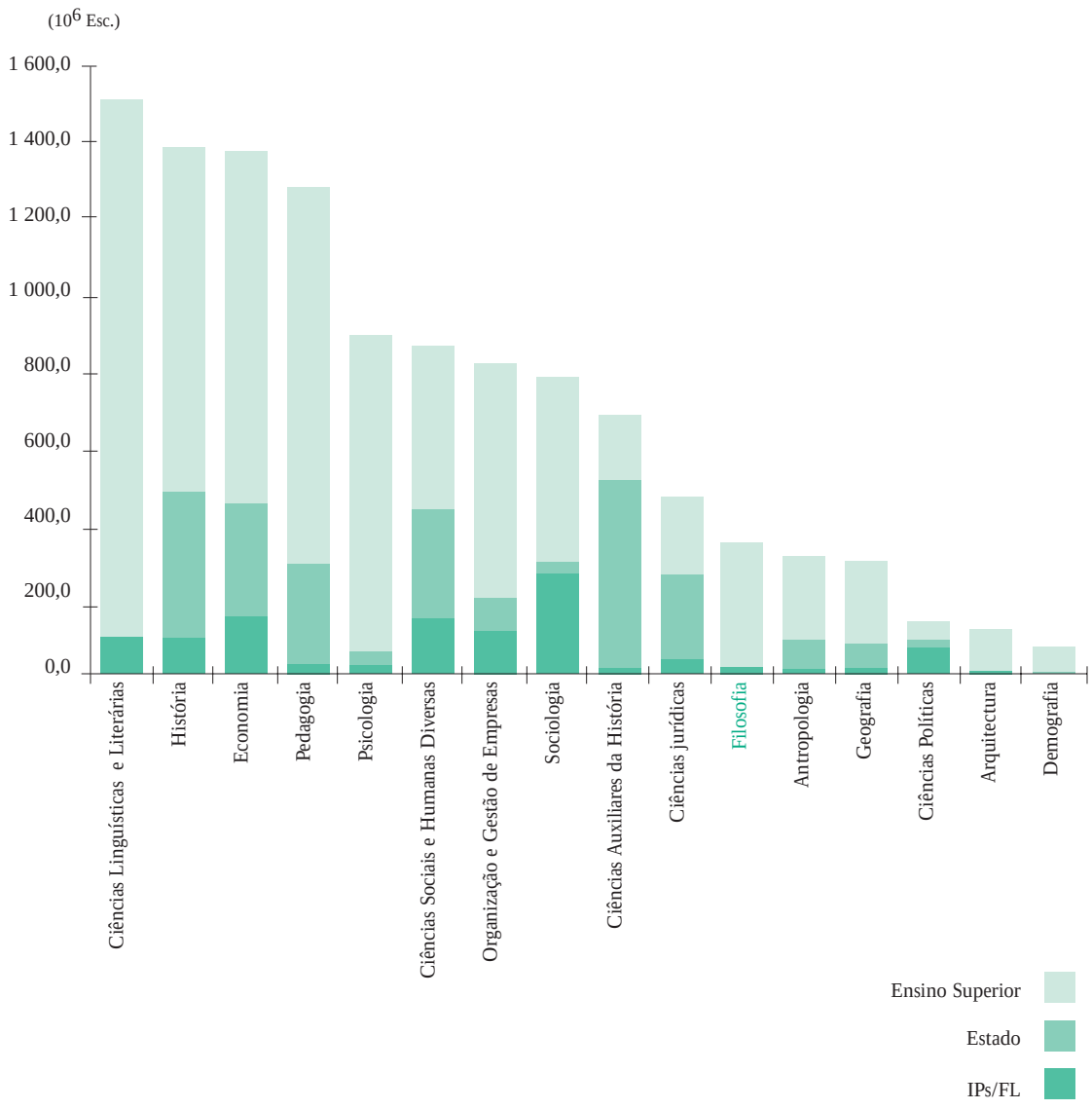
Repartição dos projectos de I&D nas Ciências Sociais e Humanas



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 13

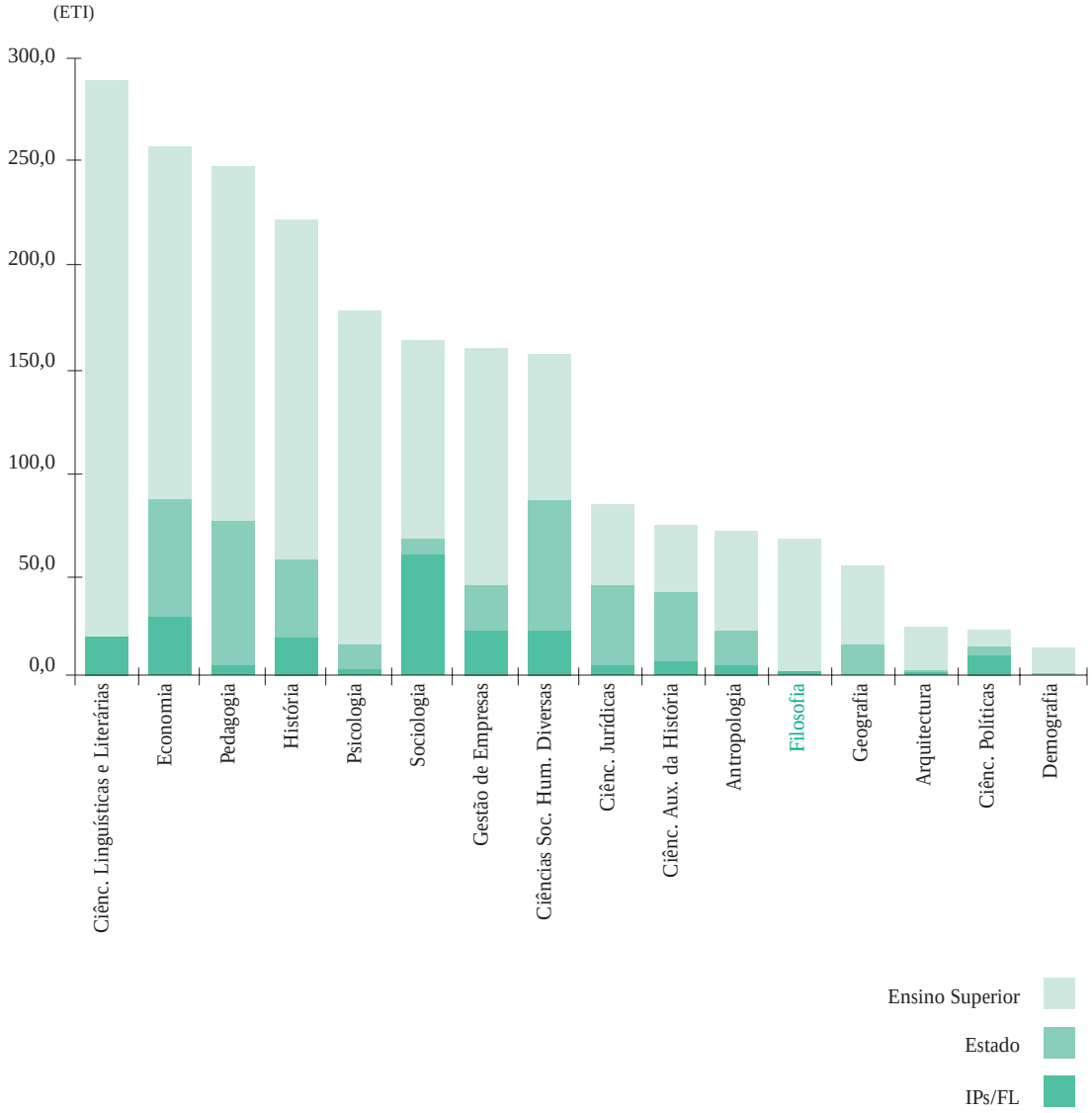
Repartição da despesa em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas por sector de execução



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*

Figura 14

Repartição do pessoal em actividades de I&D nas Ciências Sociais e Humanas por sector de execução



Fonte: OCT, *Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, 1995*
ETI: Equivalente a Tempo Integral

LISTAGENS

Doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas em Filosofia (1986-1996)

Título da tese	Nome	Universidade que conferiu o gra	Ano de obtenção do grau
ACÇÃO E SENTIDO EM TEILHARD DE CHARDIN	SILVESTRE,JOSÉ GOMES	CATÓLICA PORTUGUESA	87
HISTÓRIA CULTURAL E POLÍTICA DE UM VINTISTA	CASTRO,ZÍLIA MARIA BRANDÃO OSÓRIO DE	NOVA DE LISBOA-FCSH	87
UN ESSAI DE PHILOSOPHIE SUR LA QUESTION DU VIVANT	PAIXÃO,PEDRO JOSÉ DE CARVALHO	NOVA DE LISBOA-FCSH	87
ÉTICA E SENTIDO - ENSAIO DE REINTERPRETAÇÃO DO TRACTATCUS LÓGICO-PHILOSOPHICUS DE LUDWIG WITTGENSTEIN	THEMUDO,MARINA RAMOS	COIMBRA-LETRAS	88
SALVAÇÃO E HISTÓRIA EM ESPINOSA	JORDÃO,FRANCISCO VIEIRA	COIMBRA-LETRAS	88
FENOMENOLOGIA EXPLICATIVA E FENOMENOLOGIA HERMENÊUTICA (A RELAÇÃO ENTRE AS FILOSOFIAS DE HUSSERL E HEIDEGGER)	PAISANA,JOÃO EUGÉNIO MIRRADO	LISBOA-LETRAS	88
STRUCTURE ET EXISTANCE.LE DEBAT ENTRE SARTRE ET LEVI-STRAUSS SUR LES FONDEMENTS DE L'ANTHROPOLOGIE	CUNHA,TITO MANUEL PEREIRA CARDOSO E	NOVA DE LISBOA-FCSH	88
CATEGORIAS E OBJECTOS	MELO,ADÉLIO DA COSTA	PORTO-LETRAS	88
O HUMANISMO CRÍTICO DE ANTÓNIO SÉRGIO: ANÁLISE DOS SEUS VECTORES FILOSÓFICOS	BRANCO,JOSÉ D'OLIVEIRA	CATÓLICA PORTUGUESA	89
THE COSMOLOGY OF GIOVANNI BATTISTA RICCIOLI (1598-1671)	DINIS, ALFREDO DE OLIVEIRA	CATÓLICA PORTUGUESA	89
CONHECIMENTO E REALIDADE. PARA UMA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DO CONHECIMENTO	REIS,JOSÉ AUGUSTO ENCARNAÇÃO	COIMBRA-LETRAS	89
O PARADIGMA IDENTITATIVO NA CONCEPÇÃO PLATÓNICA DE SABER: ESTUDO DE FILOSOFIA NOS DIÁLOGOS PLATÓNICOS DOS CHAMADOS "PRIMEIRO E SEGUNDO PERÍODOS"	SANTOS,JOSÉ GABRIELTRINDADE	LISBOA-LETRAS	89
A OBJECTIVIDADE PRÁTICO-TEÓRICA DA REPRESENTAÇÃO CARTESIANA DA UNIÃO DA ALMA E DO CORPO	ALMEIDA,LOURENÇO HEITOR CHAVES DE	PORTO-LETRAS	89
BIOLOGIA, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	JORGE,MARIA MANUEL M.C.PINHEIRO ARAÚJO	PORTO-LETRAS	89
JESUS CRISTO, LUZ E SENTIDO DA SOLIDÃO DO HOMEM	FERREIRA,JOSÉ MANUEL DOS SANTOS	CATÓLICA PORTUGUESA	90
O REALISMO DA FENOMENOLOGIA DE MUNIQUE	FIDALGO,ANTÓNIO CARRETO	CATÓLICA PORTUGUESA	90
O SENTIDO MORAL DA COMUNHÃO HUMANA	MOITA,LUÍS MANUEL VITOR DOS SANTOS	CATÓLICA PORTUGUESA	90
O PRECONCEITO EM H. G. GADAMIR: SENTIDO DE UMA REABILITAÇÃO	SILVA,MARIA LUÍSA PORTOCARRERO FERREIRA	COIMBRA-LETRAS	90
*	CLEMENTE,ARSEOLINDA ISABEL PASSOS MEALHA	LISBOA-LETRAS	90
HEGEL E O PENSAMENTO DAS LUZES: PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA MODERNA	CHITAS,EDUARDO CARREIRO DOMINGUES	LISBOA-LETRAS	90
METÁFORAS DA RAZÃO OU ECONOMIA POÉTICA DO PENSAR KANTIANO	SANTOS,LEONEL RIBEIRO DOS	LISBOA-LETRAS	90
A QUESTÃO DO CONHECIMENTO E A CIÊNCIA MODERNA	CEBOLEIRO,MARIA JOÃO PATRÍCIO	NOVA DE LISBOA-FCSH	90
CONSCIÊNCIA, DIALÉCTICA E ÉTICA EM J.P.SARTRE	REIMÃO,CASSIANO MARIA	NOVA DE LISBOA-FCSH	90
SENTIDO TRÁGICO DA IDEIA BAUDELAIRANA DA MODERNIDADE (ALGUNS ASPECTOS DA PRÁTICA PICTÓRICA FRANCESA: DE COURBET A CEZANE)	ALCOFORADO,DIOGO FREDERICO L.CERVEIRA	PORTO-LETRAS	90
A PROBLEMÁTICA DO PENSAMENTO NA FILOSOFIA DE BLONDEL: ESBOÇO DE UMA TEORIA DA NATUREZA E DO ESPÍRITO	NEVES,MARIA DO CÉU PATRÃO	AÇORES	91
SPINOZA - A UTOPIA DA RAZÃO	ABREU,LUÍS MACHADO DE	AVEIRO	91
D. DUARTE E A FILOSOFIA DA CULTURA PORTUGUESA. MENSAGEM DE PORTUGALIDADE NO LEAL CONSELHEIRO	GAMA,JOSÉ	CATÓLICA PORTUGUESA	91
LÓGICA E ONTOLOGIA EM PEDRO DA FONSECA	MARTINS,ANTÓNIO MANUEL	COIMBRA-LETRAS	91
O AMOR DE DEUS NA FILOSOFIA DE MALEBRANCHE	BLANC,GUIOMAR MAFALDA DE FARIA	LISBOA-LETRAS	91
RAZÃO E PROGRESSO NA FILOSOFIA DE KANT	MARQUES,VIRIATO SOROMENHO	LISBOA-LETRAS	91
A CONSCIÊNCIA E A SUA RELAÇÃO AO OBJECTO (ESTUDO SOBRE O PROJECTO FENOMENOLÓGICO DE HUSSERL NAS IDEEN I, 1913)	SAAGUA,JOÃO DE DEUS SANTOS	NOVA DE LISBOA-FCSH	91
JEAN PIAGET E O SUJEITO DO CONHECIMENTO.	LUZ,JOSÉ LUÍS VASCONCELOS BRANDÃO DA	AÇORES	92
A CENTRALIDADE CRISTOLÓGICA DO ESCHATON NOS ESCRITOS DE HANS VON BALTHASAR	CARVALHO,MARIA MANUELA DA C.DIAS DE	CATÓLICA PORTUGUESA	92
A FILOSOFIA CIVIL DE ERIC VOEGELIN	HENRIQUES,ANTÓNIO MENDO DE CASTRO	CATÓLICA PORTUGUESA	92
LÓGICA E METAFÍSICA EM ARISTÓTELES	ROSA,JOAQUIM JOÃO BRAGA COELHO	CATÓLICA PORTUGUESA	92
NAS ORIGENS DO APOSTOLADO CONTEMPORÂNEO EM PORTUGAL: A SOCIEDADE CATÓLICA (1843-1853)	CLEMENTE,MANUEL JOSÉ MACÁRIO DO NASCIMENTO	CATÓLICA PORTUGUESA	92
RELAÇÕES PAI-FILHO EM S.JOÃO.SUBSÍDIOS PARA A TEOLOGIA TRINITÁRIA A PARTIR DO ESTUDO DE SINTAGMAS VERBAIS GREGOS (JO 5 E 17)	MORUJÃO,GERALDO DE FÁTIMA	CATÓLICA PORTUGUESA	92
SENTIDO, SIMBOLISMO E INTERPRETAÇÃO NO DISCURSO FILOSÓFICO DE NICOLAU DE CUSA	ANDRÉ,JOÃO MARIA BERNARDO ASCENSO	COIMBRA-LETRAS	92
O CONCEITO DE NATUREZA NO DISCURSO ILUMINISTA DO SÉC.XVIII EM PORTUGAL	SIMÕES,PEDRO JOSÉ CALAFATE VILLA	LISBOA-LETRAS	92
DA ESTRUTURA DA MORALIDADE	CARDIA,MÁRIO AUGUSTO SOTTOMAYOR LEAL	NOVA DE LISBOA-FCSH	92
O PENSAMENTO MORFOLÓGICO DE GOETHE	MOLDER,MARIA FILOMENA GUERREIRO VIEIRA	NOVA DE LISBOA-FCSH	92
*	NUNES,ETELVINA PIRES LOPES	CATÓLICA PORTUGUESA	93
A SUBJECTIVIDADE PASSIVA EM LEVINAS: DE ATENAS A JERUSALÉM	BRITO,JOSÉ HENRIQUE SILVEIRA DE	CATÓLICA PORTUGUESA	93

A EXEMPLIFICAÇÃO NA FILOSOFIA DA ARTE DE NELSON GOODMAN	D'OREY,MARIA DO CARMO GAIVÃO DE TAVARES	LISBOA-LETRAS	93
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DAS ORIGENS DO CONCEITO DE COMPLEMENTARIDADE	MOREIRA,RUI ANTÓNIO NOBRE	LISBOA-LETRAS	93
DIRECT REFERENCE, COGNITIVE SIGNIFICANCE AND FREGEAN SENSE.	BRANQUINHO,JOÃO M.B.V.	LISBOA-LETRAS	93
SUBJECTIVIDADE E DIACRONIA NO PENSAMENTO DE LEVINAS	ASSUNÇÃO,MARIA CRISTINA MONTEIRO BECKERT DE	LISBOA-LETRAS	93
A DOUTRINA DO LOGOS NA SOFÍSTICA.	PINTO,MARIA JOSÉ SIMÕES MARQUES ALMEIDA VAZ	NOVA DE LISBOA-FCSH	93
DA ARTE DA INVENÇÃO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A TÓPICA ESTÉTICA.	COSTA,CARLOS MANUEL COUTO DE SEQUEIRA	PORTO-LETRAS	93
O PE DIOGO MONTEIRO (1561-1634) E A SUA ARTE DE ORAR	CANAVARRO,ANTÓNIO ABEL RODRIGUES	CATÓLICA PORTUGUESA	94
"CREATURA MUNDI". ESTUDO SOBRE O CONTEXTO METAFÍSICO DA ARGUMENTAÇÃO DE HENRIQUE DE GAND CONTRA A POSSÍVEL ETERNIDADE DO MUNDO ('QUODLIBET' I, Q. 7-8).	CARVALHO, MÁRIO AVELINO SANTIAGO	COIMBRA-LETRAS	94
A DINÂMICA DA RAZÃO NA FILOSOFIA DE ESPINOSA.	FERREIRA, MARIA LUÍSA ARAÚJO OLIVEIRA MONTEIRO RIBEIRO	LISBOA-LETRAS	94
RAZÃO E SER: TRÊS QUESTÕES DE ONTOLOGIA EM SANTO ANSELMO.	XAVIER,MARIA LEONOR LAMAS DE OLIVEIRA	LISBOA-LETRAS	94
TEORIA ANALÓGICA DA IDENTIDADE	SOARES, MARIA LUÍSA PERES COUTO	NOVA DE LISBOA-FCSH	94
COMPREENSÃO E SENTIDO.	MAGALHÃES,RUI FILIPE GUIMARÃES DE ARAÚJO	AVEIRO	95
IPSEIDADE E ALTERIDADE. UMA LEITURA DA OBRA DE PAUL RICOEUR	TEIXEIRA, JOAQUIM DE SOUSA	CATÓLICA PORTUGUESA	95
O PENSAMENTO DE TEIXEIRA DE PASCOAES	COUTINHO,JORGE PEIXOTO	CATÓLICA PORTUGUESA	95
LA PRESENCIA DE KANT EN HEIDEGGER: DASEIN-TRANSCENDENCIA-VERDAD	DUARTE,IRENE BORGES	LISBOA-LETRAS	95
IMANÊNCIA E TRANSCENDÊNCIA NA TEORIA FILOSÓFICA DA LINGUAGEM DE QUINE	MELO, PAULO JORGE CORREIA DE	NOVA DE LISBOA-FCSH	95
LOGOS E RACIONALIDADE-NA GÉNESE ESTRUTURA DA LÓGICA EM ARISTÓTELES.	SARDO,FRANCISCO JOSÉ BEJA DA SILVA	PORTO-LETRAS	95
A IDEIA DE NATUREZA EM STO.ANTÓNIO DE LISBOA.	CASTRO,JOSE ACACIO AGUIAR DE	CATÓLICA PORTUGUESA	96
CONSCIÊNCIA E INTERSUBJECTIVIDADE EM JEAN NABERT.	GANHO,MARIA DE LOURDES SIRGADO DE SOUSA	CATÓLICA PORTUGUESA	96
PAUL RICOEUR - SUJEITO E ÉTICA.	FERNANDES,ANTÓNIO DE OLIVEIRA	CATÓLICA PORTUGUESA	96
MIKEL DUFRENNE. A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COMO EXPERIÊNCIA DO MUNDO OU UMA ÉTICA DEMONSTRADA A MANEIRA DOS ESTETAS.	PITA,ANTÓNIO PEDRO COUTO ROCHA	COIMBRA-LETRAS	96
MIGUEL DE UNAMUNO E TEIXEIRA DE PASCOAES - COMPROMISSOS PLENOS PARA A EDUCAÇÃO DOS POVOS PENINSULARES.	DIAS,JOSÉ MANUEL DE BARROS	ÉVORA	96
A HUMANIDADE DA RAZÃO: LUDWIG FEUERBACH E O PROJECTO DE UMA ANTROPOLOGIA INTEGRAL.	SERRAO,ADRIANA VERISSIMO	LISBOA-LETRAS	96
AS RAZÕES DA EXPERIÊNCIA: UMA LEITURA POLÍTICA DE HUME.	ALEXANDRE,ANTÓNIO JOSÉ FRANCO	LISBOA-LETRAS	96
A CONFUSÃO DAS COISAS E O PONTO DE VISTA LEIBNIZIANO.	FERRO,NUNO VIEIRA DA ROSA E	NOVA DE LISBOA-FCSH	96
A FÍSICA DE DESCARTES E A FÍSICA DE NEWTON: OS TEMAS CONTROVERSOS.	BRANCO,MARIA DO ROSÁRIO MACHADO CRUZ CORREIA	NOVA DE LISBOA-FCSH	96

* Informação não disponível

Fonte: OCT, Instituto de Prospectiva, Doutoramentos e Equivalências a Doutoramento nas universidades portuguesas

Projectos de I&D financiados pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia, em curso em Novembro de 1997, em Filosofia
Current R&D projects funded by the Ministry of Science and Technology (November 1997), in Philosophy

Referência Reference	Título	Title	Instituição Proponente Proponent Organization	Investigador Responsáve Project Director	Data de Aprovação Date of Approval	Duração (em meses) Duration (in months)	Financiamento (10^3 ESC) Funding (10^3 PTE)
SPP - PCSH / C / FIL / 960 / 95	CORPO E NATUREZA: REPRESENTAÇOES, SENTIDOS E CONCEPTUALIZAÇOES (SÉCULOS XII A XVII)	BODY AND NATURE: REPRESENTATIONS, MEANINGS AND CONCEPTUALIZATIONS (FROM 12TH TO 17TH CENTURY)	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO	MARIA CANDIDA MONTEIRO PACHECO	95	36	6.650
SPP - PRAXIS/PCSH/EFE/130/96	FILOSOFIA DA COMUNICAÇAO E DA LINGUAGEM. SEIS AUTORES CONTEMPORANEOS FUNDAMENTAIS EM CD-ROM	PHILOSOPHY OF COMMUNICATION AND LANGUAGE. SIX FUNDAMENTAL CONTEMPORARY AUTHORS ON CD-ROM	DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - FCSHUNL	ANTONIO JOSÉ DA SILVA MARQUES	97	24	16.265

Fonte: OCT, Praxis XXI, FCT, Projectos em curso em Novembro de 1997, financiados pelo MCT
Source: OCT, PRAXIS XXI, FCT, Current R&D projects by November 1997, funded by the Ministry of Science and Technology